

SESSÕES DO PLENÁRIO

94ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 05 de novembro de 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADO CARLOS GEILSON (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, J. Carlos, Joacy Dourado, João Carlos Barcelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Kelly Magalhães, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Câmera, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Tom Araújo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (47)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Zé Raimundo, comunicando que esteve ausente na sessão do dia 08/10/2014 devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Deputado Jurandy Oliveira, comunicando que esteve ausente nas sessões dos dias 21 e 22/10/2014 devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Deputado Roberto Carlos, comunicando que esteve ausente nas sessões dos dias 20, 21 e 22/10/2014 devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Meu caro presidente Carlos Geilson, Casa “cheia”, V.Ex^a presidindo e apenas eu no Plenário. É de se admirar. Vamos lá!

Baseado no que determina a Lei da Transparência, fiz um ofício ao Tribunal de Contas para que me fornecesse a lista deste que considero mais um dos inúmeros enormes escândalos do governo não só federal, mas sobretudo estadual. Parece que o PT não tem limite. Veja que agora são centenas de empresas pertencentes a funcionários da Secretaria da Saúde do Estado que contratam médicos para prestar ou - melhor dizendo - deixar de prestar a saúde que a população baiana precisa.

Tenho sido um crítico do TCE há muito tempo, sempre o chamo de “Tribunal Carinhoso com o Estado”. Mas desta vez não me resta outra alternativa, a não ser parabenizá-lo. É a primeira vez que aquela Corte age como deve agir. Aliás, não há outra alternativa pelo escândalo. Já pedi, não sei se dará tempo de, ainda no Pequeno Expediente, chegar... A minha assessoria tem um relatório. Pedi que ela checasse essas empresas. E elas são centenas. São 16 páginas de funcionários da Sesab, meu caro deputado Aderbal Fulco Caldas, que agora chega ao Plenário, que contratam médicos pra trabalhar para a própria Secretaria da Saúde da Bahia. Quer dizer, não há auditoria, fiscalização! É a terra do mané, como chama a linguagem popular. Cada um faz o que quer.

Mas desta vez não pode, pois o Ministério Público de Contas também deu todo o respaldo e reforçou o que determinou à unanimidade o Tribunal de Contas do Estado para que primeiro fossem anexadas a essa auditoria as contas do ex-secretário Solla. As irregularidades são enormes.

(Lê) “Apura existente irregularidade que é significativa, quantitativo elevado de médicos à disposição, discrepância de salário dos médicos, segundo o vínculo, ou seja, através do REDA, Sesab, pessoa jurídica, elevado número de faltas nos plantões médicos.”

A população é quem sabe, ela é que morre esperando atendimento no hospital.

(Lê) “Fragilidade no controle de frequência, descumprimento da carga horária mínima de médicos, excesso de especialistas lotados nas enfermarias, acumulação indevida de cargos públicos, terceirização de profissionais com vínculo, empresas

contratadas em cujo quadro societário figuram servidores da Sesab.”

Pelo amor de Deus! É uma vergonha inominada! Não há como não irem para a cadeia as pessoas que assim estão agindo. Após esse levantamento, verificamos que várias empresas - Sama Serviços Médicos, Izmir Serviços Médicos, Grupanest - Grupo de Anestesiologia, Ortra Serviços Médicos, Vily Serviços Médicos - continuam em 2014 trabalhando irregularmente para o Estado da Bahia. A Flay, a Ginorta, RG Médicos, Mac Atendimentos Médicos, Ziris Serviços Médicos, Abadia, Huana, Golty, Cahombo, Fermed, Cetin, Quaty, Gervásio Santos, Tower Serviços Médicos, Jam, Starnest, Almed, Usad, Núcleo, Ortosurf, Climed, enfim, dezenas de empresas que foram denunciadas e apontadas como funcionando e trabalhando irregularmente, desviando dinheiro público, continuam ainda, em 2014, prestando serviço na Secretaria da Saúde do nosso Estado. É vergonhoso. Vou encaminhar isso para o Ministério Público para que faça as apurações necessárias.

Considerando, meu caro presidente, que não temos número na Casa, mais uma vez... Tinha até vontade, confesso, de votar hoje pelo menos o plano de cultura, pois acho que é um plano bom, mas se não temos ninguém na Casa, peço uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- V.Ex^a será atendido no seu pedido de verificação de quórum. O deputado Marquinhos Viana pode falar para contraditar o pedido de verificação de quórum, a não ser que o deputado Gaban retire o pedido.

Deputado Gaban mantém o pedido de verificação de quórum?

O Sr. Gaban:- Não pedi nominalmente. V.Ex^a pode encerrar a sessão.

O Sr. Marquinhos Viana:- Deixe eu falar primeiro, presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O deputado Gaban fez um pedido de verificação de quórum que está em vigor. V.Ex^a só pode falar agora para contraditar o pedido.

O Sr. Marquinho Viana:- Nobre Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pois não, deputado.

O Sr. Marquinho Viana:- Peço que V.Ex^a faça uma verificação nominal, faça soar as campainhas e convide os deputados que estão nos gabinetes, no cafezinho, na sala da diretoria, atendendo, para que dê tempo...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Muito obrigado, deputado Marquinho Viana. Abram o tempo de 15 minutos para que os deputados que queiram dar continuidade à sessão possam marcar suas presenças. Aberto o tempo de 15 minutos.

O Sr. Marquinho Viana:- Vou usar os 5 minutos, nobre presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Ele está no tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Tem um pedido de verificação de quórum do deputado Gaban que está de pé. Estou abrindo os 15 minutos...

O Sr. Rosemberg Pinto:- Ele pode falar pois está no tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Exatamente. Ele pode falar dentro dos 15 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pois não, deputado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Meu querido presidente, deputado Gaban fez o pedido de verificação de quórum e ele foi fazer o contraditório. Ele tem 5 minutos na questão de ordem dele. Não chegou aos 5, não.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Mas já fez a questão de ordem dele. Ele não usou os 5 minutos.

O Sr. Gaban:- Ele não quis usar os 5 minutos. Não precisa.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Agora estou dando os 15 minutos para os deputados marcarem presença. Por favor, 15 minutos no painel.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Marque agora, pede para zerar.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Zerem o painel, por favor. Marquem 15 minutos.

Um minuto, deputado Aderbal Fulco Caldas. Com a palavra o deputado Marquinhos Viana.

O Sr. Marquinho Viana:- Nobre presidente, caros deputados, antes de começar a falar, gostaria de dizer que essa cadeira ficou muito bem com V.Ex^a. Embora estejamos no período de candidatos a presidente, V.Ex^a está muito bem nesse posto, presidindo a sessão hoje, repleta de deputados na Casa.

Aproveito, nobre presidente, para agradecer ao povo da Bahia por ter me reconduzido a esta Casa. Fiquei apenas 1 ano e meio, completarei meus dois anos ainda, e o povo foi grato comigo e votou pela minha permanência nesta Casa, para continuar o trabalho que venho desenvolvendo. Eu quero ainda citar que nesse período de dois anos nesta Casa, onde entrei como suplente, trabalhei intensamente e tive o apoio, principalmente, da minha região, da região do município de Brumado, a qual é composta por 13 municípios.

Fui o deputado mais votado da minha região com, aproximadamente, 25 mil votos, e, hoje, sou o representante... Como ainda não foi aprovada a lei do voto distrital, a qual está tramitando no Congresso Nacional, o povo vai fazendo a sua parte, votando nos deputados regionais, que é o meu caso e o do nobre deputado

Aderbal Fulco Caldas, que também representa uma região. Então, isso serve de parâmetro para que o Congresso Nacional reveja e coloque em pauta essa lei, essa reforma política que, com certeza, atenderá ao que o povo do Brasil, especialmente o povo da Bahia, quer, que é o voto distrital para eleger os seus deputados regionais.

Nobre presidente, gostaria que V.Ex^a convocasse os deputados que estão fora do Plenário, pois temos projetos importantes a serem votados hoje, como foi dito pelo deputado Gaban, quando, de maneira justa, pediu uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Não podemos votar qualquer matéria com a presença de, aproximadamente, oito ou nove deputados no Plenário desta Casa.

Quero agradecer ao nobre presidente e, mais uma vez, dizer-lhe que essa cadeira lhe caiu bem. Deputado Carlos Geilson, V.Ex^a que foi um dos mais bem votados e é um representante forte da região de Feira de Santana, está muito bem no posto de presidente, ainda mais com essa gravata bonita, vermelha. Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deputado Marquinho Viana, muito obrigado. Não me crie problemas com os colegas Marcelo Nilo e Rosemberg Pinto. Falar da tribuna foi uma concessão da Presidência para V.Ex^a.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Meu querido presidente, quero fazer uma ponderação com o deputado Carlos Gaban. Estamos solicitando, e queria que V.Ex^a, inclusive, soasse as campainhas para que todos os nossos colegas que estão na Casa se fizessem presentes, para que pudéssemos dar continuidade a esta sessão.

O nosso secretário da Cultura, que, inclusive encontra-se presente, neste momento, esteve aqui ontem, quando estava na pauta de votação esse projeto que é importante para a cultura da Bahia. Esse projeto, sobre o qual não há divergência com a Oposição, seria votado ontem, mas, por acordo, estabelecemos que ele seria votado hoje, Dia Nacional da Cultura, como uma forma de a Bahia, os baianos e os parlamentares prestigiarem a cultura, especialmente a cultura baiana.

Então, é lógico que precisamos de quórum para a continuidade desta sessão, mas, várias vezes, por acordo, já votamos diversos projetos. Ainda esta semana votamos um projeto por acordo, sem o número, obviamente, regimental. Nesta Casa, por acordo, sempre fizemos prevalecer a vontade popular. Então, quero ponderar com o deputado Carlos Gaban para que ele pudesse retirar esse requerimento verificação de quórum de votação. Esse seria o tempo de chamarmos os deputados, porque pode ser que nesses 9 minutos restantes a gente não consiga ter o número suficiente de deputados. A nossa intenção é trazer os deputados ao Plenário para votarmos simbolicamente esse projeto. Até porque é um projeto que não tem divergência entre a Oposição e a Situação.

Aqui por várias vezes, usamos desse expediente. Portanto queria ponderar com V. Ex^a para que pudéssemos...

Meu querido a minha presença está registrada.

O deputado Gaban precisa marcar a presença, porque foi ele que pediu uma verificação de quórum.

O Sr. Gaban:- Eu pedi uma verificação de quórum. A presença eu tinha V. Ex^a chegou atrasado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Quero pedi, mais uma vez, ponderação ao deputado Carlos Gaban, para que pudéssemos votar esse quórum.

Queria que ele retirasse o pedido de verificação de quórum.

Paulo, estou pedindo que o deputado Carlos Gaban, que foi o autor...

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem ,Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Eu estava. Foi Gaban que não estava.

Deputado, estou pedindo – queria a ajuda de V. Ex^a e de todos os deputados – a condescendência e a generosidade do deputado Carlos Gaban para retirar esse pedido de verificação de quórum, para que possamos votar esse projeto da cultura, como estava acordado.

Sei que ele tem razão, é necessário que tenha quórum de votação, mas como é por acordo feito, ontem, pelos líderes, Zé Neto e Carlos Gaban na presença do secretário de cultura, peço, mais uma vez, que ele, mais uma vez, seja generoso com a cultura da Bahia e que votemos esse projeto para presentear a Bahia com um projeto dos deputados baianos.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Estão inscritos primeiro o deputado Gaban, depois o deputado Zé Raimundo e o deputado Paulo Câmera.

Deputado Gaban, V.Ex^a vai usar o tempo?

O Sr. Gaban:- Meu caro presidente, prezado Rosemberg, o projeto da cultura é um bom projeto, um projeto enxuto. Tanto é que a Oposição não apresentou nenhuma emenda a esse projeto.

Hoje, é um dia especial, inclusive, haverá uma solenidade no Teatro Castro Alves.

Ontem, o deputado Paulo Câmera me acompanhou e pediu que conversasse com o secretário de cultura que estava nesta Casa. Fui ao encontro dele e com dezenas de funcionários daquela secretaria, e disse-lhe que a Oposição não tinha nada contra esse projeto. E que nós poderíamos abrir mão das formalidades e votar. Hoje, votaríamos esse projeto já no Pequeno Expediente. Terminaríamos o Pequeno Expediente e votaríamos. Agora, sem quórum, sem ninguém aqui, não tem como votar. É desmoralização para a Casa.

Dando, talvez, mais uma demonstração de boa vontade, Rosemberg, vou aguardar, meu caro presidente, até às 15h30min que é o horário regimental do Pequeno Expediente. Se o governo tiver quórum de votação nesse período, eu reitero o que disse ontem, abro mão de todas outras formalidades para que possamos votar esse projeto num dia importante, porque hoje é o dia da cultura.

Sei que esse projeto, deputado Rosemberg e demais deputados presentes, vai ao encontro de um projeto nacional, também, da cultura. Temos que valorizar a cultura do nosso Estado.

Reitero, a Oposição não tem absolutamente nada contra esse projeto. Temos um processo de obstrução por conta dos fatos que ocorreram ontem. Mas por conta desse projeto especial, e pela data de hoje, o dia da cultura, não há nenhum óbice.

Então dando demonstração de boa vontade, aguardarei mais 24 minutos para ver se esse governo consegue ter o quórum acordado no dia de ontem. Se tiver, a gente vota. Se não tiver, não tem mais acordo e não dispensei mais formalidades a partir de 15h30min.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Voltemos ao Pequeno Expediente.

Esta presidência não vai colocar um projeto para ser votado sem quórum, a não ser que um outro colega esteja na Presidência, porque eu não vou colocar.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Ubirajara Corôa, digníssimo representante da cidade de Camaçari, colega de domicílio eleitoral da deputada Luiza Maia.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, servidores e servidoras desta Casa, todos da imprensa, visitantes, em especial os representantes da cultura e da segurança pública do nosso Estado, representando muito bem Salvador e toda Bahia, faço uso da palavra, neste exato momento, em primeiro lugar, para, mais uma vez, agradecer às lideranças, tanto a Liderança da Maioria quanto a Liderança da Minoria, pela compreensão e pelo acordo firmado para assegurar a votação deste projeto.

Deputado Gaban, quero, em seu nome, mais uma vez, agradecer a cumplicidade que a Oposição tem tido com os projetos que são de interesse da sociedade e que dizem respeito ao crescimento e à produção, acima de tudo, de uma sociedade mais justa e mais igualitária.

Reconhecemos que este projeto da cultura é, sem dúvida alguma, um marco importante não apenas para o fomento, mas para a sustentação da cultura em nosso Estado. A Bahia ostenta, no País, o título de ser o celeiro da nossa cultura, identificada com o chavão de que “baiano não nasce, estreia”; exatamente como um reconhecimento popular a essa vertente da cultura em todas as suas modalidades.

Sem dúvidas, o nosso setor de cultura, ainda, padece de políticas afirmativas que possam proporcionar o real desenvolvimento e aplicação da cultura. Sem dúvida

alguma, este projeto é um instrumento importante para reconstruirmos, de fato, a capacidade de autossustentação da nossa cultura. Daí a sua importância.

Mais uma vez, quero reiterar e afirmar, Sr. Presidente, o quanto tem sido importante a compreensão desta Casa e de todos os seus pares. Acredito e espero que logo mais, às 15h, todos os deputados e deputadas, que estão na Casa, venham ao plenário para que possamos votar este projeto, cumprindo com o nosso compromisso, acima de tudo, com o nosso respeito à sociedade e à nossa contribuição de respeito e de responsabilidade para com a cultura do nosso Estado e do nosso País.

Daí, mais uma vez, quero reiterar o agradecimento à Bancada de Oposição que não dificultou, pois, muito pelo contrário, tem nos permitido conduzir, em parceria, através da condução do Líder do governo, deputado Zé Neto, e do Líder da Oposição, deputado Rosemberg, que, junto com o deputado Gaban, têm depositado todos os esforços para que, hoje, a gente possa votar este projeto, a fim de assegurar mais um avanço importante para a cultura na Bahia.

Quero concluir, Sr. Presidente, mais uma vez, agradecendo ao secretário de Cultura, Albino Rubin, e a toda sua equipe pelo empenho e pela dedicação que tem tido pela Cultura e por acompanhar o projeto passo a passo, discutindo, ostensivamente, este projeto para assegurar que esta lei possa estabelecer um instrumento real de afirmação da nossa cultura.

Por fim, quero dizer, Sr. Presidente, que, no próximo dia 7, sexta-feira, realizaremos, aqui neste plenário, uma sessão especial pela reafirmação e pelo reconhecimento dos mais de 127 anos da existência dos maçons em nosso País, especialmente na Bahia. Teremos uma sessão especial para reafirmar este papel e esta importância.

E, no dia 27, realizaremos, também, uma sessão especial alusiva ao Dia da Consciência Negra. No dia 20 de novembro, realizaremos uma sessão especial nesta Casa, no dia 27 aqui também neste plenário. As duas sessões ocorrerão às 9h30min, no horário matutino.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Obrigado, deputado Bira Corôa.

Com a palavra o Líder do governo, deputado José Cerqueira de Santana Neto, deputado Zé Neto.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, todos os presentes, quero saudar os representantes da cultura. Espero que, hoje, tenhamos, aqui nesta Casa, a aprovação do projeto. Ontem, fizemos, com a Oposição, a combinação de que, hoje, estaríamos votando este importante projeto.

Quero salientar, deputado Gaban, como já tínhamos assinado antes, que o documento está aí. Acho que é só cumprir. E não vejo nenhuma resistência por parte

da Oposição com relação a esse cumprimento. V.Ex^a, ontem, inclusive, fez de tudo. Quero agradecer ao deputado Gaban, de público, a compreensão sobre um aspecto que, para mim, é fundamental, do ponto de vista do engrandecimento da cultura do Estado.

Deputado Geilson, ora presidente desta sessão ordinária, este projeto, hoje, está sendo avaliado e ele é fruto de 380 realizações importantes em cada município através de conferências municipais. Inclusive, a composição dessas discussões não se dá, apenas, no campo desse ou daquele partido, mas se dá no campo da sociedade. Muitas vezes, o governo foi, até, vencido nesses debates e conferências. E isso é uma conquista da sociedade baiana.

Quero, aqui, louvar a atitude da Oposição que tão, grandiosamente, abraçou este entendimento. E, depois de um dia turbulento como o de ontem, espero que, hoje, possamos sair daqui com esta vitória da cultura dos municípios deste Estado, da conferência estadual e desta nova compreensão de uma sociedade que quer participar das ações institucionais, que quer presença no governo e que quer ser protagonista do seu próprio destino.

Então, quero saudar, aqui, em nome do meu amigo Almiro Rubim, meu amigo Cuca, companheiro de muitas caminhadas, todos aqueles da cultura que já se encontram nesta Casa e que se encontram, também, nos corredores deste Parlamento.

Quero dizer, também, aqui, que esta polêmica, trazida, há agora pouco, pelo deputado Gaban, é salutar. Por isso, saliento o seguinte. Primeiro, eu me lembro de que o deputado Carlos Geilson era radialista da Rádio Subaé. E um dia ele fez um questionamento acerca de profissionais que tinham excesso de carga no cômputo das horas. Chamei-o fora do ar e disse: “Deputado Geilson, isso aqui é uma salvação que nós encontramos, qual seja, governo e município para salvar a saúde, porque quanto aos especialistas, esses não fazem concurso público.”

Os especialistas, aqueles que a gente chama de especialistas, são aqueles que fazem, por exemplo, lá, o serviço de anestesia, o serviço de neurocirurgia. Não existem quadros no Estado, deputado Carlos Gaban, que compreendam essa situação. E, aí, vem os Pjs. Aí, vêm as cooperativas. Aí, vêm as contratações diversas. Aí, vêm as terceirizações. Aí, vem a necessidade de a gente olhar para a saúde com o olhar diferenciado.

Não vou, aqui, nem cair nos escândalos do passado para não virar um puxa e estica. Mas vou cair, em uma visão coerente, primeiro, de não ficar requeitando coisas que já foram vistas e revistas, passada e repassada, lá, no Tribunal de Contas ou no próprio Ministério Público, pois, para mim, a esta altura, já estão dirimidas essas questões como contratações terceirizadas, contratação por pessoa jurídica ou quaisquer que sejam as contratações.

Tudo isso são saídas que encontramos para não fechar os hospitais. Não é só o Governo do Estado que busca saídas. A prefeitura de Salvador também busca

saídas. É o município de Feira de Santana que faz a mesma coisa. Aparece no jornal uma notícia como se nós fossemos um bando de pilantras que estamos aqui para usurpar recursos públicos. Ao contrário, hoje os 5 novos hospitais da Bahia, Feira de Santana, organização social, os outros 3 são também contratações ou de organização social terceirizada e o do subúrbio terceirizado pleno.

Por que uma PPP no subúrbio? Porque em verdade deputado Carlos Geilson nós estamos com todo o limite de contratação de pessoal da saúde ocupado. Nesta Casa o deputado Carlos Geilson me ajudou nisso. Em Feira de Santana nós temos 48 vagas para o último concurso que foi realizado pelo Estado. E nós ocupamos todas as vagas que estavam disponíveis no teto da saúde. Não tem mais como contratar pessoal, e nem criar novas vagas porque bateu no teto.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÉ NETO:- Encerrando. Então, essas contratações terceirizadas de PJs e Cooperativas são alternativas utilizadas em todo o país. Precisamos, e V. Ex^a pode nos ajudar, encontrar uma saída definitiva para esse problema da gestão de saúde. Porque estamos pagando gestão com custeio, porque não temos mais como contratar pessoal. Todas as vagas foram ocupadas. Chegamos a todos os limites. Não há irregularidades. E essa discussão precisa ser travada nesta Casa com a responsabilidade que esta Casa merece, e que a população merece.

Quero encerrar dizendo que a lisura, a responsabilidade e a conduta tanto do deputado Jorge Sola quanto do deputado Washington Couto em nenhum momento pode estar em cheque. O que está colocado como desafio para a sociedade é que nós precisamos avançar e melhorar a modelagem da contratação na saúde. Essa matéria de hoje precisa ser esclarecida. Porque de irregularidade aqui não há absolutamente nenhum milímetro que possa ser comprovado.

(Não revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Questão de ordem do deputado Carlos Gaban.

O Sr. Gaban:- Deputado Zé Neto, tenho que parabenizar V. Ex^a. Subir à tribuna para defender o indefensável. Extrapola a posição de Líder. Vemos nos corredores dos hospitais pessoas falecendo, indo a óbito sem atendimento. Pessoas sendo atendidas ou deixando de ser atendidas nos corredores dos hospitais...

Fui citado. É questão de ordem, sim.

No momento em que V. Ex^a defende que o quantitativo elevado a disposição de outros órgãos é viável, cai em contradição. Esse é o relatório do Tribunal. V. Ex^a diz que é uma maneira de dar o atendimento, mas dispõe gente a disposição de vários órgãos que V. Ex^a, indiretamente, está defendendo isso. Quando V. Ex^a concorda com a discrepância entre salários médicos, segundo vínculo: do REDA tem um, da Sesab

tem outro, pessoa jurídico tem outro salário para prestar o mesmo serviço, quando V. Ex^a concorda que o elevado número de falta nos plantões médicos é correto, e deve ocorrer, pelo amor de Deus! Quando V. Ex^a quer defender a fragilidade nos controles de frequência e a apuração de falta de pessoal prejudicando a população, pelo amor de Deus! não é papel de Líder. Quando V. Ex^a quer defender o descumprimento de carga horária mínima dos médicos e a população morrendo, não é papel de Líder.

Quando V. Ex^a defende indiretamente a acumulação indevida de cargos públicos, isso é um crime! E V. Ex^a é advogado. Quando V. Ex^a quer defender a terceirização de profissionais com vínculo estatutário com o estado, pelo amor de Deus! Quando V. Ex^a está querendo defender o indefensável e está defendendo empresas contratadas cujo quadro societário figuram servidores da Sesab. O que é que é isso, gente? O desrespeito com o dinheiro público.

V.Ex^a deveria subir a essa tribuna e exigir esclarecimentos sobre- primeiro, essa relação que tenho, se V.Ex^a não a tiver, entrego esta a V.Ex^a e tiro uma cópia para mim – das empresas denunciadas pelas irregularidades, algumas das quais apontei aqui , continuam trabalhando para o Estado da Bahia em 2014. Tenho os valores, inclusive, que cada uma recebeu em 2014. E a população deixando de ser atendida.

Deputado Zé Neto, V.Ex^a deveria subir ali para pedir, imediatamente, a exoneração de todos os envolvidos, e ressarcimento do dinheiro público. Deveria, como Líder do governo, solicitar ao governador Jaques Wagner que ele instale uma comissão para apurar esse desmando com o dinheiro público, essa brincadeira que estão fazendo com a população que precisa do atendimento médico. Agora, subir para dizer que está tudo regular. Pelo amor de Deus, deputado Zé Neto! Eu tenho maior respeito por V.Ex^a, mas não extrapole, por favor, essa atividade de Líder para defender o indefensável. Enquanto as pessoas morrem no hospital, alguns se enriquecem indevidamente. E há alguém ainda para defendê-los. É uma atitude criminosa, deputado Zé Neto.

Acredito que V.Ex^a recebeu essa incumbência para fazer a defesa do indefensável sem saber o que está acontecendo. V.Ex^a, que é advogado, tivesse sabendo o que é que está defendendo ali, que é normal no país inteiro. Pode ser normal no governo federal. No governo federal, eu não duvido de nada. Até porque vemos que, depois de uma eleição – deputado Carlos Geilson, que está presidindo a sessão...

Um mês antes da eleição, o governo Dilma, por exemplo – porque ele deve estar fazendo referência ao que Dilma faz, isso no Brasil inteiro. Pode ser, ele conhece mais que eu. O que posso dizer é que o governo do PT, governo federal gastou 21 bilhões no mês anterior à eleição a mais do que arrecadou. Vou repetir, o governo do PT, o governo Dilma, gastou, um mês antes da eleição, 21 bilhões a mais do que arrecadou no mês. É o pior resultado da história do nosso País.

Então, talvez o governo federal esteja defendendo o que está acontecendo na Bahia, mas tem que ir para a cadeia, deputado Zé Neto ...

O Sr. Presidente (Carlos Geilson): - Para concluir, nobre deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Concluindo, Sr. Presidente. Tendo V.Ex^a a mesma tolerância que teve com o deputado Zé Neto, agradeceria.

(...) depois de ficar a par do que está ocorrendo, exija. Vá à Secretaria, ligue para o governador que está viajando, é um direito dele descansar, até concordo, depois de uma eleição. Mas localize-o para que ele demita o ex-secretário Solla, que já está demitido, mas sua equipe. Ou então, no mínimo, que sejam rescindidos os contratos dessas 50 empresas da relação que recebem esses valores, em 2014. E que seja o dinheiro ressarcido. Dessas e das mais de 300 empresas contratadas irregularmente e com as falhas que aponte.

O Sr. Presidente (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, neste momento quero dizer que a Oposição e a Situação, cumprindo com o que deve ser considerado um rito, um procedimento normal em todo os parlamentos brasileiro, devem estar agora cerrando fileiras em prol da aprovação do plano estadual de cultura. Nosso secretário está ali, cumprimento-o neste instante. Com essa ferramenta, com esse projeto poderemos, em nível nacional, estruturar e fazer jus a uma série de investimentos e encaminhamentos necessários à Bahia, que do ponto de vista da cultura, é um dos estados mais ricos e que pode, em nível de desenvolvimento, se abastecer de tudo aquilo que deverá vir proveniente dessa iniciativa que, unanimemente, por acordo, os deputados desta Casa deverão votar com dispensa de formalidades inclusive.

Mas também, Sr. Presidente, é de conhecimento de todos desta Casa que nós até o dia 20 de novembro deste ano, portanto daqui a 15 dias aproximadamente, deveremos oferecer o relatório final da CPI da Telefonia.

E esse trabalho feito pelo conjunto das representações da Oposição e da Situação produzirá alguns efeitos que serão benéficos para toda a Bahia. Um deles em articulação com os Ministérios Públicos Estadual e Federal e Procon, quando estaremos elaborando um TAC – Termo de Ajuste de Conduta – em que, através dele, estaremos antecipando investimentos, conferindo maior capilaridade no atendimento ao sistema de telecomunicações do Estado da Bahia, resolvendo problemas de ampliação e dando capilaridade ao sinal de telefonia móvel, à internet móvel, banda larga, no interior do Estado da Bahia.

Nós produziremos nesse documento o encaminhamento do arcabouço legal, em nível estadual, em parceria com os municípios do pacto das antenas, que é uma questão fundamental que vai subsidiar, sem sombra de dúvida, e com velocidade, a ampliação do sinal da telefonia móvel em todo o Estado da Bahia.

Além disso, também levantamos dados importantes que apontam na linha da precariedade das relações trabalhistas envolvendo os trabalhadores do sistema de

telecomunicações do Estado da Bahia.

Além disso também, levantamos algo que ficou claro, o sucateamento da estrutura proveniente do Estado brasileiro quando da época da privatização, que foi uma privatização malfeita em que a agência reguladora nasce depois do processo de privatização, negando todo o processo que aconteceu em todo o mundo. É uma excrescência o que aconteceu na década de 90 em nosso País. Nós estamos colhendo os frutos ruins desse processo que foi um processo que trouxe muito prejuízo para a sociedade brasileira.

Está aí o reflexo que une todos os deputados nesta Casa: a má qualidade dos serviços do sistema de telecomunicações e, principalmente, o sistema móvel de telefonia e transmissão de dados, cuja tarifação é uma das maiores do mundo em detrimento da qualidade e do respeito ao conjunto de usuários, de consumidores do Estado da Bahia.

Portanto, essa CPI passa a ser, na Assembleia, uma CPI suprapartidária, que vai oferecer resultados de ordem prática que vão auxiliar em muito a melhoria, tanto na antecipação dos investimentos, na ampliação do número de antenas, na ampliação do número de sites que vão promover a melhoria do sistema móvel de telefonia do Estado da Bahia.

Eram esse anúncio que gostaríamos de fazer aqui desta tribuna porque encaminharemos o relatório trazendo notícias alvissareiras do ponto de vista do sistema de telecomunicações no Estado da Bahia. É isso aí, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, comunicação inadiável.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Comunicação inadiável do deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, com muita tristeza, o deputado Bruno Reis me mostrou agora, saiu na imprensa, acaba de falecer em São Paulo, no Hospital Sírio Libanês, o presidente da FIEB, Dr. Gilberto Farias. É com muita tristeza, porque era um profissional extremamente competente, que tem uma empresa que gera inúmeros e inúmeros trabalhos para a Bahia, era um trabalhador, tinha a sua vida pregressa reconhecida por todos os segmentos da sociedade baiana. Então perde a FIEB, naturalmente, o seu presidente, era uma pessoa que poderia fazer um belíssimo trabalho, como estava fazendo. Mas perde a Bahia também quando a gente vê um gestor competente como ele, que tratava sua empresa de maneira exemplar para a administração pública e para as outras empresas do nosso Estado, falecer precocemente fruto de um câncer. Ele estava internado no hospital desde outubro, mas infelizmente não resistiu e veio a falecer.

Então, fica o registro. Sei que estou falando aqui em nome, provavelmente

dos 63 parlamentares que lamentam essa perda do presidente da Fieb aqui no nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deputado Gaban, foi pedido um acordo entre o deputado Bruno Reis, vice-Líder da Oposição, e o deputado Zé Neto, e, se houver consenso, vou prorrogar o Pequeno Expediente por mais 5 minutos para que o deputado Zé Raimundo possa fazer uso da palavra.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, vou dar mais uma demonstração de boa vontade, e é a última, vamos aguardar mais 5 minutos. Falei que 15h30min eu ia cobrar o quórum, acordado ontem, para procedermos à votação. Vamos esperar o deputado Zé Raimundo. Depois que ele terminar, vou pedir o quórum e não vou concordar com nenhuma prorrogação além do prazo do Pequeno Expediente.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, só para esclarecer o assunto.

Deputado Gaban, hoje só temos aqui, na verdade, um projeto importante que, inclusive, tinha sido aventado por V.Ex^a com relação à cultura. Não tenho problema nenhum se... V.Ex^a sabe que ontem tínhamos feito um acordo de votá-lo hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Mas está sem quórum, deputado, não podemos votar assim.

O Sr. Zé Neto:- Mas se V.Ex^a pedir contagem de quórum, a votação estaria marcada para depois da sessão, 5 da tarde. Então, teria que ter um tempo para fazer o quórum. O acerto nosso ontem foi com dispensa de formalidade.

O Sr. Gaban:- É o quórum, deputado, está faltando quórum.

O Sr. Zé Neto:- Não, deputado, não é que não tenha quórum. O quórum está ali, olhe, 43 deputados (O Sr. Deputado aponta para o painel eletrônico.) Se V.Ex^a disser que não acertamos ontem... Ficamos apenas de votar hoje e é por dispensa de formalidades. O deputado Gaban conversou não só comigo como também com os representantes da Cultura. Esse projeto conta também com a aquiescência do deputado Elmar Nascimento, não é um projeto que diga respeito... Vamos aguardar o próximo pronunciamento.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Já foi debatido aí, deputado Zé Neto, antes de V.Ex^a chegar.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, senhores e senhoras das galerias, os que nos assistem pela TV Assembleia, eu gostaria, nesta breve intervenção, de parabenizar toda a equipe da Secretaria da Cultura, em especial o professor, doutor Albino Rubim, este que sem dúvida é uma grande quadro do nosso partido, do Partido dos Trabalhadores e que se vem debruçando ao longo de sua vida ao tema da cultura. Foi presidente do Conselho Estadual e, nesta última gestão do governador Jaques Wagner, assumiu a secretaria e

tem dado com sua equipe uma contribuição muito relevante para o nosso governo e para a cultura da Bahia, estruturando a Lei Orgânica, debatendo com a sociedade, procurando novos parceiros e, principalmente, Sr. Presidente, refletindo e espraiando pelos atores sociais, pelos atores da área da cultura, uma concepção mais abrangente do fenômeno cultural.

Claro que seu trabalho vem numa linha de entendimento e numa parceria com o governo federal, que já vinha desde o primeiro governo do presidente Lula e, a partir de 2006, essa parceria, no caso da Bahia, se estreitou com o governo do Estado.

O que temos assistido é um grande esforço do governador Jaques Wagner, dirigido e capitaneado pelo secretário Dr. Albino Rubim para que o fenômeno cultural deixe de ser apenas elemento de retórica e, gradativamente, ganhe o espaço da organização do Estado e mais do que isso ganhe espaço no Orçamento Público.

Sabemos que a cultura, infelizmente, ainda é o primo pobre da gestão pública. E esse esforço que vem sendo feito pelo secretário é no sentido de angariar mais recursos, mais parcerias e, em seguida, democratizar o processo de distribuição desses poucos recursos, como são as estratégias dos editais, como são também dos novos campos da cultura, da cultura imaterial, da cultura popular, da circulação de grupos culturais no Estado da Bahia, revelando novas potencialidades, ou, melhor dizendo, dando efetividade às potencialidades, como é o caso dos grupos do interior ou mesmo da capital que não tinham espaço.

Então, aprovando-se o nosso Plano Estadual de Cultura, como já foi dito, abre-se espaço para novas fontes de financiamento. E acredito que com isso vai lucrar muito o governo do município de Salvador. Essa atitude de o Legislativo agilizar, dispensando as formalidades, é muito importante, porque sabemos que, numa dimensão local, Salvador pode se beneficiar, e muito, dessas parcerias com o governo federal e com o governo do Estado. Nossa expectativa é que cada vez mais, principalmente, esses projetos, essas estratégias, cheguem lá aos nossos sertões. No caso, da minha participação mais direta, eu, que sou oriundo politicamente do município de Vitória da Conquista e do Sudoeste da Bahia, tenho a expectativa de que cada vez mais os projetos de interiorização, que já estão se dando, cheguem com mais força.

Finalmente, gostaria de solicitar, mais uma vez, o empenho do nosso secretário para que o nosso Centro de Cultura Camilo de Jesus Lima, de Vitória da Conquista, tenha logo o seu espaço restaurado, atendendo às exigências feitas pelos órgãos de fiscalização, e que Vitória da Conquista possa, cada vez mais, receber o apoio da Secretaria da Cultura. Conquista é, sem dúvida alguma, um grande centro de cultura, já agora com as universidades estaduais chegando àquela região com o curso da área de cinema. As federais também estão chegando.

Enfim, Sr. Presidente, a nossa expectativa é de que neste novo momento, com o Plano Estadual de Cultura, as regiões mais esquecidas da Bahia possam ser beneficiadas, sem, evidentemente, descartar o que já vem sendo feito na capital.

Era essa a nossa intervenção e agradeço a tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., meu caro deputado Zé Raimundo. Deputado Gaban...

O Sr. Bruno Reis:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pela ordem, o deputado Bruno Reis.

O Sr. Bruno Reis:- Nobre deputado Carlos Geilson, essa posição na Mesa lhe fez muito bem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Homem, não me arranje confusão com o meu amigo Rosemberg Pinto, Alan Sanches e Marcelo Nilo! (Risos.)

O Sr. Bruno Reis:- Acho que ontem, Sr. Presidente, depois que o Líder do governo, que o PT, resolveu lançar candidatura própria, o presidente Marcelo Nilo já começou a puxar o tapete. Porque Zé Neto foi à imprensa dizer que eu e o vereador, nem deputado é, vereador, impedimos a votação do projeto de lei que versa sobre diversas matérias de interesse da briosa corporação da Polícia Militar da Bahia. Na verdade, deputado Zé Neto, V.Ex^a não estava no Plenário, alias, estava no Plenário, quis até retirar a assinatura da dispensa de formalidades, mas já havia se iniciado o processo de votação e o único artifício que restava para que o projeto de uma briga entre o PT e o PCdoB sobre os limites de Piraí do Norte e Gandu fosse retirado da apreciação era a solicitação de verificação de quórum, que foi feita pelo nobre deputado Álvaro Gomes, e, em virtude disso, a sessão ordinária foi encerrada. Havia uma extraordinária convocada para o segundo projeto, do TCE, e para a realização de outra sessão, só se houvesse – não estava calçado, V.Ex^{as} estão enganados – uma convocação do presidente, que não o fez. Portanto, não há qualquer responsabilidade minha, muito menos de Prisco, coitado, estava lá na Câmara, votando os projetos do interesse da cidade do Salvador.

Mais uma vez, V.Ex^{as} não se entenderam, ontem, e hoje estão aqui fazendo apelo, nobre deputado e presidente Carlos Geilson, para apreciar o projeto da cultura. Mais uma vez pedindo, implorando, à Oposição mais uma demonstração de boa vontade, para poder-se apreciar a matéria. Isto é o mínimo que compete à Liderança do governo: garantir, nobre deputado Bira Corôa, a presença dos deputados para apreciar a matéria.

Vamos aqui hoje aprovar o projeto em nome da cultura da Bahia. Hoje é o Dia da Cultura e nós, da Oposição, damos mais uma demonstração de que não fazemos como o nobre Líder, que foi para a imprensa dizer que fazemos política com o umbigo. Quem faz política com o umbigo são vocês. Nós, mais uma vez, nobre deputado Zé Neto, para que V.Ex^a não vá dar chilique na imprensa depois, dizendo que a Oposição impediu hoje a votação, ou o deputado Bruno Reis... Até parece que

este deputado tem essa importância toda que V.Ex^a dá, mas não para atender V.Ex^a nem a Liderança do governo, que não tem crédito nenhum com a Liderança da Oposição, porque não honra os compromissos que assume. São 4 anos nesta Casa, e todos os acordos firmados ao longo dos 4 anos não foram cumpridos, é uma vergonha, nobre deputado Gaban.

Na Câmara Municipal de Salvador, cada vereador tem direito, deputado Bira Corôa, a R\$ 1,5 milhão em emendas. E sabe por que os vereadores do PT votam com o prefeito ACM Neto? Porque todos já tiveram suas emendas pagas. Aqui, o tratamento que a Oposição tem é barrigada, barrigada e barrigada, por conta do nobre Líder Zé Neto.

Então, deputado Zé Neto, mais uma vez, em nome do espírito público, em nome do bom senso, não para fazer nenhum favor, porque vocês não merecem favor, mas a favor da cultura da Bahia, até porque não fazemos política contra ninguém, fazemos política a favor das pessoas, vamos permitir, nobre presidente, e está acordado com a Bancada de V.Ex^a aqui representada, tanto por mim como pelo deputado Gaban, para que possamos iniciar o processo de votação e dar esse presente à cultura da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Parabéns ao deputado Bruno Reis pelo posicionamento, pela maturidade, desprendimento e discernimento.

Pela ordem, o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- De acordo com que o deputado Bruno Reis acaba de falar em nome da Oposição nesta Casa, solicito que sejam liberados os demais horários e logo que V.Ex^a fizer a leitura da Ordem do Dia, possamos, de acordo com o que havíamos acordado ontem, votar hoje esse projeto que valoriza a cultura do nosso Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Vamos aguardar a dispensa de formalidades.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Pela ordem, o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente Carlos Geilson, quero aproveitar para fazer uma discussão de cunho até mais técnico com o deputado Carlos Gaban.

O deputado Gaban fez aqui algumas denúncias e eu queria apenas pontuar que essas questões relacionadas da contratação de pessoas jurídicas, deputado Gaban, e de cooperativa, infelizmente. Eu lhe digo isso com toda a tranquilidade e longe, inclusive, de qualquer disputa política. Nós temos, e isso é urgente, de encontrar uma saída adequada para a realização do serviço público de saúde do nosso Estado.

Nele, como nos de muitos outros Estados, todas as Secretarias têm um limite

de contratação de pessoal e de vagas para isso. V.Ex^a bem sabe. Disse há pouco ao senhor que nós temos cinco novos hospitais e agora quero lembrar-lhe que lá em Feira de Santana - vou logo lhe dar só um pequeno exemplo duma cidade que é governada pelo DEM - pelo menos devemos ter hoje mais de cinco mil contratações de cooperativas ou de terceirizados na saúde. Os postos de saúde do município, as policlínicas todas funcionam com contratação terceirizada. As contratações de cirurgia e de serviços outros são feitas na rede privada. Não há nem em Salvador nem naquela cidade um hospital geral municipal.

Além disso tudo, quero chamar a sua atenção, porque o problema não é contratação de PJ nem duma empresa, como ouvi na matéria, com 474 servidores como sócios. Digo-lhe que estamos tendo muito cuidado com essa matéria, até porque com relação aos médicos, por exemplo, nós os encontramos com um salário de R\$ 1.300,00, mas atualmente ele já ultrapassa, deputado Aderbal, a casa dos R\$ 5.600,00, o que é um crescimento realmente estrondoso em 7 anos. Foi de 1.300 para 5.600! Então, V.Ex^a vê a diferença. E ainda assim, deputado Gaban, não é um salário que eu diria que está dentro do que nós queremos. Temos de evoluir ainda mais. Não estou dizendo que é o suficiente.

Quando o senhor coloca contratações de pessoal de terceirizados ou de PJ e valores extremamente fora da linha do que se contrata no serviço público, na contratação de concursados, por exemplo, acontece em Salvador também. E em todos os outros municípios do País. Porque, quando um médico se especializa em anestesia, ele cria um grupo e não vai fazer concurso público. Sabe bem disso a deputada Graça Pimenta, que foi secretária, foi diretora do Clériston, foi da Dires. Ela sabe o que estou dizendo. Eles não vão lá fazer concurso público, e sim vão montar um grupo de PJ ou de terceirizados ou de empresas, seja como for, para assim prestarem seus serviços ao Estado.

V.Ex^a fala que é preciso “desprecarizar”, com o que nós concordamos. “Desprecarizar”, deputado, é encontrar uma saída para as contratações. Primeiro, se estamos no limite de contratação de pessoal - e estamos -, então já criamos todas as vagas. Nós extrapolamos na Saúde. Foram mais de 8 mil contratações na Bahia, inclusive todas as que foram deixadas pelo governo Paulo Souto. E triplicamos o que estava previsto, inicialmente, no concurso realizado pelo ex-governador.

Só que, como contratar, por exemplo, para o Hospital do Subúrbio, se não tínhamos mais teto de pessoal? Como contratar para os Hospitais HGE, Clériston Andrade e Roberto Santos especialistas se não temos um quadro suficiente? E eles não fazem concurso.

A situação é tão grave e delicada que em situações que não eram tão complicadas, deputado Bruno Reis, como na contratação de obstetras, lá em Feira - eu me lembro de cabeça - de 14 obstetras 6 pediram demissão. Não interessa para eles. Para eles interessa é fazer um grupo e vender o serviço através de uma PJ, de um terceirizado ou de outros serviços prestados aos municípios, enfim.

Então, sobre este tema acho que temos de nos debruçar. E lhe digo, porque o senhor às vezes fez a denúncia sem talvez ter essa informação que lhe estou passando, que faço questão de tratar este assunto com a responsabilidade com que o estou tratando com V. Ex^a aqui. Não fui agressivo, não disse isso nem aquilo. Só estou dizendo-lhe que infelizmente essas contratações, no contexto da saúde nacional, são um processo para o qual a gente precisa encontrar um eixo que dê a regularização do que está sendo feito hoje largamente, e não só com relação a esses profissionais, mas também aos serviços de exames especializados, principalmente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. Zé Neto:- E a outros, igualmente.

Por exemplo, concluindo, deputado Carlos Geilson, nós teríamos como contratar o serviço de Cardiologia e o de Oncologia do nosso município de Feira de Santana se não fizéssemos com o SUS a contratação de uma empresa, como acontece lá com o Ion e a Cárdio? São situações que devem ser enfrentadas, deputado Carlos Geilson, mas com a responsabilidade de encontrar uma saída, e não apenas uma denúncia.

Isso é o que quero colocar com tranquilidade e razoabilidade.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para encerrar este assunto...

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Deputado Gaban, sobre este assunto não concedo mais questão de ordem.

O Sr. Gaban:- Caro deputado Zé Neto, V.Ex^a, de uma maneira inteligente, pois é muito inteligente e perspicaz, já vai para um viés diferente. Agora está falando da necessidade da contratação para fugir do limite de gasto. É outro viés!

O que estamos discutindo aqui, deputado Zé Neto, é que, quando se tem necessidade, como é que se justifica uma quantidade elevada de médicos à disposição de outros órgãos? E como V.Ex^a justifica o elevado número de faltas a plantões médicos? Como pode também justificar a fragilidade nos controles de frequência e apuração da falta de pessoal?

Nós estamos falando de desmandos administrativos e funcionais, deputado Zé Neto. Como o senhor justifica, e também não trata deste assunto, o descumprimento da carga horária mínima dos médicos? Como justifica o excesso de especialistas lotados nas enfermarias, ocasionando o descumprimento da escala de serviço estabelecida, ou seja, enche num horário e nos outros horários não tem ninguém para atender a população?

Como é que V.Ex^a justifica e não toca neste assunto? É lógico que não pode tocar! E a acumulação indevida de cargos públicos? Como se justifica a terceirização de profissionais com vínculo estatutário com o Estado, deputado Zé Neto? Não sou eu quem está dizendo isso, não! É uma auditoria do Tribunal de Contas do

Estado, da qual eu, exercendo o meu mandato - e um cidadão qualquer poderia fazer o que fiz -, tomei conhecimento porque venho acompanhando isto há muito tempo.

São denúncias inúmeras que fizemos. Encaminhei um ofício dizendo que de acordo com o que determina a Lei da Transparência, dentro da minha prerrogativa de deputado, pedi uma cópia integral desse processo. Então, foi tendo acesso a ela que tive acesso também às informações apuradas pela auditoria do TCE. É algo aprovado pela primeira vez contra o governo Wagner por unanimidade dos conselheiros daquela Corte - e reforçado pelo Ministério Público de Contas. É tão grave que foi anexado às contas do ex-secretário Jorge Solla e encaminhado ao Ministério Público porque, além do que já falei, temos ainda constatadas pela auditoria do Tribunal de Contas do Estado da Bahia empresas contratadas em cujo quadro societário figuram servidores da Sesab.

O que estamos discutindo neste Plenário não é uma forma de contemplar a necessidade iminente da contratação de profissionais. O que estamos contestando aqui são as irregularidades, são funcionários públicos... É aquele negócio: é o gato fiscalizando o rato ou vice-versa! É coisa desse tipo!

Como é que o cara que trabalha na Sesab, exerce cargos lá dentro, contrata uma empresa para ele mesmo fiscalizar? Como é que há terceirização de profissionais com vínculo com o Estado? Isso é acúmulo indevido de cargos! Isso é improbidade administrativa!

Se o ex-secretário Jorge Solla não tomar muito cuidado e a Secretaria não tomar as medidas que o Tribunal exigiu, de apuração e ressarcimento do dinheiro, ele vai inclusive ter as contas reprovadas porque é o gestor.

Venham cá, o que o deputado Zé Neto está mostrando é que, quando se faz o contrato, requer-se a declaração do representante legal da empresa de que não tem vínculo com o Estado. Ora, mas não tem fiscalização, não tem auditoria, não tem controle! Qualquer Secretaria e qualquer governo tem de ter um controle externo, deputado Zé Neto. Você justificar que tem ilegalidade porque o cara deu uma declaração de que não... Você já viu ladrão dizer que rouba?! Nenhum ladrão diz que rouba! Nunca vi alguém ser preso e dizer: -

“Olha, realmente eu tenho culpa porque roubei, porque desviei dinheiro público.” Nenhum corrupto fala isso, deputado Zé Neto!

É preciso que haja auditoria nos órgãos públicos, que haja controle interno, que exista uma Procuradoria Jurídica eficiente que vai analisar o histórico dessa empresa. Quem são os sócios da empresa. Foi isso que não fizeram. E tem que fazer, repito. Tem 50 empresas, Zé Neto, que em 2014 – estou com os valores, são astronômicos – continuam ilegalmente pertencendo a funcionários da própria Secretaria da Saúde, que estão contratando.

Quer dizer, ele contrata, ele fiscaliza, ele paga. Que maravilha! Que Estado é

esse? Por que não teve o cuidado? Caia fora do Estado e contrate, se for o caso, participando de algum processo. Então, o que estamos protestando, meu prezado deputado Zé Neto... Vejo o esforço de V.Ex^a indo por viés diferentes, porque V.Ex^a é uma pessoa inteligente. Mas, o cerne da questão é esse. É a fragilidade dos controles, fraudes do controle interno, desvio de dinheiro público, desvio de função.

Essas são irregularidades que têm que ser apuradas, porque senão o ex-Secretário Solla, repito, vai ter suas contas reprovadas, e vai ser responsabilizado criminalmente. Porque não cabe a mim nem a nenhum de nós dizer se ele tem culpa ou não, se sabia ou não...

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. Gaban:- Mas, se ele não tem, nem implantou – completando, Sr. Presidente. Se ele não implantou uma auditoria eficiente interna, se ele não tem uma procuradoria jurídica ou uma assessoria jurídica eficiente, ele vai pagar o pato devendo ou não, e isso tem que ser apurado, porque já é uma determinação do Ministério Público de Contas e unanimidade dos conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Horário das Lideranças Partidárias.

Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do bloco parlamentar PSL/PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos. (pausa) Não há orador; com a palavra o nobre Líder da Minoria ou Líder do bloco parlamentar PSBD/PTN/PRP para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos. (pausa.) Não há orador; com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do bloco parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos. (pausa.) Não há orador; com a palavra o Líder da Maioria ou Líder do bloco parlamentar PMDB/PR para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos. (pausa.) Não há orador; com a palavra o nobre Líder da Maioria ou Líder do bloco parlamentar PSC/PV/PRB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos. (Pausa.) Não há orador; com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos. (Pausa.) Não há orador; concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do DEM para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos. (Pausa.) Não há orador; com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 12 minutos. (Pausa.) Não há orador.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Ordem do Dia.

Há sobre a Mesa um requerimento:

“Os líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Ex^a. a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 20.864/2014, de autoria do Poder Executivo, que aprova o Plano Estadual de Cultura da Bahia e dá outras providências.”

Assinaram os Líderes tanto da Maioria quanto da Minoria.

Requerimento deferido.

Em discussão e votação o projeto de lei nº 20.864/2014, que aprova o Plano Estadual de Cultura da Bahia e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 20.864/2014

Aprova o Plano Estadual de Cultura da Bahia e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DOS OBJETIVOS, COORDENAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Estadual de Cultura da Bahia na forma do Anexo Único desta Lei.

Art. 2º - O Plano Estadual de Cultura será coordenado pela Secretaria de Cultura.

Parágrafo único - A Secretaria de Cultura exercerá a função de coordenação executiva do Plano Estadual de Cultura, conforme esta Lei, ficando responsável pela organização de suas instâncias, pelos termos de adesão, pelo estabelecimento de metas, pelos regimentos e demais especificações necessárias à sua implantação.

Art. 3º - A implementação do Plano Estadual de Cultura será feita em regime de cooperação entre o Governo do Estado e os municípios do Estado da Bahia, e em parceria com a União haja vista o Plano Nacional de Cultura, instituído pela Lei Federal nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010.

Parágrafo único - A implementação dos programas, projetos e ações

instituídos no âmbito do Plano Estadual de Cultura poderá ser realizada com a participação de instituições públicas ou privadas, mediante a celebração de instrumentos previstos em lei.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO PODER PÚBLICO

Art. 4º - Compete ao Poder Público, nos termos desta Lei:

I - formular políticas públicas e programas que conduzam à efetivação dos objetivos, diretrizes e metas do Plano;

II - garantir a avaliação e a mensuração do desempenho do Plano Estadual de Cultura e assegurar sua efetivação pelos órgãos responsáveis;

III - fomentar a cultura de forma ampla, por meio da promoção e difusão, da realização de editais e seleções públicas para o estímulo a projetos e processos culturais, da concessão de apoio financeiro e fiscal aos agentes culturais, da adoção de subsídios econômicos, da implantação regulada de fundos públicos e privados, entre outros incentivos, nos termos da lei;

IV - proteger e promover a diversidade cultural, a criação artística, suas manifestações e as expressões culturais, individuais ou coletivas, de todos os grupos étnicos e suas derivações sociais, reconhecendo a abrangência da noção de cultura em todo o território nacional e garantindo a multiplicidade de seus valores e formações;

V - promover e estimular o acesso à produção e ao empreendimento cultural, a circulação e o intercâmbio de bens, serviços e conteúdos culturais, bem como o contato e a fruição do público com a arte e a cultura de forma universal;

VI - garantir a preservação do patrimônio cultural baiano, resguardando os bens de natureza material e imaterial, os documentos históricos, acervos e coleções, as formações urbanas e rurais, as línguas e cosmologias indígenas, os sítios arqueológicos pré-históricos e as obras de arte, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência aos valores, identidades, ações e memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade baiana;

VII - articular as políticas públicas de cultura e promover a organização de redes e consórcios para a sua implantação, de forma integrada com as políticas públicas de educação, comunicação, ciência e tecnologia, direitos humanos, meio ambiente, turismo, planejamento urbano e cidades, desenvolvimento econômico e social, indústria e comércio, relações exteriores, dentre outras;

VIII - dinamizar as políticas de intercâmbio e a difusão da cultura baiana

no exterior, promovendo bens culturais e criações artísticas baianas no ambiente internacional e dar suporte à presença desses produtos nos mercados de interesse econômico e geopolítico do País;

IX - organizar instâncias consultivas e de participação da sociedade para contribuir na formulação e debater estratégias de execução das políticas públicas de cultura;

X - regular o mercado interno, estimulando os produtos culturais baianos com o objetivo de reduzir desigualdades sociais e regionais, profissionalizando os agentes culturais, formalizando o mercado e qualificando as relações de trabalho na cultura, consolidando e ampliando os níveis de emprego e renda, fortalecendo redes de colaboração, valorizando empreendimentos de economia solidária e controlando abusos de poder econômico;

XI - coordenar o processo de elaboração de planos setoriais para as diferentes áreas artísticas, respeitando seus desdobramentos e segmentações, e para os demais campos de manifestação simbólica identificados entre as diversas expressões culturais e que reivindiquem a sua estruturação nacional;

XII - incentivar a adesão de organizações e instituições do setor privado e entidades da sociedade civil às diretrizes e metas do Plano Estadual de Cultura por meio de ações próprias, parcerias e participação em programas.

CAPÍTULO III DO FINANCIAMENTO

Art. 5º - Os planos plurianuais, as leis de diretrizes orçamentárias e as leis orçamentárias do Estado disporão sobre os recursos a serem destinados à execução das ações constantes desta Lei.

Art. 6º - A Secretaria de Cultura, na condição de coordenadora executiva do Plano Estadual de Cultura, deverá estimular a diversificação dos mecanismos de financiamento para a cultura de forma a atender os objetivos desta Lei e elevar o total de recursos destinados ao setor, para garantir o seu cumprimento.

CAPÍTULO IV DO SISTEMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Art. 7º - Compete à Secretaria de Cultura monitorar e avaliar periodicamente o alcance das diretrizes e eficácia das metas do Plano Estadual de Cultura com base em indicadores regionais e locais que quantifiquem a oferta e a demanda por bens, serviços e conteúdos, os níveis de trabalho, renda e acesso à cultura, de institucionalização e gestão cultural, de desenvolvimento econômico-

cultural e de implantação sustentável de equipamentos culturais.

Parágrafo único - O processo de monitoramento e avaliação do Plano Estadual de Cultura contará com a participação do Conselho Estadual de Cultura, tendo o apoio de especialistas, técnicos e agentes culturais, de institutos de pesquisa, de universidades, de instituições culturais, de organizações e redes socioculturais, além do apoio de outros órgãos colegiados de caráter consultivo, na forma do Regulamento.

CAPÍTULO V

DA ESTRUTURA - EIXOS, ESTRATÉGIAS, LINHAS DE AÇÃO

Art. 8º - O Plano Estadual de Cultura será estruturado em 07 (sete) diretrizes, 20 (vinte) estratégias e 62 (sessenta e duas) ações.

Art. 9º - São diretrizes, estratégias e ações do Plano Estadual de Cultura:

§ 1º - Diretriz I: do estado e da participação social: fortalecer a institucionalidade da cultura e a participação da comunidade e da sociedade civil, através das seguintes ações:

I - estratégia 1 - fortalecimento da articulação das esferas dos poderes públicos:

a) consolidar a implantação do Sistema Estadual de Cultura, articulado ao Sistema Nacional de Cultura e Sistemas Municipais de Cultura, com participação da sociedade civil e envolvendo as três esferas de governo;

b) apoiar iniciativas de constituição de agendas, frentes e comissões parlamentares dedicadas a temas culturais;

c) estabelecer programas de cooperação técnica para a elaboração de planos de cultura e do planejamento das políticas públicas;

II - estratégia 2 - aprimoramento da gestão de políticas públicas, através das seguintes ações:

a) territorializar a atuação da Secretaria de Cultura em todo o Estado;

b) fortalecer os quadros institucionais e carreiras da Secretaria de Cultura, otimizando o emprego de recursos e garantindo o exercício de suas competências;

c) elaborar planos territoriais e setoriais para as diversas áreas da cultura;

d) estimular a criação de Câmara Temática de Cultura no Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER e nos Colegiados de Desenvolvimento Territorial - CODETERs;

III - estratégia 3 - implantação do Sistema de Informações e Indicadores Culturais como instrumento de acompanhamento, avaliação e aprimoramento da gestão e das políticas públicas de cultura, através das seguintes ações:

a) cadastrar, mapear e sintetizar as informações culturais, a fim de orientar a coleta pelo Estado e Municípios de dados relacionados à gestão, formação, produção, difusão, circulação, fruição e reflexão de obras, atividades e expressões culturais;

b) estabelecer parâmetros para formulação, implementação, gestão, monitoramento e avaliação das políticas culturais;

IV - estratégia 4 - implantação do Sistema de Informações e Indicadores Culturais como instrumento de acompanhamento, avaliação e aprimoramento da gestão e das políticas públicas de cultura, através da seguinte ação:

a) promover programas de cooperação para atualização e alinhamento da legislação estadual e municipais;

V- estratégia 5 - ampliação dos mecanismos de participação social no processo de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura, através das seguintes ações:

a) aperfeiçoar os mecanismos de gestão participativa e democrática, governo eletrônico e a transparência pública, com o objetivo de reforçar seu alcance e eficácia;

b) articular os sistemas de comunicação, com os processos e as instâncias de consulta, participação e diálogo para a formulação e o acompanhamento das políticas culturais;

c) potencializar os equipamentos e espaços culturais como canais de comunicação e diálogo com os cidadãos, ampliando sua participação na gestão destes equipamentos;

VI - estratégia 6 - fortalecimento da regulação social sobre os modelos de gestão das políticas culturais, através das seguintes ações:

a) disponibilizar informações sobre a gestão pública das políticas culturais, dando transparência a dados e indicadores sobre gestão e investimentos públicos;

b) criar ouvidorias e outros canais de interlocução dos cidadãos com os órgãos públicos e instituições culturais.

VII - estratégia 7 - consolidação das conferências, fóruns, conselhos, colegiados setoriais e seminários que envolvam a formulação e o debate sobre as políticas culturais, através das seguintes ações:

a) realizar a Conferência Estadual de Cultura, conferências territoriais e setoriais, periodicamente, envolvendo a sociedade civil, os gestores públicos e privados, as instituições e os agentes culturais;

b) estimular a realização de conferências municipais como instrumentos de participação e regulação social nas diversas esferas, com articulação com os encontros estaduais e nacionais;

c) incentivar a criação de conselhos territoriais e municipais, democraticamente constituídos, de modo a fortalecer o diálogo entre o poder público e a sociedade civil, e consolidar a atuação do Conselho Estadual de Cultura e dos conselhos de cultura existentes.

§ 2º - Diretriz II - do fomento: ampliar o investimento em cultura e aperfeiçoar os mecanismos de financiamento:

I - estratégia 8 - diversificação de modalidades de financiamento à cultura, visando atender, de modo adequado e satisfatório, as singularidades do complexo campo cultural, através das seguintes ações:

a) imaginar e implantar novas modalidades de financiamento e fomento à cultura, que contemplem as particularidades e dinâmicas das manifestações e expressões culturais;

b) incentivar a criação de linhas de financiamento e fomento para modelos de negócios culturais inovadores, para a pesquisa e a produção independente;

c) estimular o investimento privado de risco em cultura e a criação

de fundos de investimento;

d) ampliar e desconcentrar os investimentos, visando à redução das disparidades e desigualdades sociais e regionais;

II - estratégia 9 - consolidação do Fundo de Cultura como principal mecanismo de fomento, através das seguintes ações:

a) estabelecer programas de financiamento conjunto entre a União, Estado e os Municípios;

b) ampliar os recursos do Fundo de Cultura, buscando outras fontes, inclusive tornando o Fundo sócio de empreendimentos culturais;

c) estimular a criação de fundos municipais de cultura;

III - estratégia 10 - aprimoramento do mecanismo de incentivo fiscal, através das seguintes ações:

a) estabelecer diretrizes para o incentivo fiscal que permitam uma melhor distribuição dos recursos oriundos da renúncia, entre os territórios e áreas culturais;

b) estimular a contrapartida do setor privado de modo a aumentar os montantes de recursos de co-patrocínio e efetivar a parceria do setor público e do setor privado no campo da cultura;

c) ampliar e regulamentar as contrapartidas socioculturais de projetos com recursos oriundos da renúncia fiscal;

d) ampliar a divulgação das leis de incentivos fiscais para o setor privado, visando a participação territorialmente mais ampla.

§ 3º - Diretriz III - Da diversidade: reconhecer, valorizar, proteger e promover as expressões culturais:

I- estratégia 11 - Promoção da diversidade por meio de políticas de formação, pesquisa e difusão, estímulo à produção e circulação, formação de acervos e repertórios, através das seguintes ações:

a) criar políticas de apoio, reconhecimento e transmissão dos saberes e fazeres das culturas;

b) apoiar o mapeamento, documentação e preservação de sítios de valor simbólico e histórico;

c) mapear, preservar, restaurar e difundir os acervos históricos e culturais;

II - estratégia 12 - ampliação da circulação da produção cultural e dinamização das políticas de intercâmbio e difusão das culturas no estado da Bahia, no país e no exterior, através das seguintes ações:

a) fomentar projetos e ações de promoção da diversidade cultural da Bahia;

b) fomentar atividades de intercâmbio interterritorial, interestadual, internacional e residências culturais de estudantes e profissionais da cultura em instituições estaduais, nacionais e estrangeiras;

c) articular órgãos e políticas de cultura e relações exteriores para constituir e aprofundar programas com outras nações.

§ 4º - Diretriz IV - do acesso: universalizar o acesso à cultura:

I - estratégia 13 - desenvolvimento e ampliação dos espaços culturais existentes na Bahia, inclusive os da Secretaria de Cultura, através das seguintes ações:

a) ampliar e diversificar as ações de formação e fidelização de público, qualificando a fruição e o contato com as culturas;

b) promover a disponibilização de repertórios, de acervos, de documentos e de obras de referência;

II - estratégia 14 - estabelecimento de redes de equipamentos culturais, através das seguintes ações:

a) estabelecer sistemas de integração de equipamentos culturais, fomentando, inclusive, programas de amparo e apoio à manutenção e à gestão em rede de equipamentos culturais, potencializando investimento e garantindo padrões de qualidade;

b) instituir programas em parceria com instituições culturais e organizações civis para a ampliação da circulação de bens culturais;

III - estratégia 15 - promoção da apropriação social das tecnologias da informação e da comunicação para ampliar o acesso à cultura e suas possibilidades de produção, difusão e fruição, através das seguintes ações:

a) apoiar as políticas públicas de universalização do acesso gratuito de alta velocidade à internet em todos os municípios;

b) estimular o compartilhamento pelas redes digitais de conteúdos que possam ser utilizados livremente, estimulando a produção de conteúdo independente para as diversas plataformas de comunicação.

§ 5º - Diretriz V - da economia da cultura: ampliar a participação da cultura no desenvolvimento da Bahia:

I- estratégia 16 - incentivo à criação de modelos de desenvolvimento sustentável e solidário que reduzam a desigualdade regional e ampliem a diversidade cultural, através das seguintes ações:

a) oferecer apoio técnico às iniciativas de associativismo e cooperativismo e fomentar incubadoras de empreendimentos culturais;

b) estimular micros, pequenos e médios empreendedores culturais;

c) fomentar a capacitação e o apoio técnico para a produção, distribuição, comercialização de produtos relacionados às atividades culturais;

d) estimular, por meio de parcerias com entidades da sociedade civil e do Poder Público, a economia solidária no campo da cultura;

II - estratégia 17 - ampliação das atividades culturais, por meio da expansão, diversificação e qualificação de sua capacidade produtiva e ampla ocupação, estimulando a geração de trabalho, emprego, renda, promovendo a profissionalização do setor e o fortalecimento da economia, através das seguintes ações:

a) fortalecer e articular as redes produtivas que formam a economia da cultura;

b) desenvolver e gerir programas integrados de formação e capacitação para artistas, autores, técnicos, gestores, produtores e demais agentes culturais, estimulando a profissionalização, o empreendedorismo, o uso das tecnologias de informação e comunicação e o fortalecimento da economia da cultura.

§ 6º - Diretriz VI - da formação: ampliar e qualificar a formação em cultura:

I - estratégia 18 - disseminação do conhecimento e ampliação da apropriação social do patrimônio cultural, através das seguintes ações:

a) estimular a criação de instituições e de cursos de formação em cultura;

b) desenvolver uma rede de cooperação entre instituições públicas federais, estaduais e municipais, instituições culturais e demais organizações civis para promover o conhecimento sobre cultura;

c) estabelecer parcerias com instituições de ensino técnico e superior, bem como parcerias com associações e órgãos representativos setoriais, para a criação e o aprimoramento contínuo de cursos voltados à formação e capacitação de trabalhadores da cultura, gestores técnicos de instituições e equipamentos culturais;

d) promover atividades de capacitação aos agentes e organizações culturais proponentes ao financiamento estatal;

e) garantir assessoria técnica aos conselhos de cultura;

f) garantir assessoria técnica aos membros que integram os Fundos de Cultura;

II - estratégia 19 - fortalecimento e preservação da autonomia do campo de reflexão sobre a cultura, através da seguinte ação:

a) fomentar, por meio de parcerias com órgãos de educação, ciência e tecnologia e pesquisa, as atividades de grupos de estudos acadêmicos, experimentais e da sociedade civil que abordem questões relativas à cultura, às artes e à diversidade cultural.

§ 7º - Diretriz VII - da transversalidade: fomentar a articulação da cultura com outras áreas:

I - estratégia 20 - promoção da articulação das políticas públicas de cultura com as de outras áreas governamentais, através das seguintes ações:

a) articular os órgãos estaduais e municipais e representantes da sociedade civil e do empresariado na elaboração e implementação das políticas intersetoriais de cultura com outras áreas;

b) atuar em conjunto com os órgãos de educação no desenvolvimento de atividades que insiram a cultura no ensino regular como instrumento e tema de aprendizado, com a finalidade de estimular o olhar crítico e a expressão artístico-cultural do estudante;

c) estimular e consolidar a apropriação, pelas redes públicas de ensino, do patrimônio cultural, estimulando novas vivências e práticas educativas, propiciando, também, que as escolas atuem como centros de produção e difusão cultural da comunidade;

d) desenvolver e ampliar programas dedicados à capacitação de profissionais para o ensino de história, arte e cultura africana, afro-brasileira, indígena e de outras comunidades não hegemônicas;

e) promover o turismo cultural sustentável, aliando estratégias de preservação patrimonial e ambiental com ações de dinamização econômica e fomento às cadeias produtivas da cultura;

f) realizar programas, em parceria com os órgãos de comunicação, para que atuem como centro de produção e difusão cultural;

g) implantar, em conjunto com os órgãos responsáveis, a banda larga em todo Estado da Bahia;

h) articular e estimular os empreendimentos culturais por meio de parcerias com outros órgãos, promovendo ações de dinamização e fomento da cadeia produtiva da cultura.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10 - O Plano Estadual de Cultura terá a vigência de 10 (dez) anos e será revisto periodicamente, tendo como objetivo a atualização e o aperfeiçoamento de suas diretrizes e metas.

Parágrafo único - A primeira revisão do Plano será realizada após 04 (quatro) anos a partir da entrada em vigor desta Lei, assegurada a participação do Conselho Estadual de Cultura e de ampla representação do Poder Público e da sociedade civil, na forma do regulamento.

Art. 11 - O processo de revisão das diretrizes e estabelecimento de metas para o Plano Estadual de Cultura será desenvolvido pelo Comitê Executivo do Plano

Estadual de Cultura.

§ 1º - O Comitê Executivo será composto por membros indicados pela Secretaria Estadual de Cultura, tendo a participação de representantes do Conselho Estadual de Cultura e do setor cultural.

§ 2º - As metas de desenvolvimento institucional e cultural do Plano serão fixadas pela coordenação executiva do Plano Estadual de Cultura e serão publicadas em 180 (cento e oitenta) dias a partir da entrada em vigor desta Lei.

Art. 12 - O Estado e os Municípios que aderirem ao Plano deverão dar ampla publicidade e transparência ao seu conteúdo, bem como à realização de suas diretrizes e metas, estimulando a transparência e o controle social em sua implementação.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

ANEXO ÚNICO

1. Plano Estadual de Cultura da Bahia

1.1.Princípios

Em consonância com a Lei Orgânica da Cultura, Lei nº 12.365, de 30 de novembro de 2011, são princípios orientadores do Plano Estadual de Cultura:

I - direito fundamental à cultura;

II - respeito aos direitos humanos;

III - liberdade de criação, expressão e fruição;

IV - valorização da identidade, da diversidade, da interculturalidade e da pluralidade;

V - reconhecimento do direito à memória, às tradições, à criação e inovação culturais;

VI - democratização, descentralização e desburocratização no incentivo à formação, à pesquisa, à criação, à produção, à difusão, à circulação, à fruição e

à reflexão de bens e serviços culturais;

VII - cooperação entre os entes federados e entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da cultura;

VIII - participação e regulação social na formulação, execução, acompanhamento e avaliação dos planos, programas, projetos e ações da política cultural;

IX - territorialização de ações e investimentos culturais;

X - valorização do trabalho, dos profissionais e dos processos do fazer cultural e artístico;

XI - integração com as demais políticas públicas do Estado;

XII - compromisso com valores democráticos, libertários e emancipatórios, contra toda e qualquer discriminação, intolerância e preconceito.

1.2. Objetivos

Em consonância com a Lei Orgânica da Cultura, Lei nº 12.365, de 30 de novembro de 2011, são objetivos do Plano Estadual de Cultura:

I - valorizar e promover a diversidade artística e cultural da Bahia;

II - promover os meios para garantir o acesso de todo cidadão aos bens e serviços artísticos e culturais;

III - estimular a criação e a produção cultural, visando desenvolver a experimentação, inovação e invenção, bem como promover diálogos interculturais;

IV - incentivar a inovação e o uso de novas tecnologias em processos culturais e artísticos;

V - registrar e compartilhar a memória cultural e artística da Bahia;

VI - proteger, valorizar e promover o patrimônio material, imaterial, tradicional, histórico, artístico, arqueológico, natural, documental e bibliográfico;

VII - integrar sistemas, órgãos, entidades, programas e ações da União, do

Estado, dos Municípios e de organizações privadas e da sociedade civil;

VIII - aplicar recursos e estimular o investimento em infraestrutura física e tecnológica para a cultura;

IX - promover a integração da política cultural às demais políticas do Estado;

X - estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional;

XI - manter um sistema diversificado e abrangente de fomento e financiamento da cultura, coerente com as especificidades dos diferentes segmentos e atividades culturais;

XII - promover a descentralização, a municipalização e a participação social na produção e no consumo de bens e serviços culturais;

XIII - qualificar e garantir efetividade aos mecanismos de participação e regulação social na formulação de planos, programas, projetos e ações culturais do Estado;

XIV - promover o intercâmbio das expressões culturais da Bahia nos âmbitos regional, nacional e internacional;

XV - promover a formação e a qualificação de públicos, criadores, produtores, gestores, conselheiros e agentes culturais, considerando características e necessidades específicas de cada área;

XVI - estimular o pensamento crítico e reflexivo sobre a cultura e as artes;

XVII - organizar e difundir dados e informações de interesse cultural;

XVIII - consolidar a economia da cultura a partir de modelos de desenvolvimento sustentável e solidário;

XIX - fortalecer a rede produtiva da cultura, observando as especificidades de cada área.

CAPÍTULO I – DO ESTADO E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL: FORTALECER A INSTITUCIONALIDADE DA CULTURA E A PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE E DA SOCIEDADE CIVIL

ESTRATÉGIA 1.1

Fortalecimento da articulação das esferas dos poderes públicos

Ações:

1.1.1 Consolidar a implantação do Sistema Estadual de Cultura, articulado ao Sistema Nacional de Cultura e Sistemas Municipais de Cultura, com participação da sociedade civil e envolvendo as 03 (três) esferas de governo.

1.1.2 Apoiar iniciativas de constituição de agendas, frentes e comissões parlamentares dedicadas a temas culturais.

1.1.3 Estabelecer programas de cooperação técnica para a elaboração de planos de cultura e do planejamento das políticas públicas.

ESTRATÉGIA 1.2

Aprimoramento da gestão de políticas públicas.

Ações:

1.2.1 Territorializar a atuação da Secretaria de Cultura em todo o estado.

1.2.2 Fortalecer os quadros institucionais e carreiras da Secretaria de Cultura, otimizando o emprego de recursos e garantindo o exercício de suas competências.

1.2.3 Elaborar planos territoriais e setoriais para as diversas áreas da cultura.

1.2.4 Estimular a criação de Câmara Temática de Cultura no Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial - CEDETER e nos Colegiados de Desenvolvimento Territorial - CODETERs.

ESTRATÉGIA 1.3

Implantação do Sistema de Informações e Indicadores Culturais como instrumento de acompanhamento, avaliação e aprimoramento da gestão e das políticas públicas de cultura.

Ações:

1.3.1 Cadastrar, mapear e sintetizar as informações culturais, a fim de orientar a coleta pelo Estado e Municípios de dados relacionados à gestão, formação, produção, difusão, circulação, fruição e reflexão de obras, atividades e expressões culturais.

1.3.2 Estabelecer parâmetros para formulação, implementação, gestão, monitoramento e avaliação das políticas culturais.

ESTRATÉGIA 1.4

Aprimoramento dos marcos regulatórios da cultura.

Ação:

1.4.1 Promover programas de cooperação para atualização e alinhamento da legislação estadual e municipais.

ESTRATÉGIA 1.5

Ampliação dos mecanismos de participação social no processo de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de cultura.

Ações:

1.5.1 Aperfeiçoar os mecanismos de gestão participativa e democrática, governo eletrônico e a transparência pública com o objetivo de reforçar seu alcance e eficácia.

1.5.2 Articular os sistemas de comunicação, com os processos e as instâncias de consulta, participação e diálogo para a formulação e o acompanhamento das políticas culturais.

1.5.3 Potencializar os equipamentos e espaços culturais como canais de comunicação e diálogo com os cidadãos, ampliando sua participação na gestão destes equipamentos.

ESTRATÉGIA 1.6

Fortalecimento da regulação social sobre os modelos de gestão das políticas culturais.

Ações:

1.6.1 Disponibilizar informações sobre a gestão pública das políticas culturais, dando transparência a dados e indicadores sobre gestão e investimentos públicos.

1.6.2 Criar ouvidorias e outros canais de interlocução dos cidadãos com os órgãos públicos e instituições culturais.

ESTRATÉGIA 1.7

Consolidação das conferências, fóruns, conselhos, colegiados setoriais e seminários que envolvam a formulação e o debate sobre as políticas culturais.

Ações:

1.7.1 Realizar a Conferência Estadual de Cultura, conferências territoriais e setoriais, periodicamente, envolvendo a sociedade civil, os gestores

públicos e privados, as instituições e os agentes culturais.

1.7.2 Estimular a realização de conferências municipais como instrumentos de participação e regulação social nas diversas esferas, com articulação com os encontros estaduais e nacionais.

1.7.3. Incentivar a criação de conselhos territoriais e municipais, democraticamente constituídos, de modo a fortalecer o diálogo entre o poder público e a sociedade civil, e consolidar a atuação do Conselho Estadual de Cultura e dos conselhos de cultura existentes.

CAPÍTULO II - DO FOMENTO: AMPLIAR O INVESTIMENTO EM CULTURA E APERFEIÇAR OS MECANISMOS DE FINANCIAMENTO

ESTRATÉGIA 2.1

Diversificação de modalidades de financiamento à cultura, visando atender de modo adequado e satisfatório as singularidades do complexo campo cultural.

Ações:

2.1.1 Imaginar e implantar novas modalidades de financiamento e fomento à cultura, que contemplem as particularidades e dinâmicas das manifestações e expressões culturais

2.1.2 Incentivar a criação de linhas de financiamento e fomento para modelos de negócios culturais inovadores, para a pesquisa e a produção independente.

2.1.3 Estimular o investimento privado de risco em cultura e a criação de fundos de investimento.

2.1.4 Ampliar e desconcentrar os investimentos visando a redução das disparidades e desigualdades sociais e regionais.

ESTRATÉGIA 2.2

Consolidação do Fundo de Cultura como principal mecanismo de fomento.

Ações:

2.2.1 Estabelecer programas de financiamento conjunto entre a União, Estado e os Municípios.

2.2.2 Ampliar os recursos do Fundo de Cultura, buscando outras fontes, inclusive tornando o Fundo sócio de empreendimentos culturais.

2.2.3 Estimular a criação de fundos municipais de cultura.

ESTRATÉGIA 2.3

Aprimoramento do mecanismo de incentivo fiscal.

Ações:

2.3.1 Estabelecer diretrizes para o incentivo fiscal que permitam uma melhor distribuição dos recursos oriundos da renúncia, entre os territórios e áreas culturais.

2.3.2 Estimular a contrapartida do setor privado de modo a aumentar os montantes de recursos de co-patrocínio e efetivar a parceria do setor público e do setor privado no campo da cultura.

2.3.3 Ampliar e regulamentar as contrapartidas socioculturais de projetos com recursos oriundos da renúncia fiscal.

2.3.4 Ampliar a divulgação das leis de incentivos fiscais para o setor privado visando uma participação territorialmente mais ampla.

CAPÍTULO III - DA DIVERSIDADE: RECONHECER, VALORIZAR, PROTEGERE PROMOVER AS EXPRESSÕES CULTURAIS

ESTRATÉGIA 3.1

Promoção por meio de políticas de formação, pesquisa e difusão, estímulo à produção e circulação, formação de acervos e repertórios.

Ações:

3.1.1 Criar políticas de apoio, reconhecimento e transmissão dos saberes e fazeres das culturas.

3.1.2 Apoiar o mapeamento, documentação e preservação de sítios de valor simbólico e histórico.

3.1.3 Mapear, preservar, restaurar e difundir os acervos históricos e culturais.

ESTRATÉGIA 3.2

Ampliação da circulação da produção cultural e dinamização das políticas de intercâmbio e difusão das culturas no estado da Bahia, no país e no exterior.

Ações:

3.2.1 Fomentar projetos e ações de promoção da diversidade cultural da

Bahia.

3.2.2 Fomentar atividades de intercâmbio interterritorial, interestadual, internacional e residências culturais de estudantes e profissionais da cultura em instituições estaduais, nacionais e estrangeiras.

3.2.3 Articular órgãos e políticas de cultura e relações exteriores para constituir e aprofundar programas com outras nações.

CAPÍTULO IV - DO ACESSO: UNIVERSALIZAR O ACESSO À CULTURA

ESTRATÉGIA 4.1

Desenvolvimento e ampliação dos espaços culturais existentes na Bahia, inclusive os da Secretaria de Cultura do Estado.

Ações:

4.1.1 Ampliar e diversificar as ações de formação e fidelização de público, qualificando a fruição e o contato com as culturas.

4.1.2 Promover a disponibilização de repertórios, de acervos, de documentos e de obras de referência.

ESTRATÉGIA 4.2

Estabelecimento de redes de equipamentos culturais.

Ações:

4.2.1 Estabelecer sistemas de integração de equipamentos culturais, fomentando, inclusive, programas de amparo e apoio à manutenção e gestão em rede de equipamentos culturais, potencializando investimento e garantindo padrões de qualidade.

4.2.2 Instituir programas em parceria com instituições culturais e organizações civis para a ampliação da circulação de bens culturais

ESTRATÉGIA 4.3

Promoção da apropriação social das tecnologias da informação e da comunicação para ampliar o acesso à cultura e suas possibilidades de produção, difusão e fruição.

Ações:

4.3.1 Apoiar as políticas públicas de universalização do acesso gratuito de alta velocidade à internet em todos os municípios.

4.3.2 Estimular o compartilhamento pelas redes digitais de conteúdos que possam ser utilizados livremente, estimulando a produção de conteúdo independente para as diversas plataformas de comunicação.

CAPÍTULO V - DA ECONOMIA DA CULTURA: AMPLIAR A PARTICIPAÇÃO DA CULTURA NO DESENVOLVIMENTO DA BAHIA

ESTRATÉGIA 5.1

Incentivo à criação de modelos de desenvolvimento sustentável e solidário que reduzam a desigualdade regional e ampliem a diversidade cultural.

Ações:

5.1.1 Oferecer apoio técnico às iniciativas de associativismo e cooperativismo e fomentar incubadoras de empreendimentos culturais.

5.1.2 Estimular micros, pequenos e médios empreendedores culturais.

5.1.3 Fomentar a capacitação e o apoio técnico para a produção, distribuição, comercialização de produtos relacionados às atividades culturais.

5.1.4 Estimular, por meio de parcerias com entidades da sociedade civil e do poder público, a economia solidária no campo da cultura.

ESTRATÉGIA 5.2

Ampliação das atividades culturais, por meio da expansão, diversificação e qualificação de sua capacidade produtiva e ampla ocupação, estimulando a geração de trabalho, emprego, renda, promovendo a profissionalização do setor e o fortalecimento da economia.

Ações:

5.2.1 Fortalecer e articular as redes produtivas que formam a economia da cultura.

5.2.2 Desenvolver e gerir programas integrados de formação e capacitação para artistas, autores, técnicos, gestores, produtores e demais agentes culturais, estimulando a profissionalização, o empreendedorismo, o uso das tecnologias de informação e comunicação e o fortalecimento da economia da cultura.

CAPÍTULO VI - DA FORMAÇÃO: AMPLIAR E QUALIFICAR A FORMAÇÃO EM CULTURA

ESTRATÉGIA 6.1

Disseminação do conhecimento e ampliação da apropriação social do patrimônio cultural.

Ações:

6.1.1 Estimular a criação de instituições e de cursos de formação em cultura.

6.1.2 Desenvolver uma rede de cooperação entre instituições públicas federais, estaduais e municipais, instituições culturais e demais organizações civis para promover o conhecimento sobre cultura.

6.1.3 Estabelecer parcerias com instituições de ensino técnico e superior, bem como parcerias com associações e órgãos representativos setoriais, para a criação e o aprimoramento contínuo de cursos voltados à formação e capacitação de trabalhadores da cultura, gestores técnicos de instituições e equipamentos culturais.

6.1.4 Promover atividades de capacitação aos agentes e organizações culturais proponentes ao financiamento estatal.

6.1.5 Garantir assessoria técnica aos conselhos de cultura.

6.1.5 Garantir assessoria técnica aos membros que integram os Fundos de Cultura.

ESTRATÉGIA 6.2

Fortalecimento e preservação da autonomia do campo de reflexão sobre a cultura.

Ações:

6.2.1 Fomentar, por meio de parcerias com órgãos de educação, ciência e tecnologia e pesquisa, as atividades de grupos de estudos acadêmicos, experimentais e da sociedade civil que abordem questões relativas à cultura, às artes e à diversidade cultural.

CAPÍTULO VII - DA TRANSVERSALIDADE: FOMENTAR A ARTICULAÇÃO DA CULTURA COM OUTRAS ÁREAS

ESTRATÉGIA 7.1

Promoção da articulação das políticas públicas de cultura com as de outras áreas governamentais.

Ações:

7.1.1 Articular os órgãos estaduais e municipais e representantes da sociedade civil e do empresariado na elaboração e implementação das políticas intersetoriais de cultura com outras áreas.

7.1.2 Atuar em conjunto com os órgãos de educação no desenvolvimento de atividades que insiram a cultura no ensino regular como instrumento e tema de aprendizado, com a finalidade de estimular o olhar crítico e a expressão artístico-cultural do estudante.

7.1.3 Estimular e consolidar a apropriação, pelas redes públicas de ensino, do patrimônio cultural, estimulando novas vivências e práticas educativas, propiciando, também, que as escolas atuem como centros de produção e difusão cultural da comunidade.

7.1.4 Desenvolver e ampliar programas dedicados à capacitação de profissionais para o ensino de história, arte e cultura africana, afro-brasileira, indígena e de outras comunidades não hegemônicas.

7.1.5 Promover o turismo cultural sustentável, aliando estratégias de preservação patrimonial e ambiental com ações de dinamização econômica e fomento às cadeias produtivas da cultura.

7.1.6 Realizar programas, em parceria com os órgãos de comunicação, para que atuem como centro de produção e difusão cultural.

7.1.7 Implantar, em conjunto com os órgãos responsáveis, a banda-larga em todo Estado da Bahia.

7.1.8 Articular e estimular os empreendimentos culturais por meio de parcerias com outros órgãos, promovendo ações de dinamização e fomento da cadeia produtiva da cultura.

2. DIAGNÓSTICO DA CULTURA NA BAHIA

INTRODUÇÃO

O diagnóstico da cultura na Bahia tem como objetivo subsidiar a elaboração do Plano Estadual de Cultura, um instrumento de gestão que indica os rumos da cultura nos próximos dez anos.

Para elaborar o diagnóstico, foram utilizadas diversas fontes de pesquisa, tais como: resultados das quatro conferências de cultura; relatórios de gestão da Secult e do Governo do Estado; dados do IBGE e do IPEA, da Secretaria Estadual de Planejamento/Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, Secretaria Estadual da Fazenda; informações da Secretaria de Cultura da Bahia, do Conselho Estadual de Cultura, do Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura; dentre outros.

O texto foi redigido considerando a cultura em três dimensões: (I) Simbólica, (II) Cidadã e (III) Econômica, e nos aspectos da (IV) Gestão cultural e (V) Participação social. Essa organização do diagnóstico seguiu a orientação do Plano Nacional de Cultura que, por sua vez, refletiu a perspectiva ampliada do conceito de cultura com a qual o Ministério da Cultura (MinC) vem trabalhando na última década. Em resumo, a dimensão simbólica considera que todo ser humano é capaz de criar símbolos expressos nas mais diversas práticas culturais; a cidadã compreende que a cultura é um direito básico e que, conforme a Constituição Federal do Brasil, os direitos culturais devem ser garantidos por meio de políticas que promovam o acesso aos meios de produção, difusão e fruição dos bens e serviços culturais; e a econômica considera a cultura como vetor econômico, ressaltando seu potencial de produzir lucro, emprego e renda, considerando o desenvolvimento econômico socialmente justo e sustentável. Já os aspectos da gestão cultural e da participação social se referem aos elementos institucionais que viabilizam a elaboração e execução das políticas culturais e aos mecanismos e ferramentas de participação da sociedade na elaboração das políticas públicas (MINC, 2012).

É preciso ficar claro que a proposta desse diagnóstico não é apresentar um inventário, uma lista ou um mapeamento de todos os elementos relacionados à cultura. Primeiro porque a perspectiva da construção de um Plano Estadual de Cultura implica na definição de prioridades a serem enfrentadas e resolvidas em dez anos. O intuito aqui, portanto, é abordar os principais aspectos que deverão integrar o Plano Estadual na perspectiva de analisar os pontos fortes e fracos de cada um deles. Segundo porque há perspectiva da Secult desenvolver o Sistema de Informações e Indicadores Culturais, que estará apto a levantar dados e organizá-los melhor.

Além disso, não se pode esquecer que a elaboração de um diagnóstico encontra

limitações de diversas ordens, partes delas resultantes do atraso na organização do campo da cultura no Estado. A ausência de dados e informações sobre a cultura, aliás, não é característica exclusiva da Bahia. É recente o interesse de organismos de pesquisas, como o IPEA, por elementos e práticas culturais. No âmbito federal, por exemplo, somente a partir de 2006 o IBGE passou a elaborar mecanismos próprios para levantar dados sobre a cultura no país.

Essa carência de dados, informações e estudos sobre a cultura representa um risco para a formulação de políticas públicas, visto que pensar e propor programas, atividades e ações sem uma análise prévia do campo significa correr o risco de estas não atingirem as suas principais necessidades.

Ainda assim, reconhecendo as limitações impostas no momento e a necessidade imediata de formular o Plano Estadual de Cultura da Bahia, a Secretaria de Cultura empenhou esforços na intensão de reunir, em um único texto, informações sobre a atual situação da cultura no Estado.

2.1. CULTURA NA DIMENSÃO SIMBÓLICA

O diagnóstico busca avaliar a situação da cultura na dimensão que aborda a potencialidade humana de criar símbolos e de se expressar nas mais diversas práticas culturais, quer sejam individuais, quer sejam coletivas.

De antemão, não seria novidade afirmar que a Bahia possui uma diversidade cultural proeminente, diversidade que vinha sendo negada por políticas de monocultura. Entretanto essa diversidade vem ganhando visibilidade por meio de ações promovidas, especialmente, pelo Governo do Estado. Essa visibilidade revela que ainda há muito a ser feito. As demandas apontadas nas conferências de cultura são um retrato disso.

Para compreender melhor o que ocorre no interior de cada área, será apresentado um resumo da situação em cada uma delas.

2.1.1. Linguagens artísticas/artes

Em 2009, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais-Munic, feita pelo IBGE, revelou que há uma variedade de grupos culturais presentes nos municípios baianos, conforme gráfico abaixo.

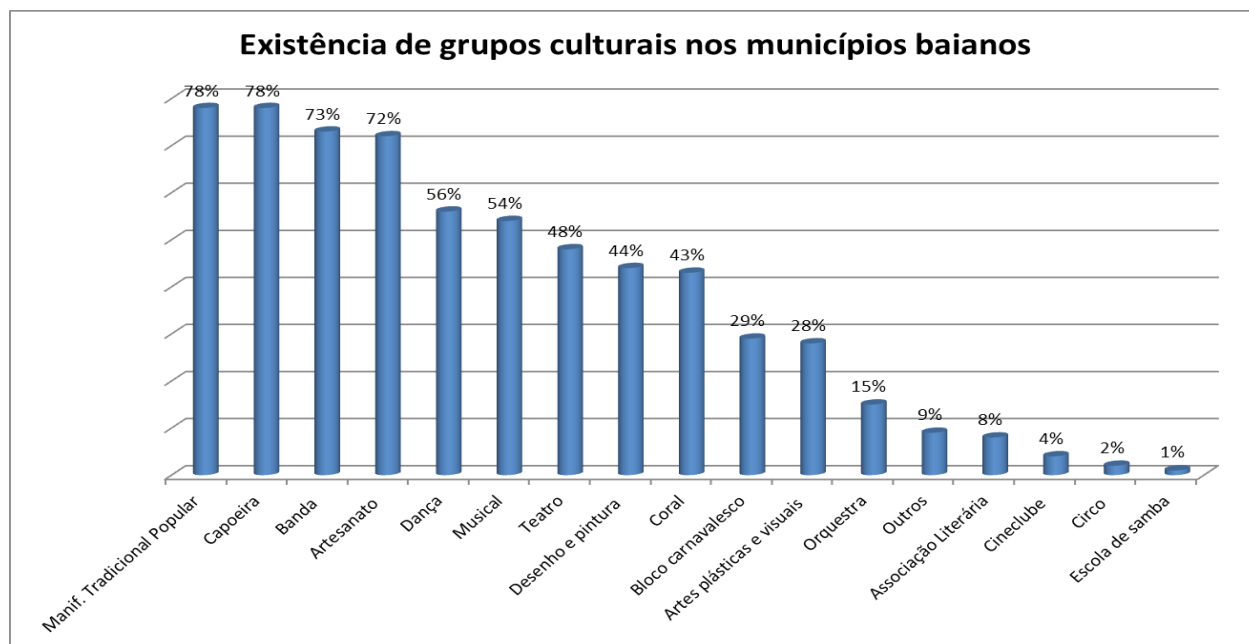


Gráfico 01 – Porcentagem de grupos artísticos nos municípios baianos

Fonte: IBGE/MUNIC, 2009

Em relação às áreas artísticas, música, dança e teatro se destacam. Porém, apesar do alto índice de grupos de música, por exemplo, somente 23,7% (vinte e três vírgula sete por cento) dos municípios baianos possuem escolas e realizam oficinas ou cursos de música, de acordo com a Munic de 2006. Dentre os cursos de graduação reconhecidos pelo Ministério da Educação, 03 (três) estão em Salvador e 01 (um) em Feira de Santana. Na área de dança, a situação se repete. Somente cerca de 20% (vinte por cento) dos municípios possuem escolas e realizam oficinas ou cursos na área. No âmbito da graduação, apenas Salvador e Jequié possuem cursos. Vale ressaltar que a Bahia se destaca em relação à formação artística. Na Universidade Federal da Bahia, encontram-se escolas de artes com mais de 50 (cinquenta) anos, como a de Teatro, Dança, Belas Artes e Música. Entretanto, a localização dessas escolas, como foi dito, restringe-se praticamente a Salvador, gerando uma discrepância entre o quadro artístico da capital e do interior e isso se reflete na produção artística. Na capital há diálogos, produções em coletivos, pesquisas, experimentos estéticos. No interior, a busca por formação leva artistas a se dirigirem aos grandes centros. Além disso, há dificuldade em encontrar espaços e investimentos para a área nos municípios do interior, o que contribui para enfraquecer o cenário local. Nesse sentido, fortalecer a política de territorialização, incluindo toda a rede produtiva, é fundamental para as expressões artísticas, além da urgência em investir na área de formação, inclusive técnica.

A Munic revelou também que há poucos grupos circenses locais (2%), bem como cineclubes (4%) e associações literárias (8%), o que indica a necessidade de potencializar essas áreas. Em relação à arte circense, vale ressaltar que na conferência setorial do circo foram apontadas como dificuldades para o seu desenvolvimento: a desvalorização da arte, a dificuldade em obter alvará de instalação junto às prefeituras, a existência de poucos espaços para formação e treinamento da categoria,

bem como ausência de espaços adequados para a instalação de circo. Há, portanto, demandas de várias ordens. Desde a parte de formação até a relação com os órgãos de administração municipal. Já a conferência setorial do audiovisual apontou a instabilidade orçamentária para o setor, a dificuldade na distribuição e exibição de produtos audiovisuais e a limitação aos centros urbanos da rede de exibição de cinema. Nesse sentido, investir em cineclubes seria contribuir para reduzir essa concentração. Cabe informar que a Secult, em parceria com o MinC, publicou em 2010 o edital Cine Mais Cultura cujo objetivo foi fomentar a exibição audiovisual e a formação de público. Em relação à literatura, a setorial indicou como dificuldade o reduzido número de leitores e poucos espaços de difusão literária, como bienais e feiras, dentre outros aspectos. Nesse sentido, seria indicado promover a formação de público-leitor e investir em eventos de promoção do livro que aproximassem a literatura do público e deste com o escritor. Aqui vale ressaltar que, dentro da Secult, as políticas para a literatura integram o quadro de competência da Fundação Cultural do Estado da Bahia - Funceb, enquanto que as ações relacionadas ao livro e à leitura relacionam-se com a Fundação Pedro Calmon - FPC.

Seguindo na avaliação dos grupos artísticos, os grupos de teatro aparecem em 48% (quarenta e oito por cento) dos municípios baianos. Apesar disso, a Munic de 2009 revelou que apenas 17% (dezessete por cento) dos municípios do Estado possuem teatro ou sala de espetáculo. Ou seja, há um déficit em relação aos espaços de apresentação. Na conferência setorial de teatro, realizada em 2011, foram destacados: a insuficiência e a precariedade dos equipamentos culturais existentes para as artes cênicas e a ausência de programas contínuos de formação e de preservação da memória das artes na Bahia.

Na área das artes visuais, que possuem grupos artísticos/artistas presentes em 28% (vinte e oito) dos municípios baianos, entre as principais demandas identificadas através das conferências setorial e estadual estão a necessidade de fortalecimento e a ampliação dos Salões Regionais para todos os Territórios de Identidade, a realização de eventos regulares e a inclusão de representantes das artes visuais nas instâncias deliberativas e consultivas do setor.

2.1.2. Patrimônio Imaterial: modos de vida, saberes e fazeres

Na Bahia, 11 (onze) bens foram registrados como Patrimônio Imaterial, a saber:

	BEM CULTURAL	INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL PELO REGISTRO	TERRITÓRIO DE IDENTIDADE
1	Festa da Boa Morte	IPAC	Recôncavo
2	Carnaval de Maragojipe	IPAC	Recôncavo
3	Cortejo do Dois de Julho	IPAC	RMS
4	Roda de Capoeira	IPAC/IPHAN	Sem Território definido
5	Ofício dos Mestres da Capoeira	IPHAN	Sem Território definido
6	Ofício de Vaqueiro	IPAC	Sem Território definido
7	Festa de Santa Bárbara	IPAC	RMS

8	Desfile dos Afoxés	IPAC	RMS
9	Samba de Roda do Recôncavo	IPHAN	Recôncavo
10	Ofício das Baianas de acarajé	IPAC/IPHAN	Sem Território definido
11	Festa do Bembé do Mercado de Santo Amaro	IPAC	Recôncavo

Quadro 01 - Bens culturais registrados no Estado da Bahia

Fonte: IPAC / IPHAN, 2012

Para a criação de políticas públicas para salvaguarda do Patrimônio Imaterial, além da importância dos processos de reconhecimento e registro dos bens culturais, é necessário pensar nas possibilidades de divulgá-los e ampliar o acesso da população aos mesmos, utilizando, por exemplo, linguagens comunicacionais, tais como audiovisual, escrita, fonográfica e etc. Dentre as principais demandas elencadas nas conferências setoriais e estadual de cultura, destacam-se a necessidade de iniciativas de educação patrimonial nas escolas, pressupondo uma interseção entre a cultura e a educação, a realização de mapeamentos do patrimônio cultural e viabilização de programas que possibilitem o auxílio ao sustento de mestres e mestras da cultura.

2.1.3. Grupos e manifestações tradicionais da cultura popular

A Bahia é um dos estados que mais se destacam em relação à quantidade de municípios que possuem grupos tradicionais da cultura popular, ocupando o 7º (sétimo) lugar no ranking nacional. Além disso, em mais de 50% (cinquenta por cento) dos municípios baianos, são realizados festivais ou mostras destas manifestações (IBGE/MUNIC, 2009).

Entre os grupos de cultura popular mapeados no Estado pelo IBGE, há uma predominância nas áreas das manifestações tradicionais (78%), capoeira (78%) e do artesanato (72%), conforme nos apresentam os dados ilustrados no Gráfico 01.

No âmbito da gestão pública estadual, esta demanda já havia sido identificada pela Secretaria de Cultura durante as etapas preparatórias para a II Conferência Estadual de Cultura da Bahia - II CEC, realizada em 2007, onde a cultura popular foi indicada como prioridade temática por 13 (treze) Territórios de Identidade, o equivalente 49% (quarenta e nove por cento) do Estado.

Em relação à capoeira, registrada em 2006 como Patrimônio Imaterial do Estado, um dos desafios é ampliar o raio de abrangência do Forte Santo Antônio Além do Carmo, mais conhecido como Forte da Capoeira, localizado no Centro Histórico de Salvador, transformando-o em um centro de estudo, pesquisa e memória da capoeira da Bahia.

No âmbito das culturas populares, cabe destacar a importância que elas tiveram nas conferências setoriais, contribuindo para a indicação das fragilidades e potencialidades da área, promovendo o diálogo entre os grupos e entre estes e o poder público. Dentre algumas demandas estão o estímulo à institucionalização dos grupos, o mapeamento desses e das manifestações e a publicação de um calendário de festas. Algumas dessas ações estão em desenvolvimento. É possível perceber em alguns

projetos, como “Ponto de Cultura”, a presença de grupos populares já institucionalizados.

Por outro lado, é preciso estar atento para alguns aspectos essenciais ao setor, a exemplo da necessidade de investir e incentivar a transmissão dos saberes e fazeres tradicionais aos mais novos, especialmente desenvolver projetos que aproximem os mestres e mestras das escolas públicas e de revisar e criar novos mecanismos de financiamento adequados à realidade dos grupos tradicionais da cultura popular.

2.1.4. Cultura Afro-brasileira

A cultura negra está presente em praticamente todas as regiões baianas, como pode ser observado através da culinária local, dos afoxés e blocos afros, dos rituais e práticas religiosas, da trajetória da música e da dança, da indumentária, das datas comemorativas, além do registro de 463 (quatrocentos e sessenta e três) comunidades remanescentes de quilombo (SEI, 2012) que apresentam modos peculiares de fazer e saber, e um histórico de lutas frente ao reconhecimento e valorização das manifestações afrodescendentes na Bahia e no Brasil. Registra-se a existência de comunidades remanescentes de quilombos em 115 (cento e quinze) dos 417 (quatrocentos e dezessete) municípios baianos, distribuídas em 25 (vinte e cinco) Territórios de Identidade, a saber:

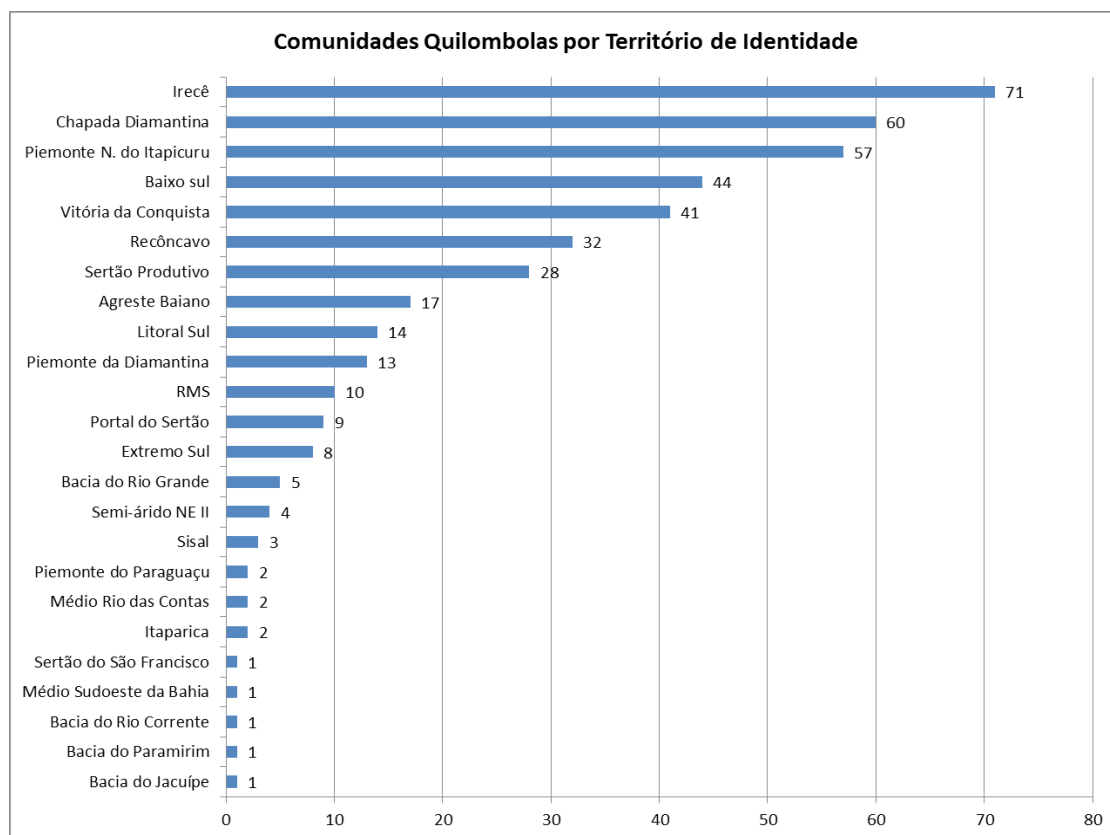


Gráfico 02– Quantidade de comunidades quilombolas por Território de Identidade

Fonte: Sepromi, 2012

Entre as regiões baianas que mais concentram comunidades remanescentes de quilombo destacam-se Irecê (71), Chapada Diamantina (60) e Piemonte Norte do Itapicuru (57). O reconhecimento e a certificação destas comunidades pelo poder público - processo que tem ganhado força, sobretudo, nos últimos 10 (dez) anos estão associados à posse da terra. Isso reorganiza e redefine o lugar simbólico e sócio-político das comunidades negras do Estado, legitimando-as e valorizando-as como elemento fundamental no processo de construção da identidade local.

No âmbito da gestão pública da cultura, é preciso estar atento a este histórico a fim de dar conta da diversidade e, ao mesmo tempo, das peculiaridades das manifestações da cultura afro-brasileira, que se destacam por apresentar grande relevância estética e identitária, mas que também apresentam grupos que devem ser inseridos em um processo de acompanhamento distinto, que inclui tanto a concepção de novos modelos de financiamento como também de novas formas de gestão e sustentabilidade. É dever do Estado assumir a responsabilidade de promover a diversidade das expressões da cultura negra em sua completude, respaldando, através deste reconhecimento, questões relativas à dimensão tríplice da cultura, a exemplo do sentimento de pertencimento dos sujeitos e da autoestima viabilizada através da execução de determinadas práticas artístico-culturais, das possibilidades de geração de trabalho e renda dos grupos artísticos e do poder formativo, político, de inclusão social e autoafirmação.

Entre os patrimônios imateriais registrados no Estado, mais da metade estão relacionados às tradições culturais afro-brasileiras, a exemplo da Roda de Capoeira, da Festa da Boa Morte, do Desfile dos Afoxés e da Festa do Bembé de Santo Amaro. Além disso, há o Samba de Roda do Recôncavo, o Ofício das Baianas de Acarajé e o Ofício dos Mestres da Capoeira, elementos marcantes da identidade afro-baiana que foram registrados como Patrimônio Imaterial do Brasil. Entre os bens tombados como Patrimônio Material do Estado há muitos espaços de referência e celebração da cultura afro-brasileira, a exemplo de Terreiros de Candomblé localizados na Região Metropolitana e no Recôncavo Baiano.

Nesse âmbito, dentre as ações coordenadas pela Secult duas se destacam: Carnaval Ouro Negro e o Encontro das Culturas Negras. O Carnaval Ouro Negro é um programa de apoio às entidades de matriz africana para desfilarem durante o carnaval. Através do incentivo financeiro do governo, afoxés, blocos afro, de índio, de percussão, de samba e de reggae desfilam pelos circuitos Dodô (Barra/Ondina), Osmar (Avenida) e Batatinha (Pelourinho). O I Encontro das Culturas Negras, realizado em novembro de 2012, em Salvador e em Santo Amaro da Purificação, integrou o projeto do governo denominado Novembro Negro. O Encontro teve a participação de mais de 14.000 (quatorze mil) pessoas divididas entre palestrantes, artistas, profissionais envolvidos, participantes das mesas-redondas e das oficinas, e público presente aos eventos culturais e às exposições. O encontro promoveu o debate de temas como “Culturas negras no mundo contemporâneo”, “Carnavais negros nas Américas” e “Diversidade das Culturas Negras da Bahia”.

Na conferência setorial da área, foi indicado como necessário, dentre outros, a criação de fórum baiano de cultura afro, publicação de edital para a realização de pesquisa sobre a cultura afrodescendente no Brasil, mapeamento e intercâmbio das manifestações tradicionais. Como fragilidade foram apontadas as seguintes questões: a ausência de diagnósticos e dados quantitativos mais precisos relacionados aos povos de terreiro, a descontinuidade das tradições, sobretudo no contexto familiar, e dificuldade em acessar os modelos de financiamento existentes. Como grandes desafios: promover maior visibilidade aos grupos, incentivar de maneira mais incisiva a formação e fomentar a produção/circulação de produtos e bens relacionados à cultura negra através de mecanismos específicos e de forma territorializada.

2.1.5. Culturas dos Sertões

Os Sertões, e a sua diversidade de artefatos, símbolos e referências, aparecem como tema de grandes obras literárias, audiovisuais, teatrais, musicais, ilustra telas, dão formas a esculturas e são palcos de uma diversidade de saberes e fazeres específicos das regiões de clima semiárido da Bahia. Ainda assim, são poucas as políticas públicas de cultura que incluem os Sertões como prioridade temática.

Com o menor índice pluviométrico de todo país, são características do sertão baiano chuvas irregulares e escassas, podendo provocar longos períodos de seca. Atualmente, 256 (duzentos e cinquenta e seis) municípios, o equivalente a 61% (sessenta e um por cento) dos municípios baianos, são pertencentes ao Polígono das Secas. Composto basicamente por árvores pequenas com galhos secos e contorcidos e por plantas espinhosas, a vegetação predominante do sertão é a caatinga. Nestas regiões, o índice de natalidade é alto, assim como a pobreza e as desigualdades sociais. Ainda assim, o conjunto de saberes e fazeres do povo sertanejo se destaca em um espaço que exala uma profusão de ofícios, mitos, personagens e elementos, que em conjunção com as condições climáticas e com os demais aspectos sócio-políticos e geográficos compõe as denominadas culturas dos Sertões. Mais uma vez a relação do homem com a terra se impõe e é inegável a relação que as expressões culturais sertanejas possuem com a vegetação, a exemplo do artesanato com galhos secos, a confecção de bolsas, redes e cordas com fibras vegetais extraídas do Caroá, do aboio e dos encouraçados, utilizados pelos vaqueiros para a lida do gado, das rezas e novenas que se multiplicam nos períodos de estiagem prolongada, das cantorias, do saber quando vem a chuva pela neblina das manhãs, entre outros fazeres e saberes que colaboram para a diversidade cultural.

Apesar da exuberância das expressões culturais sertanejas, os modos de fazer e saber dos sertões pouco foram pautados no processo de construção de políticas públicas de cultura na Bahia, ao tempo em que as tradições que compõem o universo cultural dos sertões ainda são pouco reconhecidas como formadoras da identidade nacional. Isso configura um grande desafio frente à criação de políticas de

valorização e difusão das culturas sertanejas, que é contribuir para o reconhecimento das diversas manifestações dos sertões e possibilitar um novo olhar acerca das artes, dos saberes, das práticas, tradições, inovações e dos personagens que compõem este universo. Outro desafio é iniciar uma discussão setorial a fim de levantar demandas mais específicas que subsidiem a criação de políticas públicas para o setor.

Um avanço nesta área foi o reconhecimento do Ofício do Vaqueiro como Patrimônio Imaterial do Estado. Este reconhecimento foi festejado durante a Celebração das Culturas dos Sertões, realizado em maio de 2012, evento que teve por objetivo valorizar as culturas dos sertões, difundi-las e discutir sua importância para a formação da identidade dos baianos. O evento, realizado em Salvador e Feira de Santana, reuniu encontro de repentistas, exposição fotográfica, feira de artesanato, shows de música, exibição de filmes, encontro de estudos, mesas redondas, debates, desfile de vaqueiros, e a aula-espetáculo do escritor Ariano Suassuna.

2.1.6.Culturas Indígenas

Registra-se a existência de 16 (dezesseis) etnias indígenas na Bahia, a saber: Aticum, Caimbé, Cantaruré, Cariri-Xocó, Paiaia, Pancararé, Pancaru, Pataxó, Hã-Hã-Hãe, Quiriri, Trucá, Tumbalalá, Tupinambá de Olivença, Tupinambá do Jequitinhonha, Tuxá e Xucuru-Cariri. Atualmente, estes povos podem ser encontrados em 28 (vinte e oito) dos 417 (quatrocentos e dezessete) municípios do estado, distribuídos em 10 (dez) Territórios de Identidade.

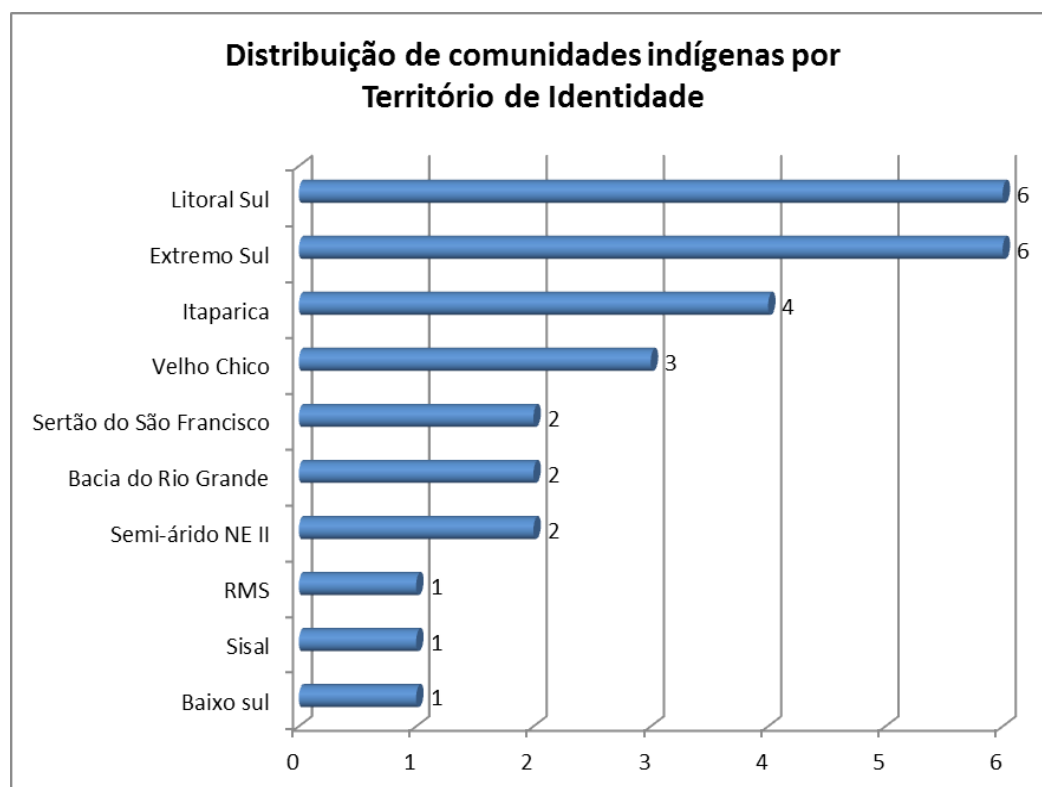


Gráfico 03 - Quantidade de tribos indígenas por Território de Identidade

Fonte: SEI, 2009

Os territórios baianos que mais concentram comunidades indígenas são Extremo Sul (6) e Litoral Sul (6). Juntos, equivalem a 44% (quarenta e quatro por cento) do total de municípios com comunidades indígenas. Em seguida aparece o Território Itaparica, com 14% (quatorze por cento) dos municípios, e o Velho Chico (11%). De acordo com o Anuário de Estáticas Culturais (MinC, 2009), em um universo de cinco raças (índio, branco, oriental, negro e pardo/mulato), os povos indígenas são os que menos vão ao cinema, equivalendo a 4,2% (quatro virgula dois por cento) do público registrado, menos acessam a internet (12%) e que menos leem jornais (26%). Entre os meios de comunicação mais acessados pelas populações indígenas destacam-se a televisão aberta (91%) e o rádio (61%).

Apesar de estes dados refletirem um contexto em âmbito nacional, trata-se de informações de extrema relevância para o Estado da Bahia, que apresenta 60.120 (sessenta mil e cento e vinte) habitantes que se consideram índios (IBGE, 2010). Estes dados reforçam a necessidade da criação de políticas públicas mais incisivas para garantir o direito de acesso aos equipamentos, bens e produtos culturais. Além disso, a inclusão digital e a difusão de técnicas sustentáveis no que diz respeito à produção e comercialização de artesanato indígena, por exemplo, e a invisibilidade das tradições indígenas nas escolas, são alguns dos desafios do poder público. Neste aspecto, a transversalidade de políticas, programas, projetos e ações são essenciais entre os entes federativos, e no âmbito estadual, entre a Secretaria de Cultura e a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos. Em relação às demandas do setor na última conferência destacam-se: o apoio à promoção de jogos indígenas, ao projeto de formação de gestores indígenas e à criação de um selo para o artesanato.

2.1.7.Cultura Cigana

Em 2010, o censo do IBGE identificou que 290 (duzentos e noventa) municípios brasileiros reconhecem a existência de acampamento cigano em seu território. Deste total, 51 (cinquenta e um) municípios estão em território baiano. Além deste dado, pouca informação existe acerca dos povos ciganos na Bahia. Superficialmente, registra-se a sua presença em 16 (dezesesseis) Territórios de Identidade. Esta ausência de dados e informações sistematizadas indicam a dificuldade de se implementar políticas para o setor.

Na trajetória dos povos ciganos no Brasil, há histórico de perseguição, marcado, sobretudo, pela proibição da circulação dos ciganos no território nacional e, na Bahia, especificamente, da transmissão das línguas/dialetos predominantes entre as comunidades.

De documento fundamental para esse setor, registra-se o Programa Nacional de Direitos Humanos, de 13 de maio de 2002, no qual o governo brasileiro assumiu que

é dever do Estado promover e proteger os direitos humanos e as liberdades fundamentais dos povos de etnia cigana.

Atualmente, os povos de etnia cigana possuem representação em órgãos consultivos como o Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial - CNPIR, a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e um grupo de trabalho vinculado ao Ministério da Cultura, criado em 2006, pra subsidiar o MinC na elaboração de políticas de promoção e inclusão sociocultural dos povos ciganos. Na Bahia, algumas Secretarias de Estado já incluem como pauta a criação e execução de políticas específicas para estes grupos. No âmbito da gestão pública da cultura, o primeiro passo rumo à implementação de políticas para este grupo foi dado em 2011, com a realização da Conferência Setorial de Cultura Cigana. Nesta ocasião, foram destacadas demandas consideradas essenciais para o desenvolvimento e valorização da cultura cigana, como a realização de mapeamento cultural dos povos ciganos da Bahia, a criação de um centro de referência para realização de estudos e produção de materiais diversos, bem como publicação de calendário de festas das comunidades ciganas do Estado. Neste primeiro momento, ficou claro o anseio destas comunidades pela criação de materiais de registro que auxiliem na difusão e valorização da cultura cigana no Estado e, sobretudo, nos ambientes educacionais, reforçando a necessidade de criação e implementação de políticas de caráter transversal.

2.1.8.Culturas LGBT

A transversalidade também é fundamental para a convalidação de direitos e à promoção da cidadania LGBT. A concepção de políticas para a cultura LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) pressupõe o estabelecimento de um diálogo mais sólido e uma aproximação necessária para criação de políticas específicas de identidade, de gênero e orientação sexual.

Nas instâncias do poder público municipal, um em cada 04 (quatro) municípios brasileiros apresentam na prefeitura uma estrutura específica para gestão de direitos humanos, mas somente 126 (cento e vinte e seis) municípios, 2,3% (dois virgula três por cento) do total possuem políticas específicas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (IBGE, 2009).

Um estudo recente identificou a presença de 38 (trinta e oito) instituições/entidades no território baiano atuando com foco na promoção da cidadania, e apontou como dificuldades e limitações para o desenvolvimento de políticas públicas para a área: a necessidade de sensibilizar os gestores municipais para questões relativas à violação de direitos do público LGBT e o histórico de preconceito e discriminação da população.

Por outro lado, registram-se alguns avanços, como a construção de Núcleos de Direitos Humanos que funcionam como Centros de Referência de Prevenção e

Combate à Homofobia (Vitória da Conquista, Salvador e Feira de Santana); o aumento de recursos financeiros para esta política, apesar de ainda existir um déficit em relação à demanda; a criação do Comitê LGBT, que tem a tarefa de construir o Plano Bahia sem Homofobia, pautado nas propostas da Conferência Estadual LGBT; e grandes perspectivas do poder público desenvolver ações voltadas para questões do trabalho, incluindo capacitação e profissionalização.

Vale ressaltar que políticas que versam sobre a promoção da cidadania LGBT no Estado da Bahia têm sido desenvolvidas, sobretudo, pela Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos - SJCDH que, em articulação com outras secretarias de estado e representações da sociedade civil, têm concentrado esforços para implementação do Plano Bahia Sem Homofobia.

Entre as instâncias consultivas e colaborativas para construção de políticas públicas para as populações LGBT, vale ressaltar o Fórum Baiano LGBT e o Comitê Estadual de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, composto por 08 (oito) entidades da sociedade civil e 08 (oito) secretarias de estado, entre elas a Secult que, desde 2011, planeja e executa políticas para as populações LGBT através do Centro de Culturas Populares e Identitárias - CCPI.

Do ponto de vista cultural, são muitas as manifestações relacionadas às Culturas LGBT. Na arte transformista, é possível encontrar *dragqueens* que trazem elementos como a palha da costa, indumentárias com detalhes em pele de animais selvagens, signos de orixás e entre outras marcas que, em conjunção, contribuem para uma sensibilização política e reflexiva sobre a diversidade sexual incorporando símbolos e elementos da identidade baiana. Na literatura, poemas e crônicas mesclam elementos ficcionais com fatos do cotidiano de grupos de identidade sexual. É notória também a presença de diretores e atores teatrais engajados em produções abordando questões acerca da sexualidade, do mesmo modo que tem sido crescente o número de produtos divulgados em meio digital, como blogs com criações literárias, vídeos e podcasts, por exemplo sobre expressões culturais LGBT. Na área do audiovisual há festivais de cinema que dialogam com a temática. A Parada Gay, realizada há mais de 10 (dez) anos na capital do Estado, é uma das manifestações políticas e culturais de maior porte, e hoje acontece em diversos municípios baianos. Além disso, eventos acadêmicos especialmente organizados pelas universidades públicas contribuem para os processos de reflexão sobre a temática.

Na expectativa de fomentar as culturas LGBT, a Secretaria de Cultura vem promovendo algumas ações. Em 2010, por exemplo, foram financiados seis projetos culturais, no valor total de R\$ 233.215,00 (duzentos e trinta e três mil, duzentos e quinze reais), que tinham por objetivo promover o respeito à diversidade sexual e afirmação das identidades LGBT. Na IV Conferência Estadual de Cultura, 2011, no subeixo Direitos Humanos e Cultura, foi ressaltada a necessidade de incluir nos planos municipais de cultura ações de combate à intolerância contra a população LGBT.

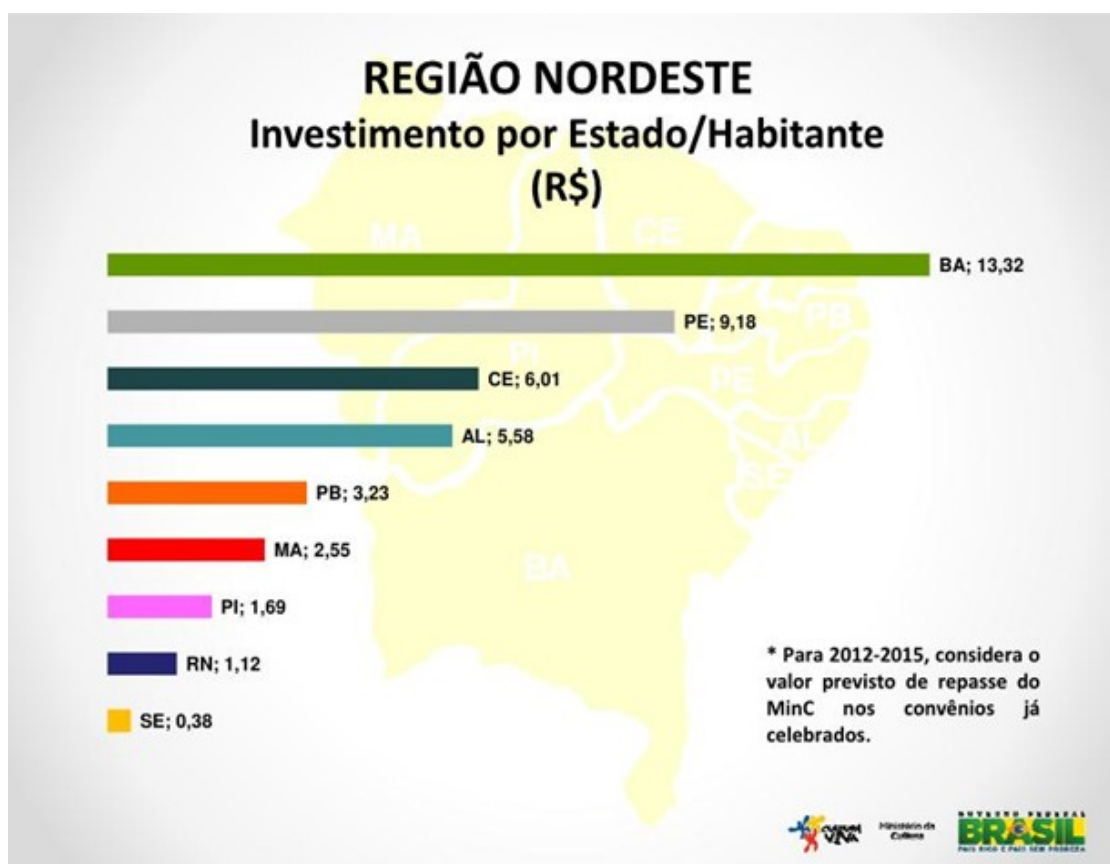


Gráfico 04 - Valor de investimento por Estado/habitante

Fonte: MinC, 2012

Diante desse contexto, apesar dos avanços registrados, principalmente ao considerar o curto tempo de atuação do poder público na promoção dos direitos LGBT, é preciso reconhecer que muitos passos precisam ser dados rumo ao fortalecimento das culturas LGBT do Estado da Bahia.

2.1.9 Culturas de gênero/mulheres

As políticas direcionadas às mulheres são coordenadas, na Bahia, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres - SPM, criada em 2011 com a missão de "Elaborar, propor, articular e executar políticas públicas para todas as mulheres, respeitando suas diferenças com prioridade para as mulheres em situação de pobreza e/ou vulnerabilidade social em todo o Estado da Bahia." (SPM, 2013).

A Secretaria de Cultura, na perspectiva de atuar transversalmente com outros órgãos, possui representação na Câmara de Combate à Violência contra a mulher, participa dos 16 (dezesesseis) dias de combate à violência contra a mulher (de 25 de novembro a 10 de dezembro) e integra a equipe que está articulando a criação de encontro Mulher, Cultura e Comunicação. Enquanto ação própria, a Secult coordena o projeto "Mulher em Cena", realizado na Biblioteca Pública dos Barris, onde

acontecem várias atividades culturais - mostras de vídeos, exposições, oficinas, espetáculos de teatro, dança, música, recitais poéticos, etc; e realiza outras atividades em comemoração às mulheres durante o mês de março.

Apesar de a Secretaria participar de instâncias fundamentais para as políticas voltadas às mulheres, não há uma ação mais estruturada, ocorrendo apenas ações pontuais.

2.1.10. Culturas Etárias

Pensar políticas para os grupos etários é um exercício que já vem sendo feito pelo poder público estadual e por diferentes grupos organizados da sociedade civil. De acordo com o IBGE, 341 (trezentos e quarenta e um) municípios baianos (81,77%) possuem alguma política, projeto ou ação voltada para criança e para o adolescente, com destaque para as atividades relacionadas ao brincar presente em 54,9% (cinquenta e quatro vírgula nove por cento) dos municípios e ao combate do trabalho infantil, foco de atuação em 39,8% das cidades. Apesar de a pesquisa não dispor de detalhes em relação às práticas de lazer e das diversas formas de brincar desenvolvidas em âmbito municipal, este é um dado interessante pelo fato de já indicar uma predisposição das instâncias municipais em pensar outras modalidades de projetos e ações para a infância. A presença de conselhos tutelares de direitos da criança e do adolescente, em 91,4% (noventa e um vírgula quatro por cento) dos municípios baianos, também é um dado positivo, principalmente por convalidar a mudança de perspectiva da gestão pública municipal - que no período de 10 (dez) anos aumentou em quase 50% (cinquenta por cento) a incidência dos órgãos consultivos para a infância (IBGE, 2009).

No âmbito da gestão cultural, vale ressaltar o processo de realização das Conferências Livres de Cultura para a Infância, em 2011, que reuniu crianças, pesquisadores, educadores e demais profissionais da área. A relação com as linguagens artísticas em ambiente escolar, inclusive com a literatura regional e as suas diversas formas de reprodução/difusão; a promoção de atividades formativas com foco na cultura de paz e a promoção do acesso ao livro e à leitura nos bairros. Estas foram algumas das demandas reivindicadas para promoção da cultura para a infância no Estado. Um dos momentos mais interessantes dessa setorial foi a realização das Pré-Conferências de Cultura da Infância, que conferiu às crianças o papel de refletir, imaginar, criar e propor ideias para subsidiar a elaboração de políticas, projetos e ações para o setor. Outra ação importante da Secult foi a publicação do Edital Pontinhos de Cultura (2012/2013), em parceria com o MinC, que pretende premiar setenta iniciativas voltadas para o fortalecimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em relação à juventude, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2007, realizada pelo IBGE, 28,3% (vinte e oito vírgula três por cento) da população baiana é formada por jovens entre 15 (quinze) e 29 (vinte e

nove) anos de idade, que correspondem a 3,98 (três vírgula noventa e oito) milhões de pessoas. Desde 2007, tem havido uma intensificação das políticas para a juventude por parte do governo estadual, tais como a realização das Conferências Estaduais de Juventude e criação da Coordenação de Políticas de Juventude pela Secretaria de Relações Institucionais do Estado. No âmbito da cultura, é possível registrar 02 (duas) ações contínuas voltadas para essa faixa-etária: núcleos da Escola de Dança da Fundação Cultural do Estado da Bahia - Funceb e Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia-NEOJIBÁ. Outro passo importante foi a criação da Assessoria de Culturas Digitais e Juventude, em 2011. Além disso, a articulação da Secult com outros órgãos estaduais resultou: na eleição de três delegados na 2ª Conferência Estadual de Juventude para participarem da IV Conferência Estadual de Cultura (2011); no programa “Trilha das Artes”, parceria Secult-Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (2012), responsável pela qualificação de aproximadamente 500 (quinhentos) jovens que participaram de cursos de Culturas Digitais e Mobilização de Redes Sociais, Introdução às Técnicas de Palco, Costura Cênica, Estamparia de Tecidos, dentre outras; e no Programa Jovens Multiplicadores de Cultura (2012), que concede bolsas a jovens que atuam em Pontos de Cultura da Bahia, parceria Secult-Casa Civil/ Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza.

Apesar de os esforços que o Governo do Estado tem feito para incluir políticas para a juventude em suas pastas, de acordo com o Relatório do Desenvolvimento Juvenil de 2007 da Unesco, a Bahia ocupa a 18ª (decima oitava) posição no ranking de Desenvolvimento Juvenil, com a 6ª pior média de escolarização e a 4ª (quarta) pior média de renda do país. Portanto, as políticas desenvolvidas até o momento se mostram insuficientes.

Em relação aos idosos, não há uma política cultural no Estado dirigida a esse grupo. Há, porém, demandas de vários setores que perpassam pela questão, a exemplo da criação de espaços de diálogos entre gerações e a participação de mestres e mestras dos saberes e fazeres nas escolas públicas.

2.1.11 Pontos de Cultura

Pontos de Cultura são instituições conveniadas com o poder público, MinC e secretarias de cultura estaduais ou municipais, que executam projetos e ações numa perspectiva de formação de rede. Em 2008, a Bahia, em parceria com o MinC, conveniou com 150 (cento e cinquenta) associações da sociedade civil, ampliando a rede do Estado que passou a contar com aproximadamente 220 (duzentos e vinte) Pontos de Cultura.

Atualmente, a Bahia é o terceiro Estado brasileiro que mais recebe investimentos para a implementação do Projeto Pontos de Cultura, com mais de 40 (quarenta) milhões de reais (entre 2004 e 2012), ficando atrás somente de São Paulo e

Rio de Janeiro. Entre os estados da região nordeste, a Bahia aparece em primeiro lugar, conforme gráfico a seguir.

De acordo com pesquisa da Superintendência de Desenvolvimento Territorial da Cultura -Sudecult/Secult (2011), os Pontos de Cultura atuam em diversas áreas, tais como: linguagens artísticas (música, teatro, dança artes visuais, circo e audiovisual), cultura digital, patrimônio material e imaterial; radiodifusão; gestão e formação artística e cultural. Dentre essas áreas, as de predominância são: cultura popular (28%) e a música (14%).

Os Pontos de Cultura possuem um papel formativo, político e social de relevância no Estado e, apesar de não haver nenhum pré-requisito em relação à faixa etária do público envolvido nas atividades que são realizadas pelas entidades, grande parte das iniciativas se destinam para a criança e para a juventude. A conjunção entre este público, o exercício da cidadania e o “fazer cultural” inerente a cada Ponto resultam em um produto potencialmente transformador, capaz de reafirmar e fortalecer a noção de pertencimento, desenvolver talentos e formar cidadãos.

É possível afirmar que os Pontos representam uma pequena amostragem da diversidade de manifestações e organizações não governamentais atuantes no cenário artístico-cultural do Estado, refletindo demandas, potencialidades, anseios, práticas e modelos de gestão comuns e específicas entre as representações da sociedade civil, ao tempo em que também traz à tona limitações do poder público com estas representações. Esta experiência confere ao Estado uma espécie de termômetro através do qual podem ser identificados, por exemplo, metodologias de formação e modelos de incentivo de sustentabilidade de grupos culturais. Os desafios que envolvem o projeto são muitos, dentre eles a realização de atividades que promovam o intercâmbio entre os projetos; ações de qualificação e formação; e projetos voltados para a cultura digital, especialmente para produção conteúdos com uso de software livre. Vale destacar a iniciativa da Secult e da Casa Civil na implementação do Programa Jovens Multiplicadores de Cultura, que concede bolsa-auxílio a jovens para atuarem nos Pontos de Cultura.

2.1.12. Pensamento e Leitura

A criação de políticas de incentivo à leitura se depara com a realidade de um País que apresenta cerca de 14 milhões de cidadãos entre 7 (sete) e 14 (quatorze) anos que não sabem ler e escrever. De acordo com os dados obtidos através da Pnad, do IBGE, o analfabetismo atinge 16,7% (dezesseis vírgula sete por cento) dos baianos que possuem 15 (quinze) anos ou mais, e 53% (962 mil) das pessoas residentes na zona rural do Estado, evidenciando que o aprimoramento da educação é fator essencial para resolver o problema da falta de leitura no Brasil e na Bahia.

De acordo com a Fundação Pedro Calmon/Secult, registra-se hoje a existência de 443 (quatrocentos e quarenta e três) bibliotecas municipais no Estado. Deste total, vale ressaltar que 100 (cem) foram contempladas no Edital Mais Cultura de

Modernização de Bibliotecas, através do qual receberam computadores, mobiliário, livros e periódicos. Em um universo de 1.873 (um mil oitocentos e setenta e três) escolas públicas estaduais, somente 38% (o equivalente a 716 escolas) possuem bibliotecas em sua estrutura. Registra-se ainda a existência de 14 (quatorze) espaços de leitura nas unidades prisionais baianas; 38 (trinta e oito) espaços de leitura com assistência na Região Metropolitana de Salvador; 260 (duzentos e sessenta) Pontos de Leitura e 60 (sessenta) bibliotecas comunitárias, entre as quais 23 (vinte e três) foram contempladas no Edital Mais Cultura Bibliotecas Comunitárias. Além disso, através da adesão ao Programa Arca das Letras, do Ministério de Desenvolvimento Agrário, 142 (cento e quarenta e dois) municípios baianos foram beneficiados com 293 (duzentos e noventa e três) bibliotecas para as suas comunidades rurais. Ao todo, as bibliotecas existentes nas escolas, somadas as municipais, estaduais, rurais e comunitárias, totalizam mais de 1500 (um mil e quinhentos) no território baiano.

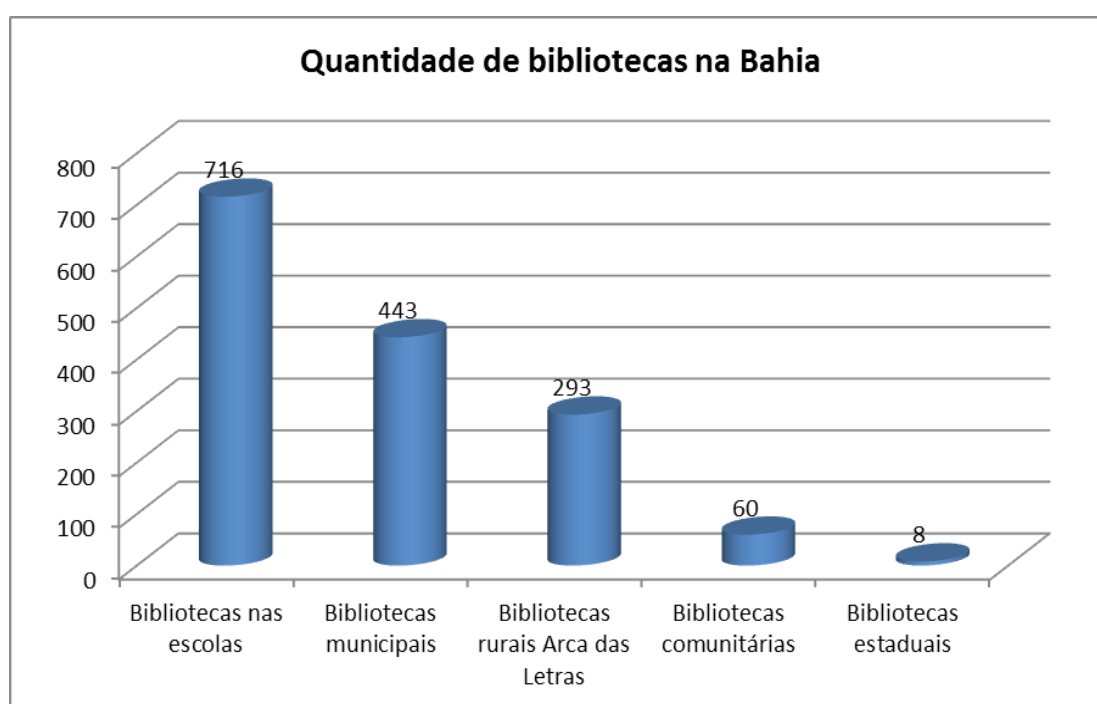


Gráfico 05 - Quantidade de bibliotecas no Estado da Bahia

Fonte: FPC, 2012

Dentre as oito bibliotecas estaduais existentes, 06 (seis) estão concentradas em Salvador, conforme quadro abaixo.

	Biblioteca Estadual	Município
1	Biblioteca Pública do Estado da Bahia	Salvador
2	Biblioteca Infantil Monteiro Lobato	Salvador
3	Biblioteca Anísio Teixeira	Salvador
4	Biblioteca Pública Thales de Azevedo	Salvador
5	Biblioteca Juracy Magalhães Jr.	Salvador
6	Biblioteca de Extensão	Salvador
7	Casa Afrânio Peixoto	Lençóis

Um dos principais fatores que motiva os brasileiros a frequentar bibliotecas públicas municipais são as pesquisas escolares (65%), seguidas de pesquisas em geral (26%) e, em menor proporção, de atividades de lazer (8%). Na região Nordeste, o percentual de frequentadores que vão às bibliotecas públicas municipais para realização de pesquisas escolares chega a 75% (Fundação Getúlio Vargas, 2009). O acervo de grande parte das bibliotecas nacionais, em geral, é constituído por doações, sendo o Nordeste a região que mais recebe doações de acervo (90%).

Em um estudo recente, feito pela Associação Nacional das Livrarias, foi constatado que entre 2009 e 2011 houve um crescimento de 20% (vinte por cento) em relação à quantidade de livrarias existentes em territórios baianos, que hoje totalizariam 186 (cento e oitenta e seis), número questionável considerando a ausência da definição de elementos que caracterizem o que se considera como livraria. Ainda assim, é notável a desproporcionalidade na distribuição destas livrarias entre os municípios baianos, uma vez que quase metade do total (45%) está concentrada na capital do estado, em detrimento dos 55% (cinquenta e cinco) restantes, distribuídas nos demais municípios. Em relação às editoras, existem atualmente 26 em funcionamento (ROSA, 2012). Quanto aos livros produzidos, de acordo com a Fundação Biblioteca Nacional-FBN/Agência Brasileira do ISBN, até o ano 2012 foram publicados na Bahia 1.224 textos impressos, sendo que somente a Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba) publicou cerca de 100 (cem) livros por ano e a Fundação Pedro Calmon/Secult publicou 53 (cinquenta e três) livros de 2007 até 2012.

No que diz respeito à formação de profissionais, entre 2011 e 2012, aproximadamente 8.400 (oito mil e quatrocentos) pessoas - professores, bibliotecários e agentes de leitura – foram qualificadas em mediação de leituras pelos Comitês do PROLER. Atualmente, 12 (doze) Comitês do Pro Ler estão em atividade, e se encontram localizados em 11 (onze) Territórios de Identidade.

Entre as feiras, festivais e eventos relacionados ao livro e à leitura na Bahia, destacam-se a Bienal do Livro, que movimenta diferentes categorias da rede produtiva do livro, e a Festa Literária Internacional de Cachoeira (FLICA), com periodicidade anual.

Entre os desafios que despontam neste cenário, destacam-se o número reduzido de bibliotecas, a presença de poucos profissionais de biblioteconomia nas bibliotecas e espaços de leitura, a escassez de programas de acessibilidade e inclusão de portadores de deficiência física e não informatização das ferramentas de pesquisa e de informação para os usuários das bibliotecas, principalmente ao considerar que no Brasil, em mais de 70% das bibliotecas, os usuários não possuem acesso direto a internet. Esses e outros aspectos deverão ser considerados no Plano Estadual do Livro e Leitura - PELL, que está em fase de elaboração, e deverá estar em sintonia com o

Plano Estadual de Cultura da Bahia, o Plano Nacional de Cultura - PNC e o Plano Nacional de Educação - PNE.

2.2. CULTURA NA DIMENSÃO CIDADÃ

Assegurar o acesso à memória, à cultura e à arte é condição essencial não só para o exercício pleno da cidadania como também para a formação de valores sociais. A compreensão da cultura como direito é assegurada através da Constituição Federal de 1988, ao lado de outros direitos sociais como educação, saúde, trabalho, moradia e lazer.

A Bahia tem reconhecida tradição no campo da produção cultural. Possui um rico patrimônio material e imaterial, alguns com reconhecimento internacional, como a capoeira. Suas culturas populares e identitárias são significativas. Entretanto, quando se trata do acesso aos bens e serviços culturais, é preciso reconhecer muitos limites.

Para facilitar a compreensão, podemos dividir o acesso aos bens e serviços culturais em 02 (duas) pontas. De um lado, aqueles que produzem, e do outro, aqueles que consomem, sabendo que esses polos podem ser intercambiáveis.

Para aqueles que ocupam o lugar de produtores de bens e serviços culturais há dificuldades diversas, tais como acessar o sistema de fomento e incentivo cultural vigente e a inexistência de mercado, sem falar em questões anteriores, como sociais, econômicas e educacionais. Os motivos para essas dificuldades são vários, a exemplo da desinformação sobre as possibilidades de fomento, pouca capacitação técnica para participação nos editais, desinteresse ou desconhecimento do empresariado no patrocínio cultural por meio das leis de incentivos fiscais, ou mesmo a inadequação do sistema de fomento existente. Isto fica evidente no caso das manifestações das culturas populares, onde a informalidade dos grupos é predominante e onde a cultura oral se faz mais presente, indo de encontro às exigências de regularidade institucional e capacidade de operar no universo da escrita (elaboração de projeto, prestação de contas, envio de relatórios, etc). Considerando que a Bahia é um dos estados que mais se destaca em relação à quantidade de municípios que possuem grupos tradicionais de culturas populares, a questão do fomento precisa ser mais discutida. Vale registrar que a desburocratização dos editais e a criação de prêmios são demandas recorrentes nas conferências estaduais, bem como a criação de um órgão público representativo das culturas populares, o que a Secretaria Estadual de Cultura vem realizando com o Centro de Culturas Populares e Identitárias - CCPI, criado em 2011, e com a perspectiva de transformá-lo em um instituto.

Avaliando a dificuldade do acesso na perspectiva do consumidor de bens e serviços culturais, há 02 (dois) fatores que se destacam: pouca circulação dos eventos e insuficiência de espaços culturais. A concentração dos eventos na capital (excluindo algumas áreas da cidade como a periferia) é evidente, especialmente quando se trata

daqueles de grande porte. Não sem razão que a demanda por circulação de espetáculos é constante nas conferências. A programação cultural de boa parte dos municípios baianos ou é muito restrita, contemplando os mesmos criadores, ou é praticamente inexistente. Nesse sentido, os projetos de intercâmbio e residência artística podem fomentar a circulação cultural.

Em relação aos equipamentos culturais no Estado, a Munc (2006) indicou que a maior parte é composta por Estádio/ginásio e Bibliotecas, sendo que há apenas 43 (quarenta e três) Cinemas, conforme gráfico abaixo.

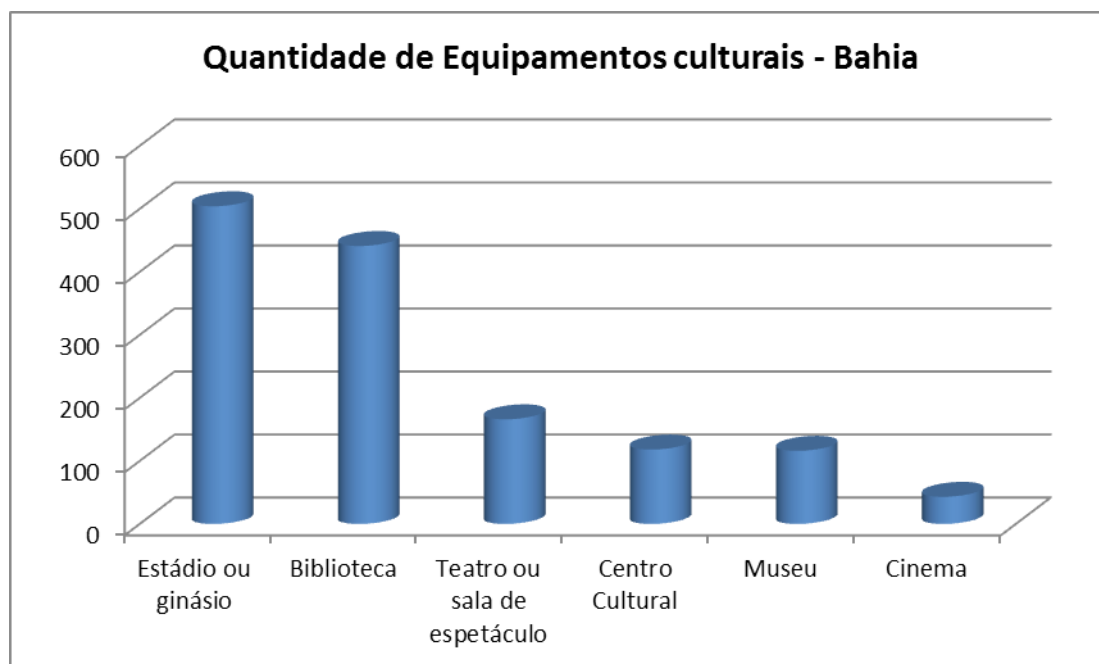


Gráfico 06 - Equipamentos culturais no Estado da Bahia

Fonte: MUNIC/IBGE 2006

Uma das principais questões em torno dos equipamentos culturais na Bahia é o problema da concentração na Região Metropolitana, e especial em Salvador, conforme pode ser verificado na tabela a seguir.

Nº	Território	Biblioteca	Museu	Teatro ou sala de espetáculo	Centro Cultural	Estádio ou ginásio	Cinema	Total
1	Irecê			19	1	3	3	13
2	Velho Chico			12	1	2	2	9
3	Chapada Diamantina			24	7	8	15	28
4	Sisal			19	4	7	6	24
5	Litoral Sul			25	7	11	7	32
6	Baixo sul			11	0	2	6	11
7	Extremo Sul			30	5	11	3	34
8	Médio Sudoeste da Bahia			14	3	2	1	25
9	Vale do Jiquiriçá			19	0	6	6	22
10	Sertão do São Francisco			14	5	2	1	9

11	Bacia do Rio Grande	15	2	5	5	16	1	44
12	Bacia do Paramirim	9	1	1	2	8	0	21
13	Sertão Produtivo	17	0	5	2	16	3	43
14	Piemonte do Paraguaçu	16	3	3	7	16	0	45
15	Bacia do Jacuípe	13	0	3	4	5	1	26
16	Piemonte da Diamantina	12	0	2	3	11	0	28
17	Semiárido NE II	20	1	5	3	17	0	46
18	Agreste Baiano	26	0	11	7	17	1	62
19	Portal do Sertão	15	3	6	7	13	3	47
20	Vitória da Conquista	21	3	7	6	56	2	95
21	Recôncavo	25	11	6	12	20	3	77
22	Médio Rio das Contas	12	2	2	1	21	0	38
23	Bacia do Rio Corrente	10	1	0	2	10	0	23
24	Itaparica	5	1	5	2	4	0	17
25	Piemonte N. do Itapicuru	13	1	5	3	6	0	28
26	RMS	25	54	46	2	61	20	208
BAHIA TOTAL		441	116	166	118	504	43	1388

Tabela 01 - Quantidade de espaços culturais por Território de Identidade

Fonte: MUNIC/IBGE - 2006

É evidente a insuficiência de equipamentos culturais no interior do Estado, inclusive da Secretaria de Cultura - responsável pela gestão de vários deles, como centros de cultura, teatros, museus, arquivos e bibliotecas. Os centros de cultura, por exemplo, só estão presentes em treze municípios, sendo que 29% (vinte e nove por cento) estão em Salvador (Quadro 03).

Espaço Cultural	Município	Território
Espaço Xisto Bahia	Salvador	Região Metropolitana de Salvador
Cine-Teatro Solar Boa Vista	Salvador	Região Metropolitana de Salvador
Casa da Música	Salvador	Região Metropolitana de Salvador
Espaço Cultural Alagados	Salvador	Região Metropolitana de Salvador
Centro Cultural Plataforma	Salvador	Região Metropolitana de Salvador
Cine-Teatro Lauro de Freitas	Lauro de Freitas	Região Metropolitana de Salvador
Teatro Dona Canô	Santo Amaro	Recôncavo
Centro de Cultura Adonias Filho	Itabuna	Litoral Sul
Centro de Cultura Alagoinhas	Alagoinhas	Agreste de Alagoinhas/Litoral Norte
Centro de Cultura Amélio Amorim	Feira de Santana	Portal do Sertão
Centro de Cultura ACM	Jequié	Médio Rio de Contas
Centro de Cultura Camillo de Jesus Lima	Vitória da Conquista	Vitória da Conquista
Centro de Cultura João Gilberto	Juazeiro	Sertão do São Francisco
Centro de Cultura Olívia Barradas	Valença	Valença
Casa de Cultura de Mutuípe	Mutuípe	Vale do Jequiriçá
Centro de Cultura de Guanambi	Guanambi	Sertão Produtivo
Centro de Cultura de Porto Seguro	Porto Seguro	Extremo Sul

Quadro 03 - Centros de Cultura da Secretaria de Cultura da Bahia

Fonte: Secult, 2012

No caso dos espaços museais, a concentração é ainda maior. Dos 11 (onze) administrados pela Secult, 07 (sete) estão em Salvador (Quadro 04).

Museu	Município	Território
Museu de Arte da Bahia	Salvador	Região Metropolitana de Salvador
Museu Abelardo Rodrigues	Salvador	Região Metropolitana de Salvador
Museu de Arte Moderna da Bahia	Salvador	Região Metropolitana de Salvador
Museu Temporal	Salvador	Região Metropolitana de Salvador
Museu UdoKnoff de Azulejaria e Cerâmica	Salvador	Região Metropolitana de Salvador
Palacete das Artes	Salvador	Região Metropolitana de Salvador
Palácio da Aclamação	Salvador	Região Metropolitana de Salvador
Solar Ferrão(Galeria Solar Ferrão/ Museu AbelardoRodrigues)	Salvador	Região Metropolitana de Salvador
Museu do Recôncavo Wanderley Pinho	Caboto/Candeias	Região Metropolitana de Salvador
Parque Histórico Castro Alves	Cabaceiras do Paraguaçu	Recôncavo
Museu do Recolhimento dos Humildes*	Santo Amaro	Recôncavo

*Espaço conveniado

Quadro 04 - Espaços museais administrados pela Secretaria de Cultura da Bahia

Fonte: Secult, 2012

A construção de equipamentos pode ser uma solução para esses problemas, no entanto, ela não pode vir isolada de uma política que dê conta das dinâmicas que envolvem os espaços culturais, a exemplo da sua manutenção e gestão. Nessa perspectiva, é preciso dinamizar os equipamentos já existentes, fomentando debates, formação de redes, estimulando a troca de experiências entre os gestores dos equipamentos. Assim, a Secult vem desenvolvendo projetos para dinamizar seus espaços, seja por meio da criação de núcleos artísticos, seja por projetos de ocupação de pauta por grupos externos (nos centros e teatros).

Outro tipo de espaço cultural, não necessariamente físico e que não pode ficar ausente de uma política, é aquele destinado a fortalecer e promover a memória cultural. O patrimônio cultural da Bahia é rico e diversificado, e promover o acesso a ele é dever do Estado. Conforme pode ser observado no gráfico e tabela, há diversos bens tombados pelo governo estadual e federal. Isso, contudo, é insuficiente para garantir a preservação dos mesmos. É preciso mais investimento nos processos de recuperação de bens, visto que são de alto custo e necessitam de mão-de-obra especializada.

Patrimônio Imaterial e Material da Bahia

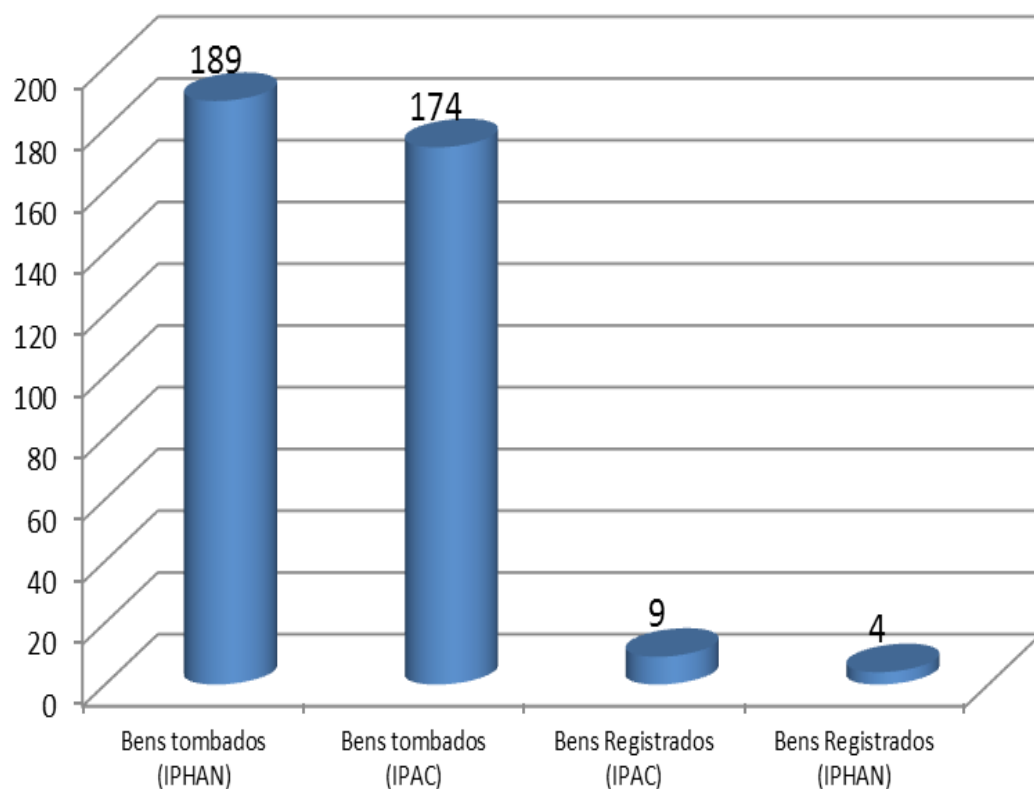


Gráfico 7 - Quantidade de patrimônio material e imaterial da Bahia

Fonte: IPAC-Secult/IPHAN-MinC, 2011

Nº	Território	Bens tombados (IPAC)	Bens tombados (IPHAN)	Bens Registrados (IPAC)	Bens Registrados (IPHAN)	Sítios Arqueológicos	
1	Irecê	1	0	0	0		114
2	Velho Chico	0	0	0	0		68
3	Chapada Diamantina	16	10	0	0		121
4	Sisal	1	1	0	0		4
5	Litoral Sul	4	1	0	0		21
6	Baixo sul	5	6	0	0		155
7	Extremo Sul	0	0	0	0		11
8	Médio Sudoeste da Bahia	0	0	0	0		3
9	Vale do Jiquiriçá	0	0	0	0		1
10	Sertão do São Francisco	1	0	0	0		84
11	Bacia do Rio Grande	0	0	0	0		12

11	Bacia do Paramirim	1	0	0	0	20
12	Sertão Produtivo	16	1	0	0	37
13	Piemonte do Paraguaçu	4	0	0	0	14
14	Bacia do Jacuípe	0	0	0	0	0
15	Piemonte da Diamantina	2	2	0	0	65
16	Semiárido NE II	1	0	0	0	13
17	Agreste Baiano	4	1	0	0	28
18	Portal do Sertão	19	0	0	0	1
19	Vitória da Conquista	1	0	0	0	1
20	Recôncavo	22	52	3	1	59
21	Médio Rio das Contas	0	0	0	0	2
22	Bacia do Rio Corrente	0	0	0	0	67
23	Itaparica	0	0	0	0	51
24						

25	Piemonte N. do Itapicuru	0	0	0	0	1		
26	Metropolitana	75	112	3	0	29		
27	Costa do Descobrimento	0	3	0	0	51		
	Sem Território Definido*	1	0	3	3	0		
	TOTAL	174	189	9	4	1033		

Tabela 02 - Patrimônio Material e Imaterial por Território de Identidade

Fonte: IPAC, 2012

*Tombamento sem território definido: acervo da obra de Anton Walter Smetak

**Registros sem território definido: Roda de Capoeira, Ofício dos Mestres de Capoeira, Ofício de Vaqueiro, Ofício das Baianas de Acarajé

Em relação aos museus, a Diretoria de Museus, que integra o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia- IPAC, é a responsável pela política relacionada ao setor. De acordo com a Secult, ao longo dos últimos quatro anos, a frequência aos museus do Estado (Quadro 04), aumentou em 390% (trezentos e noventa por cento), e o investimento (manutenção, reformas, projetos e exposições) ultrapassou o valor de R\$ 18 (dezoito) milhões.

Na pesquisa da Munic de 2006, há o registro de 116 (cento e dezesseis) museus na Bahia. Desses, 54 (cinquenta e quatro) estão na Região Metropolitana de Salvador, 11 (onze) estão no Recôncavo e 7 (sete) no Litoral Sul. Seis Territórios de Identidade não possuem nenhum museu, conforme gráfico abaixo.

DISTRIBUIÇÃO DE MUSEUS POR TERRITÓRIO DE IDENTIDADE

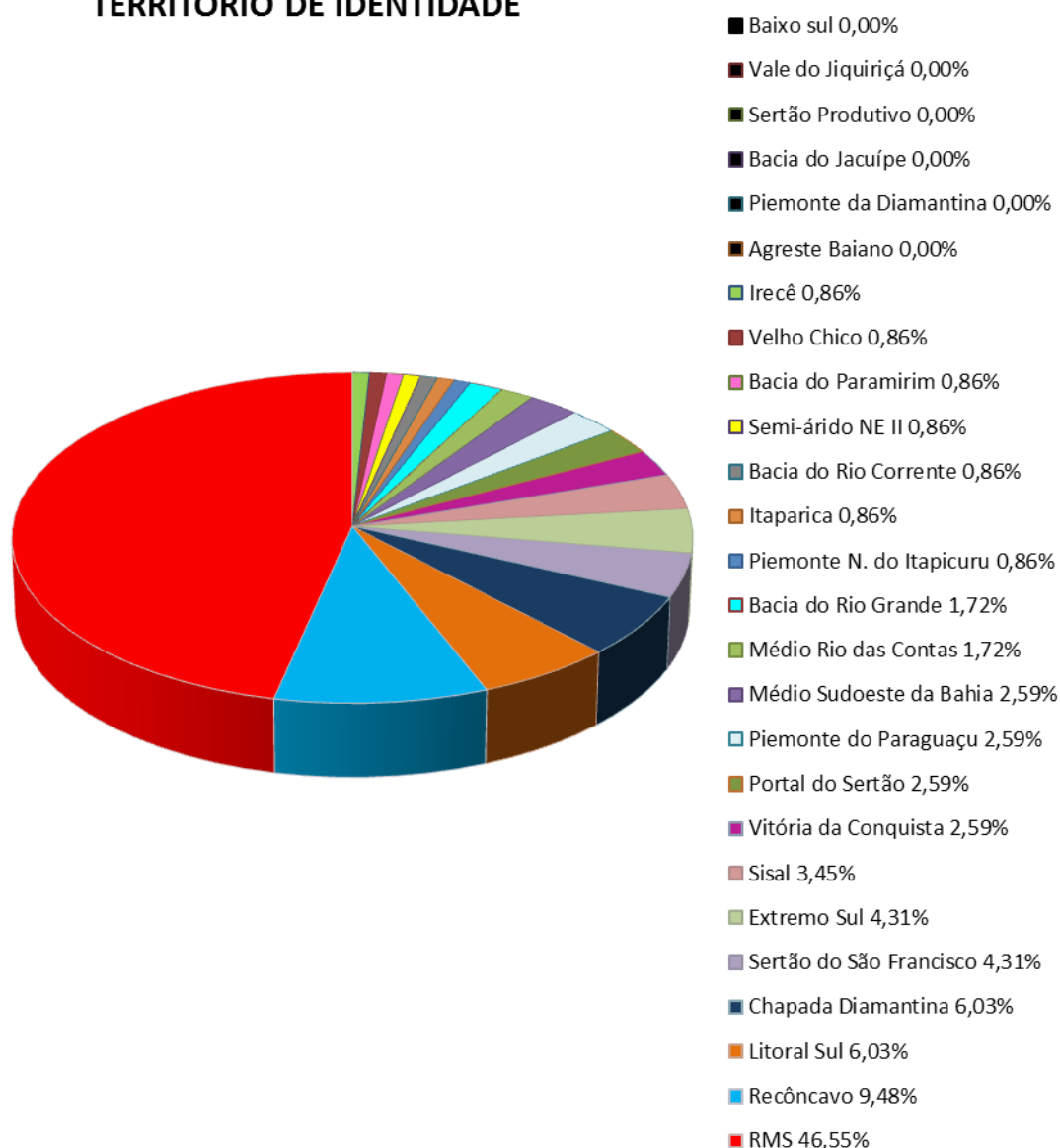


Gráfico 08 - Percentual de museus por Território de Identidade

Fonte: IBGE, 2006

Além dessa preocupação com as ações relacionadas ao patrimônio material, há outras três relacionadas à memória que necessitam de atenção: a restauração do Arquivo Público do Estado, que está em condições inadequadas, a modernização dos acervos do Centro de Memória da Bahia e a criação da Cinemateca da Bahia, que poderá garantir a memória audiovisual do Estado.

Outro aspecto que merece destaque em relação à promoção da cidadania cultural diz respeito aos relacionados às culturas digitais. A falta de acesso à banda larga em todo Estado limita as possibilidades engendradas com as novas tecnologias, que não apenas atuam nos processos de divulgação e intercâmbio, mas elas próprias

são meios de produção de cultura, sem falar nas ferramentas que a internet disponibiliza, como educação à distância e fóruns digitais. Portanto, atualmente, há dificuldade no acesso à internet, na disponibilidade de espaços de promoção de inclusão digital, e em programa de formação continuada em cultura digital.

Além disso, registra-se a necessidade de promover políticas de acessibilidade para portadores de deficiências. Isso requer reformas físicas, além da criação de programas e projetos que incluam esse público, tanto como produtores quanto consumidores. A exemplo disso, a Fundação Pedro Calmon promoveu curso para profissionais que atuam em bibliotecas públicas municipais e estaduais com foco na promoção da acessibilidade para deficientes visuais e auditivos. A Diretoria de Museus - Dimus possui o Núcleo de Formação e Acessibilidade responsável por desenvolver ações para a promoção da acessibilidade universal das suas unidades vinculadas, tendo participado do 1º Encontro Baiano para espaços museais e instituições socioculturais na perspectiva da acessibilidade. Ações como essas precisam ser ampliadas.

Por fim, é preciso registrar que há um cenário em que os diversos órgãos governamentais, em seus respectivos segmentos de atuação, concentram esforços para avançar na construção de políticas para grupos historicamente aliçados do exercício da cidadania e dos temários das políticas públicas nacionais. Trata-se de um movimento recente, porém, histórico no que diz respeito à legitimação e reconhecimento de povos e grupos identitários através da criação de políticas específicas de reparo e enfrentamento à discriminação motivada por questões sociais, raciais, étnicas, de orientação sexual, de identidade e de gênero. Neste cenário, cresce o nível de articulação e organização da sociedade civil, representada por entidades não governamentais, grupos políticos e reguladores. Do mesmo modo, surgem frentes pautando questões relativas às culturas etárias - infância, juventude e terceira idade – que também podem ser pensadas sob a ótica dos direitos humanos. Dentro desta perspectiva, o poder público vem ampliando o seu raio de abrangência e inserindo na sua pauta: política de reconhecimento, valorização, reparo e assistência, com foco na convalidação dos direitos e da promoção da cidadania. Essa, no entanto, não é uma tarefa fácil e requer, acima de tudo, a transversalidade entre as políticas públicas. Nesse sentido, as parcerias institucionais são imprescindíveis para fortalecer, ampliar e respaldar a concepção destas políticas para promoção da diversidade cultural em sintonia com a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural e a Convenção sobre Promoção e Proteção da Diversidade das Expressões Culturais, da Unesco.

2.3. CULTURA NA DIMENSÃO ECONÔMICA

Nas últimas décadas, a economia da cultura tem sido considerada um eixo estratégico de desenvolvimento em diferentes localidades do mundo. Os produtos

resultantes de cada setor que compõe esta economia ultrapassam o limite das expressões artísticas, incorporando desde temáticas transversais, a exemplo do turismo cultural, até diferentes expressões e modos de produção, como é o caso da moda, do design, da arquitetura, dos circunscritos nas tecnologias digitais e demais serviços das indústrias criativas. Na Bahia, a música e o carnaval são exemplos da potencialidade da produção cultural para a economia local.

Nesse âmbito, a cultura faz parte do cenário de desenvolvimento econômico, e cabe observar as condições e usos dos recursos, o seu potencial em gerar lucro, emprego e renda, estimulando a formação de redes produtivas na perspectiva de um desenvolvimento socialmente justo e sustentável.

2.3.1. Turismo Cultural

O Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. Apesar de a gestão da cultura da Bahia ter sido atrelada por bastante tempo às políticas públicas de turismo através da antiga Secretaria Estadual de Cultura e Turismo, o desenvolvimento do turismo cultural no Estado a partir de uma perspectiva antropológica, é algo recente.

O desenvolvimento do Turismo Cultural em sua completude requer o reconhecimento da diversidade de modos de vida e expressões culturais em toda a extensão do território baiano, reconhecendo as práticas culturais e identitárias das diversas regiões do Estado e assegurando que os empreendimentos turísticos não prevaleçam sobre os valores e as práticas culturais das comunidades, mas que compactuem da lógica da retroalimentação.

Dentre as demandas apontadas na IV Conferência Estadual de Cultura da Bahia relacionada ao turismo, estão a identificação e divulgação dos sítios arqueológicos e a criação de roteiros turísticos-culturais em todos os territórios de identidade.

Como desafios para a área, é possível identificar o fortalecimento do diálogo entre as diversas instâncias políticas e entes federativos, mapeamentos com mais detalhes dos polos de Turismo Cultural e a construção de dados mais precisos para investigação das reais demandas deste setor, até então pouco investigadas pela Secult.

2.3.2. Organização da cadeia produtiva e da economia criativa

Atualmente, os setores criativos empregam 7,6 (sete vírgula seis) milhões de trabalhadores em todo o Brasil, equivalendo a 1,8% (um vírgula oito por cento) do total dos trabalhadores formais. Este dado ganha ainda mais relevância ao

considerarmos que os trabalhadores do núcleo da rede criativa brasileira são ainda melhores remunerados do que a média geral do país. Entre os setores líderes da economia criativa, as estatísticas mostram que arquitetura, moda e design respondem por 82,8% (oitenta e dois vírgula oito por cento) do mercado de trabalho, 82,5% (oitenta e dois vírgula cinco por cento) dos estabelecimentos e 73,9% (setenta e três vírgula nove) da massa salarial (FIRJAN, 2008).

Na Bahia, a rede criativa representa 1,8% (um vírgula oito por cento) do PIB estadual, ficando atrás da média nacional que é de 2,6% (dois vírgula seis), conforme informações constantes no gráfico a seguir.

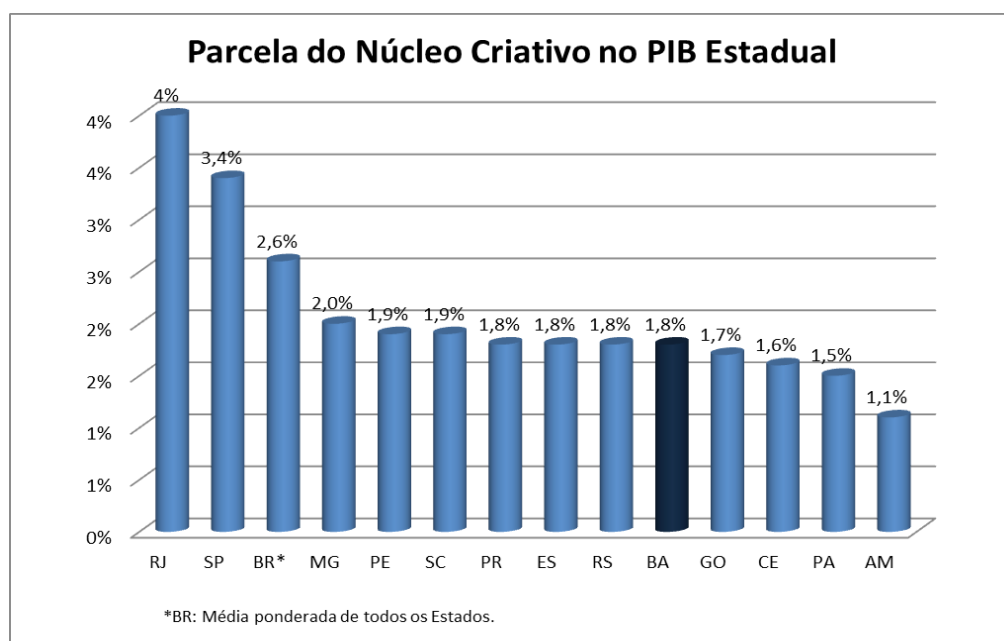


Gráfico 09 - Percentual do Núcleo Criativo no PIB por Estado

Fonte: Ministério do Trabalho (2006)/ FIRJAN

Através de estudo feito pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro- FIRJAN, a dinamização da economia criativa e o crescimento da oferta de emprego dos seus setores têm motivado milhares de pessoas a optarem por seguir carreira nesta área. Em âmbito nacional, 87% (oitenta e sete por cento) dos profissionais da economia criativa possuem formação acadêmica, enquanto 12,6% (doze vírgula seis por cento) são egressos de centros de educação tecnológica, escolas e institutos. Entre os profissionais formados em instituições de ensino superior, a maioria deles (32.284) são advindos de instituições privadas e 14.153 se formaram em universidades públicas. Apesar de não refletir especificamente o cenário das economias criativas baianas, este dado é um importante indicador da crescente profissionalização da área. Por outro lado, identifica uma provável lacuna do ponto de vista da educação pública na formação de profissionais nos setores criativos.

Considerando a organização dos setores criativos definida pelo Ministério da Cultura, registra-se a existência de 32 (trinta e dois) cursos de nível superior ligados

à rede dos serviços criativos na Bahia, a saber: moda (2), design (5), desenho industrial (2), cinema (3), música (7), artes cênicas (3), teatro (2), dança (3), artes plásticas (2), desenho/plástica (1) e museologia (2) (MEC/INEP, 2007). Além desses, registram-se os cursos de Produção em Cultura e Comunicação e o Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Humanidades (que tem dentre as áreas de concentração a de “Políticas e Gestão da Cultura”).

Entre as limitações e dificuldades encontradas nesta área, e que refletem diretamente na criação de políticas de incentivo, formação e apoio aos setores criativos, está a ausência de informações e dados mais precisos sobre os impactos da rede da economia criativa na economia estadual. Além disso, não há dados precisos sobre os setores que mais geram lucro no Estado e qual o perfil do profissional atuante na área. Nesse sentido, a criação do Sistema de Informações e Indicadores em Cultura, que vem sendo desenvolvido pela Secult, é essencial, já que será capaz de gerar estatísticas e indicadores culturais de forma integrada e continuada.

O segmento das economias criativas também sofre com a ausência de marcos legais para os seus respectivos setores e pela inconsistência de ações de estímulo e fomento de empreendimentos criativos. Somadas, estas limitações indicam grandes desafios e se configuram como indicativos de políticas que podem ser implementadas para este setor.

Em relação às demandas indicadas nas Conferências Estaduais de Cultura da Bahia, é possível destacar: promoção do empreendedorismo cultural; fomento da comercialização de produtos e serviços culturais nos territórios de identidade; fortalecimento do artesanato indígena como produto da identidade cultural; desenvolvimento de programas de assessoria técnica que apoiem a criação e gestão de associações e cooperativas culturais; apoio à regularização dos profissionais da área cultural; e apoio a novos formatos de organização da economia solidária.

Vale destacar o projeto Qualicultura, lançado em 2012, através da parceria da Secult com o Sebrae, e que tem por objetivo fortalecer os setores da economia criativa por meio de ações que promovam a qualificação de agentes e organizações, bem como a formalização e gestão de empreendimentos, estimulando a atuação em rede e a apropriação de novas tecnologias. O Qualicultura envolve uma série de serviços: assessoria técnica para elaboração de projetos, prestação de contas, orientação jurídica, legislação aplicada a micro e pequenas empresas, inovação, associativismos, cooperativismo, orientação para o crédito, etc. Apesar do escritório ser localizado em Salvador, no Pelourinho, as ações do projeto circulam por todo Estado. Em 2012, por exemplo, o projeto promoveu cursos em Feira de Santana, Vitória da Conquista, Porto Seguro, Santo Antônio de Jesus, Lençóis, Juazeiro, Paulo Afonso, Barreiras, Irecê, dentre outros municípios.

Outra iniciativa da Secretaria foi a publicação do Edital Economia Criativa, no final de 2012, que pretende fomentar iniciativas empreendedoras e inovadoras da

sociedade civil atuante nos segmentos criativos. Os projetos devem apresentar propostas relacionadas a novos modelos de gestão, formação de competências criativas, fortalecimento de redes colaborativas, dentre outras, que contribuam para desenvolvimento da economia criativa nas suas diferentes etapas dos ciclos de criação, produção, circulação, distribuição, consumo e/ou fruição de bens e serviços criativos.

Não restam dúvidas em relação aos motivos que impõem a necessidade de investir no campo da criatividade. Os setores criativos são altamente empregadores, podendo reverberar em diferentes níveis das redes produtivas. Além disso, o desenvolvimento, tanto econômico quanto humano, resultante deste processo, está diretamente ligado ao social, seja pelo potencial inclusivo dos diversos setores criativos ou pelo teor formativo e reflexivo inerentes à produção e a fruição de bens e produtos culturais (PORTA, 2008).

2.3.3. Distribuição dos recursos financeiros

Na Bahia, a distribuição dos recursos públicos no campo da cultura se dá principalmente através da seleção de projetos via Fundo Estadual de Cultura - FCBA (editais e Demanda Espontânea) e FazCultura (isenção fiscal). De 2007 a 2012 foram investidos, aproximadamente, 180 milhões de reais, distribuídos em cerca de dois mil projetos.

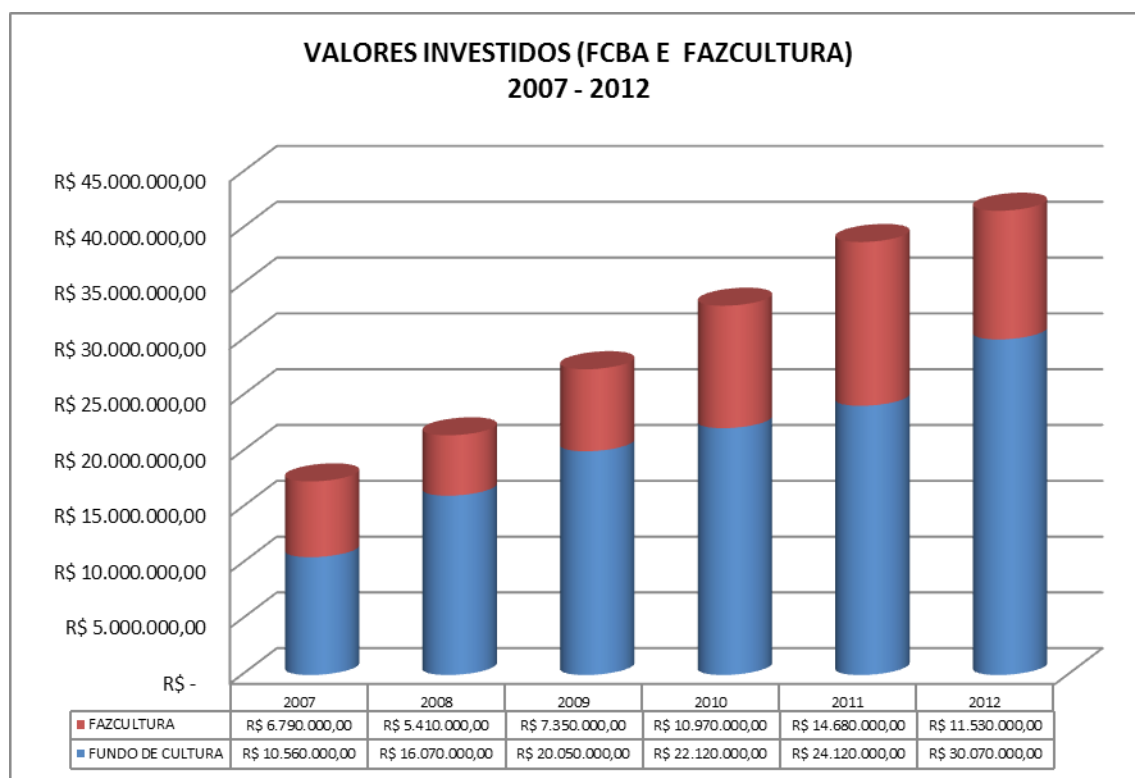


Gráfico 10 - Valores investidos na cultura por meio do FazCultura e do Fundo de Cultura 2007-2012

Fonte: Secult, 2013

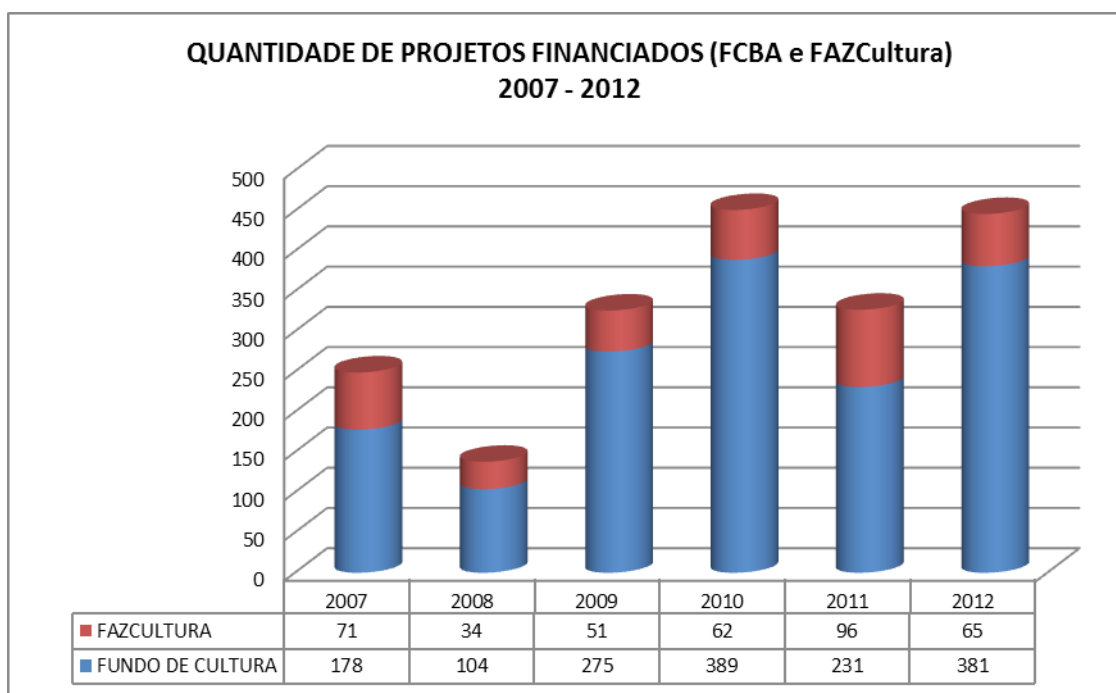


Gráfico 11 - Quantidade de projetos culturais financiados por meio do FazCultura e do Fundo de Cultura 2007-2012

Fonte: Secult, 2013

É importante observar que o financiamento por meio do Fundo de Cultura representa 80% (oitenta por cento) do total, enquanto que o recurso oriundo da renúncia fiscal representa 20% (vinte por cento). Isso significa que a Secult direciona mais financiamento para as áreas que considera importantes e prioritárias, já que no FazCultura a decisão do financiamento fica a cargo das empresas patrocinadoras e isso significa que, em geral, os projetos patrocinados são aqueles que potencialmente tem retorno comercial e que, na maioria dos casos, estão localizados em grandes centros urbanos. Já o Fundo de Cultura se propõe a financiar projetos inovadores e aqueles que não possuem, necessariamente, perfil comercial, e que podem estar localizados em qualquer parte do Estado, contribuindo para a democratização e descentralização do investimento.

Em relação ao mecanismo de editais, que utiliza boa parte dos recursos do Fundo, há uma diversidade em relação às áreas beneficiadas. São exemplos de editais: Eventos Calendarizados; que visa incentivar projetos e atividades regulares e periódicas; Projetos Estratégicos em Cultura, que apoia projetos de caráter multidisciplinar e intermunicipal, que contemplem ações culturais estruturantes com impactos sociais relevantes; Formação e Qualificação em cultura, que financia propostas que envolvam uma ou mais ações de formação e qualificação em cultura com diferentes cargas horárias e sobre determinadas temáticas; Territórios culturais, que apoia projetos de cooperação e intercâmbio entre os municípios de um mesmo Território de Identidade; Culturas Digitais, que financia ações de promoção à cultura

digital na Bahia; Dinamização de Espaços Culturais, que apoia propostas de dinamização de espaços, privados ou públicos, por meio de proposição de programação regular; dentre outros.

Há pouco tempo, os editais da Secult selecionavam não apenas modalidades de expressões culturais, como também indicavam que etapa do ciclo cultural pretendiam beneficiar (criação, produção, circulação, distribuição, consumo/fruição), como: montagem e curadoria de exposição de artes visuais; circulação de espetáculos de dança, música e teatro; formação e qualificação artística; crítica cinematográfica; publicação de livros; etc. Se por um lado o Estado passava a financiar aquilo que considerava mais importante, por outro, reduzia as possibilidades para que o próprio proponente definisse, dentro da sua área, que aspecto precisaria ser financiado. Nesse sentido, a partir de 2012, a Secult passou a publicar uma série de editais setoriais que permite que o proponente determine a etapa do ciclo cultural que precisa ser apoiada. Assim, por exemplo, no edital “setorial audiovisual”, podem ser contempladas propostas de produção de documentários, montagem de cineclubes, produção de animação em 3D, distribuição de longa-metragem, difusão e exibição de filmes, desenvolvimento de roteiros, festivais de cinema, cursos e oficinas, etc. Processo semelhante ocorre entre outras áreas, conforme quadro abaixo.

Edital setoriais 2012	Edital setoriais 2013		
Museus	Museus		
Patrimônio Cultural, Arquitetura e Urbanismo	Patrimônio Cultural, Arquitetura e Urbanismo		
Artes Visuais	Artes Visuais		
Audiovisual	Audiovisual		
Circo	Circo		
Dança	Dança		
Literatura	Literatura		
Música	Música		
Teatro	Teatro		
Apoio à publicação de livros por editoras baianas	Apoio à publicação de livros por editoras baianas		
-	Restauração e digitalização de acervos arquivísticos privados		

Quadro 05 - Editais setoriais 2012 e 2013

Fonte: Secult, 2013

Importante observar que com a setorialização da gestão da cultura através das instituições vinculadas à Secult (Fundação Cultural do Estado da Bahia - Funceb, Instituto de Patrimônio Artístico-Cultural - IPAC, Fundação Pedro Calmon - FPC, Centro de Culturas Populares e Identitárias - CCPI) foi possível ampliar a utilização do recurso do FCBA, que passou a beneficiar uma diversidade maior de segmentos culturais, fato este respaldado pelo quantitativo de projetos financiados diretamente pelas unidades. De acordo com a Secult, entre os setores mais beneficiados estão os relacionados às expressões artísticas, especialmente artes cênicas e música.

Em relação à distribuição territorial dos recursos investidos, apesar dos

esforços para descentralização, a RMS continua recebendo a maior parte dos investimentos, concentrando em média 80% (oitenta por cento) dos recursos disponibilizados, sendo que Salvador centraliza quase todos os recursos do território. Em contraponto, é preciso considerar que parte desta concentração de recursos na RMS é justificada pela demanda nesta região que - proporcionalmente ao número de grupos artísticos organizados e qualificados para captação de recursos e participação nos mecanismos de fomento - é grande e se destaca em detrimento das condições existentes nos outros Territórios de Identidade.

Do mesmo modo, é preciso observar que, apesar de as estatísticas evidenciarem esta concentração, uma breve avaliação das localidades dos projetos selecionados pela Secult nos leva a perceber que, apesar de pequeno, houve um avanço em relação à participação do interior nos mecanismos de financiamento e, neste caso, não somente das linguagens artísticas mas, também, nos demais segmentos da cultura (patrimônios material/imaterial, livro, leitura, culturas populares e identitárias). Ainda assim, é preciso admitir que distribuir o recurso de maneira mais equânime não é tarefa fácil e, apesar de reconhecer os avanços registrados, é salutar que os desafios frente à territorialização da cultura no Estado da Bahia permaneçam. Como alternativa para minimizar estas disparidades, a criação de cotas proporcionais às populações territoriais é uma das proposições apontadas pela sociedade civil na Conferência Estadual.

Além dos editais citados anteriormente, o Fundo de Cultura proporciona chamadas públicas, como o Carnaval Pipoca 2012 e o Projeto Carnaval do Pelourinho 2012; o Carnaval Ouro Negro, que credencia entidades carnavalescas de matriz africana e tradicional para desfilarem no carnaval; o Calendário das Artes, mecanismo de incentivo que premia projetos de pequeno porte com objetivo de estimular o desenvolvimento das artes nos Macroterritórios do estado; e a Demanda Espontânea, que financia projetos que não se enquadram nos editais publicados.

Por fim, há o Credibahia, programa de crédito para profissionais da cultura criado em 2007 através de uma parceria com o SEBRAE e com o Desenhahia como forma de injetar mais recursos no setor. No período de 2007 a 2009, os grupos e agentes culturais que mais acessaram a linha de crédito eram majoritariamente ligados às áreas da cultura popular (51%) e música (30%).

2.4. CULTURA NA PERSPECTIVA DA GESTÃO

A preocupação com a gestão da cultura, o aprimoramento institucional, a política de fomento e financiamento, a elaboração de planos para o setor, a formação de redes de cultura, enfim, a institucionalização de sistemas de cultura tem assumido papel importante nos últimos anos. O modelo de gestão adotado na Bahia baseia-se na estadualização, descentralização, participação social além de uma série de ações

voltadas para organização de uma base institucional capaz de promover o gerenciamento da cultura. A ampliação do conceito de cultura e o papel que o Estado e Sociedade Civil devem assumir diante desse processo já representam uma mudança. A premissa inicial busca dar conta da cultura como protagonista, mas também capaz de promover intercâmbios, debates e parcerias com outras áreas, a exemplo da educação, meio-ambiente, trabalho e turismo. O objetivo é desenvolver uma política cultural que: valorize e promova a diversidade cultural; garanta o acesso de todo cidadão aos bens e serviços culturais; incentive a inovação e o uso de novas tecnologias; registre e compartilhe a memória cultural; proteja, valorize e promova o patrimônio material e imaterial; estimule a presença da cultura no ambiente educacional; estimule o pensamento crítico e reflexivo sobre a cultura, etc, conforme prevê a Lei Orgânica da Cultura (Lei nº 12.365/2011).

2.4.1. Sistema Estadual de Cultura

O Sistema Nacional de Cultura - SNC é o principal instrumento do MinC para o fomento à institucionalização da cultura no Brasil. Com o intuito de garantir estabilidade às políticas públicas de cultura, a partir da articulação e do desenvolvimento de ações sistêmicas e coordenadas entre a sociedade civil e os três entes federados - União, estados e municípios - o SNC é, por excelência, a política responsável por prover condições estruturais para que o pacto federativo brasileiro possa se efetivar na cultura. Da sua implantação podem e devem surgir ações descentralizadas, mas articuladas; planejamentos em conjuntos, apesar de independentes, que possam melhorar o uso dos recursos da área cultural; participação social regular, especialmente por meio dos conselhos e das conferências; transversalidades entre as políticas governamentais; etc.

O SNC articula os Sistemas Estaduais de Cultura - SEC e os Sistemas Municipais de Cultura - SMC, que devem possuir, no mínimo, cinco componentes: Secretaria de Cultura (ou órgão equivalente), Conselho Estadual/Municipal de Política Cultural, Conferência Estadual/Municipal de Cultura, Plano Estadual/Municipal de Cultura e Sistema Estadual/Municipal de Financiamento da Cultura (com Fundo Estadual/Municipal de Cultura). A implantação do Sistema requer a promulgação de lei própria aprovada na instância devida (câmara dos vereadores ou dos deputados). Os demais elementos do SNC - sistemas setoriais, comissões intergestoras e programas de formação na área da cultura - podem ser implantados posteriormente.

Na Bahia, a Secretaria Estadual de Cultura, apesar de ter sido criada enquanto órgão exclusivo apenas em 2006, implementou praticamente todos os elementos obrigatórios do Sistema, instituído por meio da Lei Estadual Nº 12.365, de 30 de novembro de 2011, conhecida como Lei Orgânica da Cultura. Nesta lei são apresentados os princípios, os conceitos, os modelos de gestão e de financiamento,

mecanismos de gestão e de consulta, que irão nortear as políticas culturais. Vale ressaltar que, de acordo com dados publicados pelo MinC, até 2012, apenas quatro estados haviam promulgado lei que cria seus respectivos Sistemas Estaduais de Cultura: Acre, Roraima, Bahia e Ceará.

O SEC/BA é composto de: Conselho Estadual de Cultura; Secretaria de Cultura, seus órgãos e entidades; sistemas setoriais de cultura do Estado. Seus mecanismos de gestão são: Plano Estadual de Cultura, planos de desenvolvimento territorial e setoriais de cultura; Sistema de Fomento e Financiamento à Cultura; Sistema de Informações e Indicadores Culturais; Sistema de Formação Cultural. As instâncias de consulta, participação e controle social são: Conferência Estadual de Cultura; colegiados setoriais, temáticos ou territoriais de cultura; Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura; Ouvidoria do Sistema Estadual de Cultura. Desses requisitos, os sistemas setoriais de cultura, o Sistema de Informações e Indicadores Culturais, o Plano Estadual e planos setoriais de cultura estão em fase de desenvolvimento. A ouvidoria, os colegiados territoriais e os planos de desenvolvimento territorial ainda não foram implantados. Os demais elementos já foram desenvolvidos e estão em funcionamento.

Alguns aspectos do SEC merecem destaque, dentre eles o Sistema de Informações e Indicadores em Cultura (SIIC) e o Sistema de Formação Cultural. O SIIC tem como objetivo organizar informações disponibilizadas pela sociedade civil, instituições públicas e privadas, pelos gestores culturais dos municípios, governo estadual e federal, e está organizado em 03 (três) eixos de conteúdo: Cadastro Cultural, Gestão Cultural, Estudos e Pesquisas. Para o Sistema Estadual é fundamental que o SIIC esteja funcionando e que, junto a um Sistema de Monitoramento e Avaliação, possa auxiliar na execução e acompanhamento do Plano Estadual de Cultura. Vale ressaltar que o SIIC precisa dialogar com o Sistema Nacional de Indicadores e Informações Culturais (SNIIC), para que os dados possam ser alimentados uma única vez. Em relação ao Sistema de Formação, foi constituída a Rede de Formação e Qualificação em Cultura, composta por representantes de todas as universidades estaduais e federais que tem atuação no estado da Bahia, pelas organizações do Sistema S (Senac, Sebrae, Sesi e Sesc), representantes da sociedade civil, da Secretaria Estadual de Cultura, Secretaria Estadual da Educação, Secretaria Estadual de Emprego e Renda, Casa Civil, Ministério da Cultura, totalizando 48 componentes. A rede visa contribuir de forma colaborativa para realização de seminários, cursos, estudos e pesquisas sobre temas culturais, bem como o estímulo à implantação de cursos de extensão, cursos técnicos, de graduação e pós-graduação na área da cultura. Algumas ações já foram iniciadas, tais como o I Encontro de Formação em Cultura e o Edital de Formação e Qualificação em Cultura. Além disso, a Rede tem como uma de suas propostas o mapeamento da Formação e Qualificação em Cultura na Bahia.

Cabe ressaltar a necessidade de a Secretaria Estadual de Cultura se reestruturar e se modernizar institucionalmente. Isso envolve a qualificação de funcionários, redefinições de funções e atividades, planos de cargos e salários, criação de novas vagas por meio de concursos públicos, dentre outras ações. Nesse sentido, vale destacar a realização do programa de cursos de qualificação em cultura dirigido aos funcionários da Secult e a criação/ampliação de alguns órgãos da Secretaria, tais como a criação do Centro de Culturas Populares e Identitárias - CCPI e do Centro de Formação em Artes, que oferece diversos cursos de formação e qualificação nas áreas de dança, música, artes visuais, fotografia e cultura popular, alcançando mais de dois mil alunos, na capital e em cidades do interior, a ampliação do Teatro Castro Alves, denominado Projeto Novo TCA, que oferecerá novos equipamentos e serviços culturais, e a proposta de criar o Instituto Baiano de Museus.

2.4.2. Sistema Municipal de Cultura

Em relação aos municípios baianos, aMunic2006/2009 revelou que, em resumo, menos de 7% (sete) dos municípios baianos possuem órgão exclusivo de cultura.

	MUNIC - 2006	MUNIC - 2009		
	N	%	N	%
Secretaria exclusiva/fundações	11	2,6	29	6,96
Secretaria em conjunto com outras políticas	343	82,3	333	79,86%
Setor subordinado a outras instâncias de governo	55	13,2	48	11,51
Não possui estrutura específica	8	1,9	7	1,68
Total	417	100,0	417	100,0

Tabela 03 - Condição institucional do órgão gestor de cultura

Fonte: IBGE, 2006 e 2009

Menos de 9% (nove) dos municípios possuem conselho municipal de cultura.

	2006	2009		
	N	%	N	%
Conselho Municipal de Cultural	27	6,5	36	8,6
Fundo Municipal de Cultura	8	1,9	17	4,1

Tabela 04 - Situação dos Municípios segundo a existência de Conselhos e Fundos de Cultura (%)

Fonte: IBGE, 2006 e 2009

E não mais de 4,1% (quatro vírgula um por cento) possuem fundo municipal de cultura.

	2006		
	N	%	
Existência de Legislação municipal de fomento à cultura	17	4,1	
Aplicação da Legislação nos últimos dois anos	7	1,7	

Tabela 5 - Condição dos municípios em relação à política de fomento

Fonte: IBGE, 2006

Diante dos números acima, é possível perceber um crescimento em relação à institucionalidade da cultura nos municípios, a exemplo do aumento de secretarias exclusivas (de 2,6% para 6,24%). Entretanto, esse crescimento não significa que a fragilidade institucional tenha terminado. Exceto pela realização das conferências municipais, que ocorrem em média em 85,13% (oitenta e cinco vírgula três por cento) dos municípios, conforme quadro abaixo, os demais aspectos ainda precisam ser fomentados.

	Conferências Municipais		
Ano	2007	2009	2011
Quantidade de municípios	390	368	307

Quadro 06 - Conferências de Cultura realizadas na Bahia: 2007, 2009 e 2011

Fonte: SECULT, SUDECULT, 2011

Em relação à assinatura do Acordo de Cooperação Federativa, que estabelece as obrigações de cada ente na implantação do Sistema Nacional de Cultura, dos 417 (quatrocentos e dezessete) municípios, 80 (19,18%) assinaram o documento, conforme dados do MinC publicados em 19/11/2012. A assinatura do Acordo de Cooperação compreende um longo trâmite, que é encerrado com a sua publicação no Diário Oficial da União e com a entrega de um Plano de Trabalho com um cronograma indicando os prazos para a consolidação dos componentes obrigatórios do sistema de cultura. Este Plano deve ser implementado em até 02 (dois) anos, e a vigência do Acordo é indeterminada.

Notadamente é preciso fortalecer a relação do Estado com os municípios, fomentando a criação de leis específicas para a cultura, como os planos municipais de cultura, a criação de fundos de financiamento, conselhos municipais e a consolidação de espaços de participação social, como as conferências de cultura. Essa necessidade está refletida nas demandas das últimas conferências estaduais de cultura, que no eixo da Gestão da Cultura, indicaram como algumas de suas prioridades: criação de Câmaras Técnicas Territoriais de Cultura; apoio à implantação dos Sistemas Municipais de Cultura; elaboração de planos territoriais e estadual de cultura, e apoio para a elaboração de planos municipais de cultura.

2.5. CULTURA NA PERSPECTIVA DA PARTICIPAÇÃO E REGULAÇÃO SOCIAL

Os espaços de participação e regulação social são fundamentais para a consolidação de políticas públicas, assegurando interesses e objetivos coletivos de diversos segmentos culturais e de seus criadores. Por isso, é fundamental garantir a realização das conferências de cultura e dos encontros setoriais, reconhecer a importância dos conselhos, câmaras e comissões, fomentar a atuação das redes, e utilizar instrumentos de consulta à sociedade civil, enfim, ações que permitam elencar prioridades, debater propostas, promover maior articulação dos setores da cultura,

indicar caminhos que possam ser compartilhados pelo poder público e sociedade civil.

As conferências de cultura ocorrem de dois em dois anos, tendo sido iniciada em 2005, com a participação de 54 (cinquenta e quatro) municípios baianos e duas mil pessoas são longo do processo. As outras 03 (três) conferências foram organizadas contando com etapas municipal, territorial e estadual. Além disso, essas etapas envolveram os seguintes encontros setoriais: II CEC - Audiovisual e Radiodifusão, Culturas Digitais, Expressões Artísticas, Patrimônio Imaterial, Patrimônio Material, Pensamento e Memória, Política e Gestão Cultural, Transversalidade da Cultura (Cultura e Campo, Cultura e Cidades, Cultura e Economia, Cultura e Educação, Cultura e Gênero, Cultura e Juventude, Cultura e Meio Ambiente, Cultura e Política, Cultura e Tecnologia, Cultura e Turismo); III CEC - Culturas Populares, Culturas Indígenas, Culturas Afro-Brasileiras, Pesquisadores e Estudiosos, Bibliotecas, Música, Teatro, Dança, Livro, Leitura e Literatura, Arquivos, Museus, Audiovisual, Patrimônio Cultural, Artes Visuais, Circo, Arquitetura e Urbanismo; IV CEC - Expressões Artísticas, Patrimônio e Memória, Pensamento e Leitura, Transversalidade da Cultura (Cultura Digital e Comunicação, Cultura e Direitos Humanos, Cultura e Educação, Cultura e Meio Ambiente, Cultura e Turismo), Gestão da Cultura, Redes Produtivas e Serviços Criativos.

A II Conferência Estadual da Bahia foi realizada em 2007, em Feira de Santana, e contou com a participação total de 40.961 pessoas ao longo de todas as suas etapas. A III Conferência Estadual da Cultura - CEC aconteceu em 2009, em Ilhéus, seguindo metodologia do Ministério da Cultura. No total, o processo envolveu 50.882 pessoas. A IV Conferência Estadual aconteceu em 2011, em Vitória da Conquista, envolvendo 29.999 pessoas ao longo de suas etapas, e teve como tema: “Planejar é preciso - consolidação dos planos de cultura”. A IV CEC buscou discutir as propostas oriundas dos encontros municipais, encontros territoriais, encontros setoriais e das Conferências Livres (moda, design, prisional, leitura, livro, biblioteca, rede Ser Tão Brasil e arquitetura e urbanismo). AIV CEC teve como um dos objetivos a elaboração de propostas de projetos para compor planos de cultura municipais, territoriais e estadual. No caso das Conferências Territoriais, os municípios enviaram, pela primeira vez, propostas para a etapa subsequente com foco na elaboração dos Planos territoriais de cultura. Deste modo, a IV CEC incentivou a discussão e elaboração de propostas relativas ao território de identidade durante as conferências municipais. No quadro abaixo, é possível verificar alguns números relativos às três últimas conferências.

	II CEC (2007)	III CEC (2009)	IV CEC (2011)						
Etapa	Muni-cipal	Terri-torial	Esta-dual	Muni-cipal	Terri-torial	Esta-dual	Muni-cipal	Terri-torial	Esta-dual
Nº de municípi- os	390	354	269	368	340	238	307	304	153
Nº de participa- ntes	35.663	3.833	1.465	44.088	4.794	2.000	25.692	3.395	912

Quadro07 - Conferências Estaduais de Cultura na Bahia 2007, 2009 e 2011

Fonte: SECULT-SUDECULT, 2011

* O número de participantes na etapa estadual corresponde ao número de participantes por território de identidade.

A redução do número de participantes da IV CEC decorre, principalmente, de modificações nos critérios previstos em regulamento para a eleição dos delegados nas etapas que antecederam a etapa Estadual. Até a III CEC, a quantidade de delegados que deveriam ser eleitos nas etapas territorial e setorial era proporcional ao total de inscritos na conferência. Porém, foi observado que o número de inscritos não era equivalente ao número de pessoas que participavam efetivamente dos grupos de trabalho. Tendo em vista esta disparidade, a definição dos critérios para a eleição dos delegados da IV CEC foi pensada de modo que o total de delegados eleitos por etapa refletisse verdadeiramente o índice de participação nas conferências. Deste modo, o percentual base utilizado para calcular o número de delegados eleitos passou a ser proporcional a quantidade de participantes nos grupos de trabalho. Além disso, houve uma redução no quórum para a realização das conferências (que caiu de 25 para 20 participantes) e, conseqüentemente, do número máximo de delegados eleitos por etapa.

Além das conferências, outros espaços, grupos e instâncias que congregam a sociedade civil e poder público se fazem presentes no Estado, tais como o Conselho Estadual de Cultura, órgão de caráter consultivo e normativo, cuja função principal é contribuir para formulação da política estadual de cultura, e cuja composição busca resguardar a diversidade cultural contando com representantes de comunidades indígenas, negras, católicas, universitárias, além de representantes de diferentes expressões artísticas; o Fórum de Dirigentes Municipais de Cultura, instância consultiva e opinativa sobre as políticas culturais na esfera territorial e estadual, que congrega dirigentes de órgãos e fundações culturais, além de secretários municipais, e que deu origem à Associação de Dirigentes Municipais de Cultura; a rede de Pontos de Cultura, que conta com aproximadamente duzentas instituições conveniadas com a Secult e com o MinC, e que possui, enquanto grupo representativo, a Comissão Estadual de Pontos de Cultura da Bahia; e pesquisadores e críticos culturais, especialmente integrantes do Centro de Estudos Multidisciplinares Cultura - CULT, da UFBA. Outra importante instância de participação são os colegiados setoriais. Na Bahia, os Colegiados Setoriais de Artes foram oficialmente instituídos em dezembro de 2012 e deverão atuar no biênio 2013/2014. Artes Visuais, Audiovisual, Circo, Dança, Literatura, Música e Teatro são os setores artísticos representados. Cada

Colegiado é composto por doze representantes da sociedade civil, dentre titulares e suplentes eleitos através de votação pública, e seis representantes do poder público.

Como grandes desafios para a consolidação da participação e da regulação social estão a formação das câmaras e de outros colegiados setoriais e o apoio para a constituição de conselhos de cultura nos municípios, fundamental para a composição do Sistema Municipal de Cultura. Além disso, é preciso garantir os espaços de participação, como as conferências, e fomentar a formação e atuação de coletivos, como fóruns, comissões e redes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este diagnóstico buscou apresentar um panorama da situação da cultura no Estado da Bahia. Destacou alguns aspectos que merecem mais atenção, considerando, especialmente, a demanda da sociedade civil, observada por meio das propostas das conferências de cultura, e a atuação da Secretaria Estadual de Cultura da Bahia.

Foi possível verificar que, se por um lado, há uma grande riqueza e diversidade cultural no Estado considerando, por exemplo, as culturas populares, o patrimônio material e imaterial, por outro, problemas como a alta taxa de analfabetismo, tornam-se entraves para o desenvolvimento da cultura.

A ausência de estudos organizados sobre os setores culturais no Estado revelou uma dificuldade no momento da elaboração do diagnóstico, que para suprir a ausência de informações utilizou especialmente pesquisas publicadas pelo IBGE e relatórios da Secult.

De maneira geral, é possível reconhecer que houve avanços na execução de políticas culturais no Estado. Entretanto, os programas/projetos/ações ainda se mostram insuficientes.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para relatar o deputado Bira Corôa.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhores e Senhoras servidores desta Casa, visitantes.

“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Direitos Humanos e Segurança Pública e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 20.864/2014, de autoria do Poder Executivo, o qual “Aprova o Plano Estadual de Cultura da Bahia e dá outras providências”.

Encaminha, à apreciação desta Casa, o Exmº Sr. Governador, o projeto que ora venho relatar, com o objetivo de aprovar o Plano Estadual de Cultura.

A medida proposta 'insere-se no projeto nacional de sistematização de um Plano Nacional de Cultura, instituído pela Lei Federal nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010, bem como pela Lei Estadual nº 12.365, de 30 de novembro de 2011' segundo registra a Mensagem do Chefe do Poder Executivo, na qual ressalta ainda que 'com o firme propósito de construir um Plano Estadual de Cultura, o Estado reafirma, com este projeto de lei, o planejamento e implementação das políticas públicas voltadas à proteção e ao desenvolvimento da diversidade cultural baiana.'

A proposição estabelece as atribuições do Poder Público na implementação do Plano, a ser coordenado pela Secretaria Estadual de Cultura e com a cooperação entre o Governo do Estado e os municípios baianos, tendo ainda a parceria da União.

Entre as principais atribuições do Poder Público temos: formulação de políticas públicas e programas que conduzam à efetivação dos objetivos, diretrizes e metas; o fomento à cultura de forma ampla, por meio da promoção e difusão, da realização de editais e seleções públicas para o estímulo a projetos e processos culturais, da concessão de apoio financeiro e fiscal aos agentes culturais, da adoção de subsídios econômicos e da implantação regulada de fundos públicos e privados, entre outros incentivos; proteção e promoção da diversidade cultural, da criação artística, suas manifestações e expressões culturais individuais ou coletivas, de todos os grupos étnicos e suas derivações sociais; preservação do patrimônio cultural baiano, resguardando os bens de natureza material e imaterial, documentos históricos, acervos e coleções, as formações urbanas e rurais, as línguas e cosmologias indígenas, os sítios arqueológicos pré-históricos e as obras de arte; articulação das políticas públicas de cultura e organização de redes de consórcios para sua implantação; e regulação do mercado interno, estimulando os produtos culturais baianos com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e regionais, profissionalizando os agentes culturais, formalizando o mercado e qualificando as relações de trabalho na cultura, entre outras.

O Plano Estadual de Cultura será estruturado em 7 diretrizes, 20 estratégias e 62 ações, previstas no Anexo Único do projeto, estabelecendo: o papel do estado e da participação social; a ampliação do investimento em cultura e aperfeiçoamento dos mecanismos de financiamento; o reconhecimento, valorização, proteção e promoção das expressões culturais; a universalização do acesso à cultura; ampliação da participação da cultura no desenvolvimento da Bahia; ampliação e qualificação da formação em cultura; e fomento à articulação da cultura com outras áreas.

Trata-se, enfim, de uma proposição de significativa importância para a população baiana, voltada para o fortalecimento e desenvolvimento da nossa cultura, com a valorização do patrimônio imaterial, modos de vida, saberes e

fazeres, apoio aos grupos e manifestações tradicionais da cultura popular, à cultura afro-brasileira, às culturas dos sertões, indígenas, cigana, LGBT e às culturas de gênero/mulheres e de grupos etários. Também cabe destaque a criação de políticas de incentivo à leitura e a elaboração do Plano Estadual do Livro e Leitura, em sintonia com o Plano Estadual de Cultura, o Plano Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Educação.

Sr. Presidente, o projeto não recebeu emendas, e, encontrado-se em conformidade às disposições constitucionais e legais opinou pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo."

Sr. Presidente, com muita satisfação relato essa matéria e faço um apelo veemente a todos os pares para que, por unanimidade, possam aprovar esse instrumento legal para a cultura da Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson): - Muito obrigado, deputado Bira Corôa.

Em discussão e votação no âmbito das comissões. Os deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Agora no Plenário, projeto que cria o Plano Estadual de Cultura. Os deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Agora, sim, aprovado por unanimidade o Plano Estadual de Cultura. (Palmas)

O Sr. Zé Neto: - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson): - Pela ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto: - Deputado Gaban, primeiro, queria agradecer à Oposição por ter cumprido o que antes tínhamos celebrado. Ontem, tivemos algumas situações que não estavam no nosso script, mas quero aqui saudar o deputado Gaban e louvar a sua atitude de manter a sua palavra em relação a este projeto. Ontem, inclusive, reclamei do deputado Bruno, reclamei da Oposição, porque tínhamos um pré-projeto e o deputado Gaban era o interlocutor. Sei das dificuldades que ele enfrentou, ontem, em relação ao grupo da Oposição, temos que entender esses fatos da política. Mesmo não concordando, mas temos que entender porque a vida segue em frente.

Queria, aqui, saudar a Oposição, saudar, também, o grupo de cultura que está aqui presente e dizer ao secretário Albino, que está aqui na Casa, que esse sentimento é de toda a Legislatura, não somente do governo como da Oposição também. Ficou nítido na fala do deputado Bruno Reis sua mágoa com as situações do dia a dia, das disputas. Recentemente, viemos de um processo eleitoral, claro que as coisas vão voltando gradativamente para o seu eixo. Com a vivência que tenho nesta Casa compreendo tudo isso. Mas ele próprio deixou claro a importância que foi essa votação de hoje à tarde.

Deputado Geilson, estamos votando aqui um projeto de lei construído por mais de 380 municípios do Estado, 382 municípios. Conferência estadual, escolha de propostas, disputas em plenárias, oxigenação, participação popular, participação na cultura de todos esses mecanismos e ingredientes que compõem essa alma, que é a nossa cultura. Fico aqui feliz, satisfeito. Muitas vezes, a dimensão dessas ocorrências não é passada como deveria para aqueles que estão vivendo a história.

Pedi esses cinco minutos apenas para registrar a importância e a grandeza desse instante aqui nesta Casa. E agradecer àqueles que foram responsáveis pela iniciativa de levar as prefeituras todas, inclusive prefeituras de partidos opostos ao nosso. Em Feira de Santana, a Conferência de Cultura foi realizada pelo município de Feira, em Salvador, pelo município de Salvador. E por aí vai.

Então, fica para nós um exemplo vindo da cultura que essas construções devem estar acima dos interesses partidários, devem estar acima dos interesses de momento e devem compor uma nova dimensão, uma nova caminhada e um novo roteiro para esse belo filme que estamos vendo ser construído gradativamente por essa cultura que se movimenta, se organiza e, hoje, dá um passo muitíssimo decisivo na criação do Plano Estadual de Cultura do Estado da Bahia.

Viva a cultura! Viva o Estado da Bahia! Viva a todos aqueles que acreditaram na democracia e nessa construção! (Palmas.)

O Sr. Gaban: - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson): - Para encerrar, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Meu caro presidente, meu caro deputado Zé Neto, demais deputados aqui presentes, gostaria de deixar registrado que tenho uma preocupação muito grande com a cultura há aproximadamente 37 anos trabalhava na Nigéria, implantando o sistema de telecomunicações e nesse período aconteceu o 1º Festival de Arte Negra do mundo, realizado na Nigéria, e naturalmente não poderia ser diferente, o Brasil foi representado pela Bahia. Lá estiveram presentes Clyde Morgan, que é um dançarino famoso; a minha sogra, Eliete Magalhães, que era fundadora do Cidade Salvador e tem livros sobre a cultura negra; Caetano, Gil, enfim, uma delegação baiana.

E o meu vínculo com a cultura começou porque foi lá que acabei, na casa do embaixador do Brasil, conhecendo a que seria a minha esposa. Então, isso que fez com que eu saísse, terminei o meu contrato na Nigéria, voltei para São Paulo porque a nossa empresa era de São Paulo, e o coração bateu forte. Perdi a razão pela primeira vez na minha vida como engenheiro, fui mais pelo coração do que pela razão, deixei tudo que tinha lá e vim para a Bahia por amor. Então, a cultura e o 1º Festival de Arte Negra e a Cultura da Bahia fizeram com que eu me transferisse há 37 anos para cá.

Gostaria de deixar esse registro, por isso que tenho um carinho e tudo que eu puder fazer pela cultura do Estado vou fazer, porque faz parte da história de minha vida. Todos sabem que tenho 37 anos de casado e muito bem casado e tenho três

filhos baianos maravilhosos que são também a razão de minha vida. Em termos da Casa aqui, deputado Zé Neto, acho que temos, independente de posições políticas partidárias, que ter muito cuidado com os apoios que fazemos.

Ontem, efetivamente, fizemos um acordo. Falei com o secretário da Cultura e com várias pessoas da Secretaria da Cultura que iríamos votar, houve problemas que nós não participamos porque estávamos tentando uma negociação e na hora que chegamos a sessão havia encerrado. Criou-se um clima totalmente diferente, mas eu havia assumido o compromisso e compromisso tem que ser cumprido. Então, foi isso que levei a minha bancada, e disseram que não iam votar nada. Eu falei: nada, menos a Cultura porque foi um compromisso assumido e que esses compromissos prevaleçam entre todos nós porque só vamos assumir o que podemos fazer, e quando assumirmos que façamos, pois só ganha o Parlamento. Parabéns.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Parabéns pela aprovação do Plano Estadual da Cultura.

Está encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*